



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

LARISSA SANTOS DEOMONDES

***FAZ TU! FAÇA VOCÊ!* O USO DO MODO IMPERATIVO
NOS DADOS DO PROJETO ALiB NA REGIÃO CENTRO-
OESTE DO BRASIL.**

Salvador
2023

LARISSA SANTOS DEOMONDES

***FAZ TU! FAÇA VOCÊ!* O USO DO MODO IMPERATIVO
NOS DADOS DO PROJETO ALiB NA REGIÃO CENTRO-
OESTE DO BRASIL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Língua e
Cultura da Universidade Federal da Bahia
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Língua e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Josane Moreira
de Oliveira

Salvador
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Deomondes, Larissa Santos
FAZ TU! FAÇA VOCÊ! O USO DO MODO IMPERATIVO NOS
DADOS DO PROJETO ALiB NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO
BRASIL / Larissa Santos Deomondes. -- Salvador, 2023.
129 f.

Orientador: Josane Moreira Oliveira.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em
Língua e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,
Universidade Federal da Bahia, 2023.

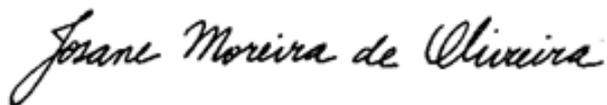
1. Modo imperativo. 2. Sociolinguística. 3.
Dialetoлогия. 4. Região Centro-Oeste. 5. Projeto
ALiB. I. Moreira Oliveira, Josane. II. Título.

LARISSA SANTOS DEOMONDES

***FAZ TU! FAÇA VOCÊ! O USO DO MODO IMPERATIVO
NOS DADOS DO PROJETO ALiB NA REGIÃO CENTRO-
OESTE DO BRASIL.***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Língua e
Cultura da Universidade Federal da Bahia
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Língua e Cultura.

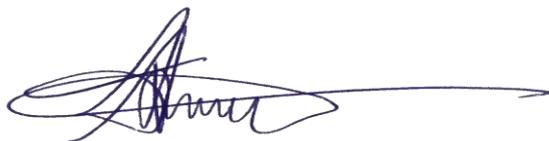
Banca Examinadora



Josane Moreira de Oliveira (Orientador)



Profa. Dra Silvana Soares Costa Ribeiro ((Examinador Interno/titular)



Profa. Dra. Franciane Rocha (Examinador externo/titular)

A meus pais, Angelito e Maria,
Que me apoiaram mesmo nos momentos mais difíceis.
Aos meus amigos queridos,
Que me deram amparo e afeto durante toda minha jornada.
A Jake,
Que me deu todo amor do mundo em vida.
Aos deuses,
Que sem eles jamais teria dado um passo se quer.
A mim mesma,
Que teve força de vontade para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer a todos, gostaria de ressaltar que a palavra mais importante desta pós-graduação foi: venci. Venci a pandemia, os percursos do mestrado, meus medos e consegui chegar até aqui, mesmo com dificuldade, porém jamais chegaria sozinha até aqui.

Primeiramente agradeço a meu pai e meu herói, Angelito Deomondes, pelo amor e pelo apoio incondicional à minha formação. Muito obrigada por ser meu guia durante todo o percurso em minha vida. Sem você não teria chegado aonde cheguei. Serei grata ao senhor pela eternidade!

Agradeço também à minha mãe, Maria da Conceição, por todo o carinho, compreensão comigo durante estes últimos anos, principalmente em que tínhamos uma à outra no meio da pandemia e no medo de lidar com o desconhecido.

Muito obrigada à minha irmã, Ariana Deomondes, ao meu cunhado, Joadson Santos, e aos meus sobrinhos, Lucas, Júnior e Joana, por todo o carinho e apoio nesse período feliz e difícil da minha vida. Vocês sempre serão peças importantes da minha vida!

Agradeço imensamente ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil por ter me acolhido durante tantos anos, desde 2016, quando iniciei como bolsista de iniciação científica, até hoje, final do mestrado. Obtive diversas experiências que me enriqueceram como profissional e também como pessoa.

Nammy, minha melhor amiga, acredito que nada do que eu escrever aqui será o suficiente para demonstrar minha gratidão a tudo o que enfrentamos juntas durante estes últimos anos. Muito obrigada por todo o apoio, carinho e compreensão, não teria conseguido chegar até aqui sem seu apoio. Você foi e sempre será uma parte importante de minha vida!

Meus agradecimentos a meu outro melhor amigo, Ruan, por estar comigo desde o cursinho em 2014 em que ambos acompanhamos as dificuldades e as vitórias um do outro. Muito obrigada pelo apoio, pelas conversas e por todo o carinho que você teve comigo mesmo nos momentos mais difíceis!

Aos professores do PPGLinC, que em muito contribuíram para a minha formação profissional, meu muito obrigada!

Às integrantes da banca do meu Exame de Qualificação, Profas. Carolina Andrade e Jacyra Mota, agradeço pelas valiosas contribuições para o trabalho final.

Finalmente, escrevo em memória de Jake, o amor da minha vida, que se foi em 2023, mas que será lembrado pela eternidade. Obrigada por tudo!

Agradeço também à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pela bolsa com que fui contemplada durante o curso de Mestrado.

RESUMO

DEOMONDES, Larissa Santos. **Faz tu! Faça você! O uso do modo imperativo nos dados do Projeto Alib na Região Centro-Oeste do Brasil**. 2023. 128p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia – UFBA. 2023.

Neste trabalho analisa-se a variação no uso do modo imperativo na segunda pessoa do singular – forma indicativa (*faz*) e subjuntiva (*faça*) – na Região Centro-Oeste do Brasil a partir de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]) e da Dialetoлогия (CARDOSO, 2010; THUN, 2017), principalmente com enfoque da metodologia do Projeto ALiB, a finalidade desta pesquisa é descrever o fenômeno variável do imperativo verbal. Os dados apresentados neste trabalho foram coletados através da escuta dos inquiridos de 84 informantes estratificados em faixa etária e sexo, oriundos de 21 pontos do interior dos estados de Mato Grosso (103 - Aripuanã, 104 - São Félix do Araguaia, 105 - Diamantino, 106 - Poxoréu, 107 - Vila Bela da Santíssima Trindade, 109 - Barra do Garças, 110 - Cáceres e 111 - Alto Araguaia), Mato Grosso do Sul (112 - Coxim, 113 - Corumbá, 114 - Paranaíba, 116 - Nioaque e 117- Ponta Porã) e Goiás (118 - Porangatu, 119 - São Domingos, 120 - Aruanã, 121 - Formosa, 122 - Goiás, 124 - Jataí e 125 - Catalão). Os dados das capitais do Centro-Oeste (108 - Cuiabá (MT), 115 - Campo Grande (MS) e 123 - Goiânia (GO) foram coletados e analisados por Oliveira (2015; 2023) em seu trabalho sobre o imperativo nas capitais do Brasil e serão utilizados neste trabalho como forma comparativa para entender se as localidades do interior se apresentam como contraponto ou como reflexo do comportamento dos falantes das capitais com relação ao uso do imperativo verbal. Os dados coletados foram processados pelo programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) e serão apresentados por meio de gráficos e tabelas a fim de se produzir a descrição e a análise dos resultados obtidos. Os dados apontam para um maior uso da forma indicativa na região, correspondendo a 79% dos dados. Com relação à forma do subjuntivo, esta aparece com 21% dos dados. O trabalho atual tem por objetivo analisar os contextos intra e extra linguísticos em que a forma do subjuntivo ainda resiste na região.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística; Dialetoлогия; Imperativo verbal; Projeto ALiB; Região Centro-Oeste.

ABSTRACT

DEOMONDES, Larissa Santos. **Faz tu! Faça você! The usage of the imperative mode in the data of the Projeto ALiB in the Midwest Region of Brazil.** 2023. 128p. Master's Dissertation (Postgraduate Program in Language and Culture). Federal University of Bahia –UFBa. 2023.

This investigation analyzes the variation in the usage of the imperative mode in the second person singular – indicative form (faz) and subjunctive form (faça) – in the Midwest Region of Brazil based on data from the Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). The purpose of this research is to describe the phenomenon of the verbal imperative and it is based on the theoretical methodological concepts of Variationist Sociolinguistics (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]) and dialectology (CARDOSO, 2010; THUN, 2017), mainly with a focus on the methodology of the Project ALiB. The data presented in this work were collected by the interview of 84 people (classified by age and sex) from 21 cities from the countryside of the states of Mato Grosso (103 - Aripuanã, 104 - São Félix do Araguaia, 105 - Diamantino, 106 - Poxoréu, 107 - Vila Bela da Santíssima Trindade, 109 - Barra do Garças, Cáceres and 111 - Alto Araguaia), Mato Grosso do Sul (112 - Coxim, 113 - Corumbá, 114 - Paranaíba, 116 - Nioaque and 117- Ponta Porã) and Goiás (118 - Porangatu, 119 - São Domingos, 120 - Aruanã, 121 - Formosa, 122 - Goiás, 124 - Jataí and 125 - Catalão). The Data from the Midwest capitals (108 - Cuiabá (MT), 115 - Campo Grande (MS) and 123 - Goiânia (GO) were collected and analyzed by Oliveira (2015; 2023) in her work about the imperative in the capitals of Brazil and it will be used in this work as a comparative way to understand if the countryside localities are presented as a counterpoint or as a reflection of the behavior of the speakers of the capitals in relation to the use of the verbal imperative. The data collected were processed by the GoldVarb X program (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) and it is presented through graphs and tables in order to produce the description and analysis of the results obtained. The data shows that the highest percentual of the imperative was the indicative, 79% of the data. Regarding the subjunctive form, it resulted in 21% of the data. The current work aims to analyze the intra and extra linguistic contexts in which the subjunctive form still resists in the region.

KEYWORDS: Sociolinguistics; Dialectology; Verbal imperative; ALiB Project; Midwest Region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão dialetal de Nascentes (1953) em O linguajar carioca.....	19
Figura 2 - Mapa linguístico das formas do indicativo e do subjuntivo no Brasil.....	41
Figura 3 - Rede de pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil no Centro-Oeste.....	53
Figura 4 - Rede de pontos do Projeto ALiB no Mato Grosso.	61
Figura 5 - Rede de pontos do Projeto ALiB no Mato Grosso do Sul.....	65
Figura 6 - Rede de pontos do Projeto ALiB em Goiás.....	68
Figura 7 - Mapa da Região Centro-Oeste – formas de imperativo.....	82
Figura 8 - Hidrografia da Região Centro-Oeste	83
Figura 9 - Cartas sobrepostas da hidrografia da Região Centro-Oeste e da rede de pontos do Projeto ALiB	84
Figura 10 - Tratamento do interlocutor nas capitais brasileiras	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O uso do imperativo com relação na forma do indicativo e do subjuntivo na 2ª P entre 1872 a 1948.	39
Gráfico 2 - Modo imperativo nas cidades de Brasília, Goianésia, Campo Grande, Rio de Janeiro, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, Recife e Salvador.	47
Gráfico 3 - Distribuição geral dos dados de imperativo da Região Centro-Oeste (localidades do interior).....	71
Gráfico 4 - Imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste por cidade (localidades do interior) em pesos relativos	80
Gráfico 5 - Imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste por cidade (incluindo as capitais) em percentuais.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - O imperativo no latim	34
Quadro 2 - Gramáticas e o imperativo.....	42
Quadro 3 - Relação de cidades da Região Centro-Oeste.....	52
Quadro 4 - Grupos e fatores controlados.....	53
Quadro 5 - Densidade demográfica nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 1872/2010.....	59
Quadro 6 - Principais características das cidades do Mato Grosso.	61
Quadro 7 - Principais características das cidades do Mato Grosso do Sul.....	65
Quadro 8 - Principais características das cidades de Goiás.....	69
Quadro 9 - Relação entre município, ano de fundação, escolaridade e renda per capita	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de uso indicativo em estruturas de imperativo de acordo com Scherre (2007a).....	40
Tabela 2 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Parte do inquérito	75
Tabela 3 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Polaridade da sentença	77
Tabela 4 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Faixa etária	78
Tabela 5 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Cidade.....	79
Tabela 6 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Estado	86
Tabela 7 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Sexo	87
Tabela 8 - Realização do imperativo com a forma de subjuntivo e variáveis eliminadas	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALiB	Altas Linguístico do Brasil
E	Exposto
GO	Goiás
IBGE	Instituto de Brasileira de Geografia e Estatística
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NE	Não exposto
QFF	Questionário Fonético Fonológico
QMS	Questionário Morfossintático
QSL	Questionário Semântico-Lexical
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 A DIALETOLOGIA E A SOCIOLINGUÍSTICA NO MUNDO E NO BRASIL 12	
2.1.1 A Dialectologia brasileira.....	13
2.1.2 A Sociolinguística laboviana e sua influência na linguística brasileira.....	23
2.2 O IMPERATIVO: UM BREVE RELATO DE SEU PROGRESSO DO LATIM AO PORTUGUÊS BRASILEIRO	33
2.2.1 O imperativo e o latim.....	33
2.2.2 O imperativo do português arcaico até a atualidade.....	36
2.3 POSIÇÕES DAS GRAMÁTICAS QUANTO AO IMPERATIVO	41
2.3.1 Processo de variação do imperativo na 2ª pessoa do singular.....	46
3 MÉTODOS APLICADOS	50
3.1 O PROJETO ALIB: RECORTES DA PESQUISA	50
3.2 CENTRO-OESTE: HISTÓRIA E POVOAMENTO DA REGIÃO	56
3.2.1 Mato Grosso	60
3.2.2 Mato Grosso do Sul	62
3.2.3 Goiás.....	66
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	71
4.1 Variáveis selecionadas.....	74
4.1.1 Parte do inquérito	74
4.1.2 Polaridade de sentença	76
4.1.3 Faixa etária	77
4.1.4 Cidades e estados.....	78
4.1.5 Sexo	86
4.2 Variáveis descartadas	88
4.2.1 Paradigma verbal	89
4.2.2 Número de sílabas dos verbos	90
4.2.3 Pronomes clíticos.....	91
4.2.4 Valor semântico.....	91
4.2.5 Tipo de discurso	93
4.3 Uso dos pronomes <i>tu</i> e <i>você</i> na região Centro-Oeste e o uso das formas do imperativo.....	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97

REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A: RODADA GERAL DOS DADOS COM TODOS OS GRUPOS DE FATORES E COM OS <i>KNOCKOUTS</i>.....	106
APÊNDICE B: Rodada dos dados sem o grupo de fator Estado e sem <i>knockouts</i>	114

1 INTRODUÇÃO

Desde o começo da Linguística como ciência, estudar as regras internas não é o suficiente para entender o funcionamento da língua numa totalidade. Os contextos linguísticos em que os usuários estão e em que utilizam a língua são importantes para entender o porquê e como determinadas estruturas são usadas. Portanto, “os fatos linguísticos podem também ser explicados através do seu contexto histórico-social em que se dá o discurso” (RANGEL, 2006, p. 10).

Analisar a língua através de uma perspectiva imanente não é o suficiente para entender o seu funcionamento; é necessário levar em conta a importância do contexto social dentro da fala. Com isso, William Labov (2006 [1966]) desenvolve a Sociolinguística na década de 1960 através da publicação de estudos envolvendo os estratos sociais presentes na obra *A estratificação social do inglês de Nova York*.

A Sociolinguística tem por objetivo entender os comportamentos presentes em uma comunidade de fala e de suas redes sociais; para o pesquisador, o indivíduo é tão importante quanto o grupo social em que ele vive e estabelece relações. Portanto, a heterogeneidade linguística, em outras palavras, a variação, passou a ser tratada como elemento significativo para as pesquisas sobre língua. Com isso, é relevante ressaltar que:

[...] a variação linguística não é um caos, como alguns podem pensar, esta apresenta também regras estruturais que regem o funcionamento da língua; [...] todo discurso, todo uso que fazemos da língua vale-se de um sistema linguístico; mas não é o sistema, nem se esgota nas formas linguísticas que mobiliza. (RANGEL, 2006, p. 12)

Para Labov (2008 [1972]), a variação linguística é um processo natural, próprio de todas as línguas existentes. Com isso, define-se como variação as diferentes formas com o mesmo valor de verdade, podendo se diferenciar por questões regionais (variação diatópica, estudada pela Dialetoлогия), de estratos sociais (variação diastrática), de sexo (variação sexual), de idade (variação diageracional), entre outras. Desse modo, os estudos em Sociolinguística e em Dialetoлогия são extremamente necessários para demonstrar como um idioma diversifica-se ao sofrer motivações externas ao idioma, os fatores sociais.

De modo semelhante, o português brasileiro apresenta variação, visto que o Brasil apresenta uma enorme diversidade tanto em culturas quanto em costumes, portanto cada localidade terá uma fala específica compartilhada por essa comunidade de fala. O português brasileiro apresenta grande variação linguística, fruto das influências de diversos povos na sua

constituição, como as advindas influências das línguas de povos indígenas, africanos, europeus, asiáticos, entre outros povos que fizeram parte da formação do país até a atualidade.

No Brasil, a heterogeneidade linguística manifesta-se de diversas maneiras. Uma delas é através do uso do modo imperativo na segunda pessoa do singular, que apresenta duas formas de uso: uma exibe a forma do presente do indicativo, atrelado à flexão verbal utilizada no pronome *tu*, sem o *-s* final, como, por exemplo, *faz*; outra apresenta a forma do presente do subjuntivo, atrelado à flexão verbal utilizada no pronome *você*, como, por exemplo, *faça*. Segundo Rumeu (2016), o uso do pronome *tu* ocorre mais frequentemente em regiões como o Norte, o Nordeste e o Sul; por sua vez, o uso de *você* é mais comum nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, além de haver a alternância desses dois pronomes em todas as regiões do país, porém:

Nesse sentido, identificou Scherre (2007) um “corte geográfico” no que se refere à expressão variável do imperativo cuja expressão binária mostra-se desvinculada de um sistema de distribuição complementar entre as formas pronominais do *tu* e *você*. (RUMEU, 2016, p. 312, grifos da autora)

Entende-se que a distribuição do uso dos pronomes aparentemente não se relaciona de maneira significativa com o uso do modo imperativo. Segundo Rumeu (2016), o imperativo na forma do indicativo ocorre nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ao passo que a forma do subjuntivo é mais utilizada nas capitais nordestinas Salvador (BA), Fortaleza (CE) e João Pessoa (PB). Todavia há lugares em que há um uso simétrico entre a forma do indicativo e a do subjuntivo (*faz/faça*), como é o caso da capital Recife (PE).

Este trabalho tem a finalidade de examinar o uso do modo imperativo (forma do indicativo e do subjuntivo) no falar da Região Centro-Oeste do país. A escolha da área geográfica e do tema reiteram a necessidade de analisar os dados coletados em entrevistas executadas pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e de buscar áreas dialetais brasileiras, desenvolvendo um maior conhecimento sobre a fala da Região Centro-Oeste. A análise dos dados aqui descrita engloba os três estados da Região Centro-Oeste – Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, compreendendo um total de 24 localidades (três capitais pesquisadas por Oliveira (2015; 2023) e 21 pontos de cidades do interior dos referidos estados pesquisados pela autora deste trabalho, que são pontos do Projeto ALiB.

A coleta de dados foi feita através da audição de todo o inquérito presente no *Questionários 2001* do Atlas Linguístico do Brasil (cf. COMITÊ NACIONAL..., 2001), que contém 159 questões de cunho fonético-fonológico, 11 questões de prosódia, 202 questões semântico-lexicais, 49 questões de morfossintaxe, 4 questões de pragmática, 4 temas para

discurso semidirigidos, 6 questões metalinguísticas e 1 texto para leitura. Desse modo, o estudo desenvolvido neste trabalho tem a intenção de verificar as possíveis semelhanças e diferenças entre o uso do imperativo verbal na fala de pessoas que habitam as localidades da Região Centro-Oeste e das capitais do Brasil em Oliveira (2015; 2023) e quais fatores (intra ou extralinguísticos) afetam o seu emprego na fala dos informantes.

Em vista disto, os principais questionamentos que envolvem esta pesquisa são: o imperativo verbal apresenta variação na Região Centro-Oeste? Qual a variante mais usada, a forma do indicativo ou do subjuntivo? Quais fatores linguísticos ou sociais condicionam seu uso? É possível encontrar áreas dialetais na região?

Com os questionamentos apresentados, as principais hipóteses com relação aos fenômenos estudados neste trabalho foram: a) há variação no uso do imperativo verbal na Região Centro-Oeste; b) há diferenças entre a fala do interior da Região Centro-Oeste e a fala das capitais documentada por Oliveira (2015; 2023) na mesma Região; c) o uso das formas indicativa e subjuntiva do imperativo estão condicionadas ao uso dos pronomes *tu* e *você*; d) há diferenças na realização do imperativo verbal de acordo com as variáveis sociais (sexo, faixa etária e escolaridade); e) é possível encontrar áreas dialetais na Região Centro-Oeste do Brasil.

Deste modo, o trabalho está estruturado da seguinte forma:

- *Revisão de literatura*, em que se apresentam discussões acerca da Dialetologia e da Sociolinguística, da história do modo imperativo (desde o latim até a atualidade), das concepções que as gramáticas de Cortesão (1907), Cunha e Cintra (1985), Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Castilho (2014) têm sobre o fenômeno, da história sobre os pronomes *tu* e *você* e de pesquisas que tratam do imperativo e dos pronomes de segunda pessoa do singular;
- *Métodos aplicados*, em que se apresenta a metodologia utilizada pelo Projeto ALiB, a metodologia aplicada nesta pesquisa, uma breve história da Região Centro-Oeste, de Estado individualmente e de cada uma das localidades presentes nos pontos do ALiB;
- *Descrição e análise dos dados*, em que se discutem os resultados obtidos para cada variável selecionada pelo programa GoldVarb X (sexo, faixa etária, polaridade de sentença e parte do questionário, cidade e estado) e para as variáveis descartadas (paradigma verbal, extensão fonológica do verbo, presença ou ausência de pronomes clíticos), além de discutir o uso de *tu* e *você* na região correlacionada com o uso das formas do imperativo para a segunda pessoa do singular a fim de responder às hipóteses formuladas no Projeto de mestrado desta pesquisa;
- *Considerações finais*, em que se faz um resumo de todos os resultados obtidos durante

o desenvolver do trabalho.

- *Apendices A e B*, os quais estão apresentados após as referências e contém as rodadas dos dados feitas no programa Goldvarb X.

Destaca-se enfaticamente que o corpus utilizado neste estudo é genuinamente inédito, representando uma valiosa contribuição para o conhecimento da variação do modo imperativo na segunda pessoa do singular. Esse conjunto de dados recebeu autorização expressa do comitê do Projeto ALiB para sua utilização e análise, garantindo assim a integridade e a legitimidade dos resultados obtidos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção expõe uma revisão de literatura sobre os assuntos principais que envolvem este trabalho: 1) um breve histórico da Dialetoлогия e da Sociolinguística, as quais são as áreas principais que embasam a presente pesquisa; 2) as variáveis intra e extralinguísticas que são essenciais para o desenvolvimento da metodologia de pesquisa; 3) o percurso do modo imperativo, discutindo as raízes latinas, passando pelo período arcaico, chegando à atualidade; 4) a posição das gramáticas normativas e descritivas sobre o imperativo; 5) a influência do uso de *tu* e *você* no uso do modo imperativo.

2.1 A DIALETOLOGIA E A SOCIOLINGUÍSTICA NO MUNDO E NO BRASIL

O papel da Dialetoлогия e da Sociolinguística nos estudos da linguística é essencial para o conhecimento da realidade da diversidade linguística no mundo. Essa diversidade linguística pode ser analisada através da Dialetoлогия e da Sociolinguística, pois ambas observam a língua como fenômeno heterogêneo, porém cada uma ponderará sobre esta heterogeneidade de forma distinta.

A Dialetoлогия debruça-se nas diferenças diatópicas, ou seja, nos comportamentos específicos na fala dos falantes que vivem em determinadas regiões. Por sua vez, a Sociolinguística tem como foco observar as diferenças internas do sistema linguístico não só dentro de uma região, mas também na sua relação com a sociedade, observando a influência dos estratos sociais com os fatores intralinguísticos. Portanto, nesta subseção apresentam-se a

um breve histórico da Dialetoлогия e da Sociolinguística, além de sua importância dentro dos estudos da linguagem.

2.1.1 A Dialetoлогия brasileira

A pluralidade de culturas e etnias se reflete na fala dos indivíduos, assim como seus hábitos sociais, pontos de vistas e crenças. Em outras palavras, a fala apresenta características que permitem que uma pessoa se identifique dentro de uma sociedade. Desse modo, um processo inerente a todas as línguas é a capacidade de variar e mudar, pois nenhuma língua é imutável e inflexível, assim como a sociedade, que, além de ser múltipla, sofre influências de diversas origens.

É nesse contexto que a Dialetoлогия se insere, promovendo o estudo da diversidade linguística dentro dos espaços geográficos. De acordo com Cardoso (2010), os objetivos centrais da Dialetoлогия são “identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (p. 15). Ainda segundo a autora, a Dialetoлогия também apresenta dois aspectos fundamentais que estão presentes desde a sua gênese:

[...] o reconhecimento das diferenças ou das igualdades que a língua reflete e o estabelecimento das relações entre as diversas manifestações linguísticas documentadas ou entre elas e a ausência de dados registrados, circunscritos a espaços e a realidades prefixados. (CARDOSO, 2010, p. 25)

Estudar a língua com um enfoque na diversidade demonstra uma preocupação social que é evidente em diversos momentos da história da humanidade, ou seja, a língua é a expressão da sociedade e é inseparável da história humana. O termo dialeto faz-se extremamente importante para entender essa multiplicidade linguística. Segundo Ribeiro (2012, p. 42), “os falantes de uma dada língua, uma vez reunidos em uma determinada região geográfica, tendem a utilizar a língua de uma mesma forma” e, ao comparar a fala desses indivíduos residentes de uma região com a de outras regiões, se percebem diferenças “sem, contudo, tratar-se de outro sistema linguístico. Cada subsistema identificado pode ser chamado de dialeto [...]” (RIBEIRO, 2012, p. 42).

Ferreira e Cardoso (1994), no livro *A Dialetoлогия no Brasil*, comentam que a existência de diferenças internas dentro de um determinado sistema linguístico, como, por exemplo, as diferenças diatópicas, consistem em comportamentos específicos na fala dos falantes que vivem

em determinadas regiões. Com relação a essas diferenças diatópicas, as autoras propõem uma definição de dialeto, que depende da delimitação de isoglossa, que se entende como “uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas” (p. 13). Sendo, assim, dialeto é “um feixe de isoglossas, ou seja, um conjunto de isoglossas que se somam e que, portanto, mostram uma relativa homogeneidade dentro de uma comunidade linguística em confronto com outras” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 16).

As isoglossas configuram-se como um elemento importante dentro dos estudos da Dialectologia, visto que é através delas que é possível demarcar diferenças e semelhanças na fala de indivíduos de regiões diferentes, mostrando, assim, através de mapas, a organização da fala dentro de um território. Com isso, Ribeiro (2012) comenta que:

As isoglossas prestam-se para demarcar contrastes e conseqüentemente apontar semelhanças em espaços geográficos (isoglossas diatópicas). Também podem mostrar contrastes e/ou semelhanças linguísticas socioculturais (isoglossas diastráticas) ou ainda podem configurar diferenças de estilo (isoglossas diafásicas). (RIBEIRO, 2012, p. 43)

Sobre dialeto, Ferreira e Cardoso (1994) comentam que dialeto é formado por um conjunto de isoglossas que apresentam uma relativa homogeneidade dentro de “uma comunidade linguística em confronto com outras” (p. 16). Além disso, citando Coseriu (1982), as autoras comentam que a diferença entre uma língua e um dialeto está no *status* histórico que a língua tem:

Um dialeto, sem deixar de ser intrinsecamente uma língua, se considera subordinado a outra língua, de ordem superior, ou dizendo-se de outra forma: o termo dialeto, enquanto oposto a língua, designa uma língua menor incluída em uma língua maior, que é, justamente uma língua histórica (ou idioma). Uma língua histórica – salvo casos especiais – não é um modo de falar único, mas uma família histórica de modos de falar afins e interdependentes, e os dialetos são membros desta família, ou constituem família menores dentro da família menor. (COSERIU, 1982, p. 11-12 apud FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 16)

Ribeiro (2012), em sua tese de doutorado intitulada *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano*, comenta também da importância da conceitualização do termo ‘falar’ para um estudo dialetológico. Segundo a autora, há pesquisadores que utilizam ‘falar’ e ‘dialeto’ como sinônimos e outros que conceitualizam cada um desses termos como elementos diferentes na língua. A autora comenta que Rossi (1969) evitou utilizar o termo ‘dialeto’ na época de seus estudos por duas razões: a primeira seria porque “[...] os dialetos do Brasil [não

estavam até então] devidamente documentados” (RIBEIRO, 2012, p. 45) e também pelo fato de que, na época o termo ‘dialeto’ carregava um tom depreciativo. Mais adiante, a autora traz uma citação de Câmara Jr. (1986), que observava dialetos e falares como:

Línguas de pequenas regiões, através de um território lingüístico dado, que se distinguem umas das outras por oposições superficiais dentro do sistema geral de oposições fundamentais que reúne todas numa língua comum (v.). Os dialetos (v.) são a rigor conjuntos de falares que concordam entre si por certos traços essenciais. (CÂMARA JR., 1986, p. 115 apud RIBEIRO, 2012, p. 46)

Ribeiro (2012) ainda ressalta que Câmara Jr. (1986) não observava o termo ‘dialeto’ como um termo carregado culturalmente de sentido depreciativo e que se configura como um conjunto de diferentes falares. Assim, “dialeto é uma forma particular de uso da língua, adotada por uma comunidade de fala” (RIBEIRO, 2012, p. 46) e que a língua é composta por um conjunto de dialetos os quais são inteligíveis entre os falantes de uma mesma língua.

Segundo Silva Neto (1979, p. 13), “as línguas são resultado de complexa evolução histórica e se caracterizam no tempo e no espaço por um feixe de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além”. A consciência sobre a diversidade linguística existe desde períodos remotos, como demonstrado no *Appendix Probi*, em que se havia listas de como deveriam ser pronunciadas determinadas palavras do latim.

Outros exemplos do fato de a consciência da diversidade linguística ser antiga são dados no livro de Cardoso (2010) de duas passagens bíblicas presentes no Antigo Testamento, uma em Gênesis (11,1) e (11,9) e outra em Juízes (12:1-15). Em Gênesis (11,1), diz-se que existia somente uma língua, mas devido a criação de um prédio que tocasse o céu – “edifiquemos nós uma cidade e uma torre cujo cume toque nos céus” (Gênesis 11:4)¹ –, o Deus bíblico decidiu fazer com que os humanos já não se entendessem através de uma mesma língua – “porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra, e dali os espalhou o Senhor sobre a face de toda a terra” (Gênesis 11:9)².

A segunda passagem referida é a de Juízes (12:1-15) em que a palavra ‘xibolete’ foi usada para diferenciar dois povos, os gileaditas e os efraimitas, pois os gileaditas estavam bloqueando a passagem do Jordão que exigiam de quem quisesse atravessar que pronunciasse a referida palavra. Os efraimitas, de acordo com Chambers e Trudgill (1994), citando Juízes

¹ BIBLÍA PORTUGUÊS (2018).

² BIBLÍA PORTUGUÊS (2018).

(12,6) “decía[m] sibboleth, porque no podia[m] pronunciarlo correctamente. Entonces lo agarraban y lo degollaban” (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 36)³.

Mesmo com os diversos exemplos da existência de uma consciência da diversidade linguística no mundo, é no século XIX que serão projetados com “eficácia os rumos do novo ramo dos estudos da linguagem, a Dialetoлогия, com seu método específico, a geolinguística” (CARDOSO, 2010, p. 35). Segundo Cardoso (2010), os trabalhos de cunho dialetológico têm início a partir desse período devido à difícil locomoção e comunicação entre as localidades. Nesse período houve dois marcos importantes para a Dialetoлогия com relação à inserção da geolinguística como seu método fundamental: o primeiro refere-se ao trabalho de Georg Wenker e o segundo ao de Jules Gilliéron e Edmond Edmont, ambos no final do século XIX.

Com relação ao primeiro, em 1876, ainda de acordo com Cardoso (2010), Georg Wenker propôs-se a levantar dados da realidade linguística alemã que foram demonstrados em atlas intitulado *Atlas lingüístico do alemão Império*, constituído por 40.736 localidades e com cerca de 44.251 respostas coletadas, sem a 1886determinação de sexo (feminino e masculino), faixa-etária (jovens e idosos) e escolaridade – apenas letrados foram inquiridos. Em seu questionário, o autor adicionou frases em alto alemão⁴ que foram enviadas para diversas escolas para que fossem traduzidas para os dialetos locais. Ressalta-se que, segundo Cardoso (2010), Georg Wenker não trazia em seu trabalho dados de cunho social, isto é, não apresentava controle das variáveis sociais, porém, pelo fato de os dados terem sido enviados para inspetores regionais de diversas escolas, é possível dimensionar que “as respostas foram dadas por letrados [...] e podem, ainda, contemplar a contribuição de outros aos quais tenham recorrido esses informantes iniciais” (p. 41).

O trabalho de Georg Wenker, conforme Cardoso (2010), teve por objetivo demonstrar os limites dialetais da Alemanha através de dados fonéticos da língua alemã e refutar uma das afirmações dos neogramáticos que, de acordo com Chambers e Trudgill (1994), “as mudanças fonéticas não admitem exceções” (p. 37, tradução minha). Ainda segundo os autores, Wenker conseguiu mostrar que “seus resultados imediatos pareciam fazer cair por terra qualquer presunção acerca da ausência de exceções na mudança fonética, já que revelaram uma heterogeneidade antes inimaginável” (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 37, tradução minha).

³ “dizia[m] Sibolete, porque não o conseguia[m] pronunciar corretamente. Então o capturavam e o degolavam” (tradução minha, CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 36)

⁴ Língua de origem germânica falada na região central e na parte montanhosa no Sul da Alemanha.

O segundo marco importante refere-se à recolha sistemática de dados para o *Atlas linguistique de la France* (ALF)⁵, obra de Jules Gilliéron e Edmond Edmont a qual contém dados de 639 localidades e 1400 respostas. Edmont, por ter uma extrema facilidade de entendimento fonético, desenvolvia um excelente papel como inquiridor, sendo visto como uma figura quase lendária entre os dialetólogos. Edmont foi escolhido pela nitidez de seu ouvido e foi treinado para usar corretamente a transcrição fonética.

Os resultados de Edmont foram enviados para Gilliéron e seus assistentes periodicamente e eles foram incorporados em sua análise. Assim, a publicação ocorreu quase imediatamente; o primeiro volume foi publicado em 1902 e o décimo terceiro e último volume foi publicado em 1910. O ALF foi um marco para o início da geolinguística com rigor científico, pois “pôs na ordem do dia a discussão da complexidade do fenômeno linguístico tanto na perspectiva sincrônica como na diacrônica” (CARDOSO, 2010, p. 44) e foi o primeiro atlas a incluir dados sociais em seu escopo. A partir destes e outros estudiosos, a geolinguística implementou-se nos estudos da Dialetologia.

A Dialetologia no Brasil e sua metodologia seguiram o seguinte percurso: o primeiro registro de estudo dialetológico foi feito também no século XIX pelo Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, que, ao ser solicitado por Adrien Balbi, forneceu dados sobre o português do Brasil em comparação com o português de Portugal para contribuir sobre os dados do português publicados na obra *Atlas ethnographique du globe...*, de Adrien Balbi⁶. De acordo com Cardoso (2010), é a partir da publicação do atlas de Adrien Balbi que se inicia a primeira das três fases da Dialetologia no Brasil, a segunda fase inicia-se com a publicação de Amaral (1920) e a terceira com a publicação do decreto 30.643 (BRASIL, 1952). As fases que eram inicialmente três, foram expandidas para quatro fases por Cardoso e Mota (2005) e, mais recentemente, para cinco fases por Teles (2018).

A primeira fase começa em 1826, com o texto do Visconde de Pedra Branca para o *Atlas ethnographique du globe...*, de Adrien Balbi, e termina em 1920, com a publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral. O texto do Visconde para o atlas de Balbi foi essencial para o desenvolvimento dessa fase, sendo considerado o primeiro estudo que observava a diversidade linguística da língua portuguesa. É importante dizer que o atlas de Balbi não só continha dados de língua portuguesa mas também foi o primeiro a comparar o uso de certas palavras no português de Portugal e do Brasil.

⁵ Referência: Gilliéron e Edmont (1902-1910)

⁶ Fonte: Balbi (1826)

Esse período é marcado por trabalhos de cunho lexicográfico que geraram a publicação de diversos dicionários e vocabulários foram desenvolvidos, como *O tupi na geografia nacional*, de 1901, feito por Theodoro Sampaio, e o *Glossário paraense*, de 1905, feito por Vicente Chermont de Miranda⁷. De acordo com Cardoso (2010), é nessa fase que se encontra o primeiro trabalho de cunho gramatical feito no Brasil, intitulado *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*, de José Jorge Paranhos da Silva⁸, publicado em 1879. Essa obra apresenta duas partes, a primeira em que o autor faz considerações com relação à pronúncia de determinadas palavras e a segunda parte que trata de questões lexicais, morfossintáticas e estilísticas.

É com a publicação da obra de Amadeu Amaral, *O dialeto caipira*, em 1920, que a segunda fase da Dialectologia no Brasil se inicia e termina com o Decreto nº 30.643⁹. *O dialeto caipira* apresenta dados importantes com relação aos dialetos do português brasileiro, focando na fala caipira típica de algumas localidades do Estado de São Paulo. Essa fase apresenta um enfoque em trabalhos monográficos que transcendem os estudos lexicológicos, inserindo-se na grade dos pesquisadores análises de cunho fonético-fonológico e morfossintático. São exemplos as obras de Dante de Laytano, *Vocabulário do Nordeste do Rio Grande do Sul: linguagem dos praiheiros* (LAYTANO, 1933), e de Gladstone Chaves de Melo, *A língua do Brasil* (MELO, 1946).

Outra obra relevante foi *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, publicada inicialmente em 1922 e, posteriormente, após revisão, ampliação e reescrita do título da obra, republicada em 1953. O autor, além de abordar outras questões, delimita uma divisão dialetal do Brasil baseada na “cadência e [n]a existência de pretônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em mente” (NASCENTES, 1953, p. 25). O autor separa o Brasil em dois grandes falares, o do *Norte* e o do *Sul* e subdivide esses dois grandes falares em seis, o do *Norte* em dois (*falar amazônico* e *nordestino*) e o do *Sul* em quatro (*falar baiano*, *fluminense*, *mineiro* e *sulista*). Nascentes (1953) ainda relata a existência de um território incomum, que compreende parte do que chamamos hoje de Centro-Oeste do Brasil, como é possível observar na Figura 1, a seguir:

⁷ Fonte: Sampaio (1983) e Miranda (1968)

⁸ Fonte: Paranhos da Silva (1879)

⁹ Fonte: Brasil (1952)

Figura 1 - Divisão dialetal de Nascentes (1953) em O linguajar carioca.



Fonte: Barbadinho Neto (2003, p. 700).¹⁰

Em 1952, inicia-se a terceira fase dos estudos dialetológicos no Brasil. Seu marco inicial dá-se com a publicação do Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que propõe a elaboração de um atlas linguístico do Brasil. Esse Decreto encarregava a Casa de Rui Barbosa da documentação da realidade linguística do país através de entrevistas nas localidades. Salienta-se que esse Projeto de criação de um atlas linguístico foi adiado devido às limitações à época de transporte e comunicação. A terceira fase tem como principal fundamento a sistematização dos estudos dialetais, trazendo o foco para a geolinguística, método essencial que consiste na criação de cartas linguísticas para demonstrar os fenômenos estudados.

Um trabalho significativo da época foram as *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, de Antenor Nascentes¹¹, em dois volumes – o primeiro publicado em 1958 e o segundo em 1961. Nessa obra há o estabelecimento das bases metodológicas de um trabalho de campo que hoje são fundamentais para qualquer pesquisa de cunho dialetológico. Outra obra necessária para o desenvolvimento da metodologia da Dialectologia atual foi a de Silva Neto (1957), que estabeleceu diversos parâmetros para as pesquisas linguísticas no Brasil:

- (a) Sondagens preliminares, criação de ambiente, difusão do método;

¹⁰ A divisão dialetal de Nascentes (1958) foi publicada inicialmente na Revista de geografia (), o texto foi republicado como uma forma de homenagear Nascentes.

¹¹ Fonte: volume 1 - Nascentes (1958) e volume 2 - (1961)

- (b) Recolha de vocabulários com todas as exigências técnicas;
- (c) Monografias etnográfico-linguísticas sobre determinadas “esferas semânticas”;
- (d) Monografias etnográfico-linguísticas sobre falares;
- (e) Atlas regionais;
- (f) Inquérito nacional feito com questionário uniforme e distribuição geográfica dos materiais recolhidos, em mapas (atlas nacional). (SILVA NETO, 1957, p. 11 apud CARDOSO, 2010, p. 140)

Uma outra obra importante nesta fase foi a de Nelson Rossi em conjunto com Dinah Insensee e Carlota Ferreira¹², os referidos autores foram os responsáveis pelo “primeiro passo concreto no campo da geolinguística” (CARDOSO, 2010, p.141), através da publicação do *Atlas prévio dos falares baianos*. Atlas no qual o autor reforça a natureza contextual da dialetologia, afirmando que:

[...] [um] fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente - ainda que por ausência - em outro ponto ou área”. (CARDOSO, 2010, p. 141 apud ROSSI, 1967, p.104)

A quarta fase dos estudos dialetais começa a partir da instituição do Projeto ALiB e foi proposta por Cardoso e Mota (2005). Tem início em 1996, com o *Seminário Caminhos e Perspectivas da Geolinguística no Brasil*, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, que retoma o propósito do Decreto nº 30.643. A partir disso, o Projeto ALiB responsabiliza-se por desenvolver um extenso questionário contendo fenômenos fonéticos, morfossintáticos e semântico-lexicais com o propósito de documentar e analisar a realidade e o funcionamento do português brasileiro.

Por tudo isso, chegou-se em 1996 com experiência e fôlego para dar início a um Projeto nacional através da oficialização da elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, com a constituição do Comitê Nacional durante o Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil, em Salvador, Bahia. Como bem se expressam Ferreira e Cardoso (1994, p. 44), “Posta na letra da lei, a Geografia lingüística no Brasil não teria encontrado desenvolvimento sem o trabalho relevante e pioneiro dos que com ela se sentiam comprometidos”. (TELES, 2018, p. 76)

O objetivo dessa fase é a implementação dos questionários e dos pressupostos metodológicos que seriam executados nas entrevistas gravadas *in loco* em 250 pontos, reunindo um total de 1.100 informantes em todo o país. Ademais, é nessa nova fase em que há a incorporação de princípios desenvolvidos pela Sociolinguística, afastando-se de uma visão

¹² Fonte: Rossi, Insensee e Ferreira (1963)

monodimensional e incorporando elementos diastráticos, diassexuais e diageracionais. De acordo com Teles (2018),

[...] os princípios apregoados pela Sociolinguística passaram a ser incorporados aos elementos definidores dos princípios metodológicos adotados, levando a uma clara distinção entre a Geolinguística monodimensional predominante até então e a nova Geolinguística, pluridimensional (a tradicional versus a contemporânea). (TELES, 2018, p. 77)

O Projeto ALiB é sediado no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, porém também é desenvolvido em outras diversas grandes universidades brasileiras, como a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal do Maranhão, dentre muitas outras, o que lhe confere um caráter nacional e interinstitucional. O objetivo do Projeto é estudar a realidade da língua portuguesa do Brasil e demonstrar, por meio do método da geolinguística multidimensional, que inclui a elaboração de mapas linguísticos/cartas linguísticas, os resultados obtidos a partir dos inquéritos produzidos¹³.

O ALiB entrevistou uma grande rede de informantes autodeclarados dos sexos feminino e masculino, de duas faixas etárias (faixa I – 18 a 35 anos, faixa II – 50 a 65 anos) e de dois níveis de escolaridades (fundamental incompleto nas localidades do interior, fundamental incompleto e universitário completo nas capitais). Com relação às localidades abrangidas pelo Projeto, o ALiB conta com 250 pontos em todo o Brasil, com um total de 1.100 informantes, quatro informantes em cada uma das localidades do interior e oito informantes em cada capital¹⁴ do Brasil.

O Projeto possui um extenso inquérito (cf. COMITÊ NACIONAL..., 2001), em que se reúnem questões de diversos níveis intralinguísticos, sendo: 159 questões de cunho fonético-fonológico, 11 questões de prosódia, 202 questões semântico-lexicais, 49 questões de morfossintaxe, quatro questões de pragmática, seis questões metalinguísticas e um texto para leitura. Nessa fase a coleta de dados do ALiB é concluída e as entrevistas seguiram uma metodologia própria que não só observa fatores intralinguísticos, mas também fatores sociais. De 1996 até 2014 (final da quarta fase), houve a publicação de diversos atlas regionais, como, por exemplo, o *Atlas lingüístico do Ceará* (ALECE), o *Atlas lingüístico de Sergipe II* (ALSII)

¹³ Fonte dos inquéritos do Projeto ALiB: (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 2001).

¹⁴ As capitais do Tocantins (Palmas) e do Distrito Federal (Brasília) não integram a rede de pontos do ALiB por questões metodológicas: são cidades de fundação recente, com menos de 100 anos de existência.

e o *Atlas linguístico sonoro do Pará (ALISPA)*¹⁵.

Segundo Teles (2018), em sua tese defendida para o Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura na Universidade Federal da Bahia, há o surgimento de uma quinta fase da Dialectologia no Brasil a partir da publicação do *Atlas linguístico do Brasil* (volumes 1 e 2)¹⁶ em 2014, durante o III Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística – CIDS. A autora salienta que os avanços alcançados tanto nas fases anteriores quanto nesta fase foram extremamente importantes para a geolinguística brasileira. Todas essas fases culminaram na quantidade de trabalhos de pós-graduação, de iniciações científicas na área e também na grande visibilidade do Projeto ALiB em nível nacional e internacional e de trabalhos ele afiliados. Assim,

É indiscutível a argumentação de que esse é um marco da Geolinguística brasileira: tanto pelo fato de inúmeros trabalhos terem sido desenvolvidos, desde então, a partir do seu conteúdo, quanto pela extensão alcançada, seja pela disponibilização do atlas em bibliotecas não apenas das Universidades integrantes do Projeto, seja pela divulgação em âmbito nacional que o atlas teve a partir de telejornais de coberturas locais e nacionais, além de uma série composta de vários programas, abordando praticamente todas as áreas de estudos linguísticos que o ALiB contempla.

[...]

O ALiB representa um marco: do ponto de vista cartográfico, também se trata de uma publicação inovadora, especialmente por ser o primeiro atlas linguístico no Brasil a ter sido concebido para utilização em Sistemas de Informações Geográficas, não somente pelo fato de ter sido utilizada uma base cartográfica digital, oficial, mas também porque todas as feições geográficas estão perfeitamente construídas para esse fim. Com isso, outra característica ímpar é o georreferenciamento de todas as localidades, tornando todas cartas publicadas passíveis de reedições e complementações a qualquer época. (TELES, 2018, p. 79-80)

O desenvolvimento da Dialectologia é essencial para entender os rumos dos estudos variacionistas no Brasil. Com o passar das fases, a visibilidade dada a essa área auxiliou no aumento da consciência da necessidade de se entender a diversidade linguística do país. O Brasil é um país extremamente rico não só no sentido de seus recursos naturais mas também em cultura e na diversidade de sua população, o que acaba se refletindo na fala. A consciência da realidade linguística é essencial para que haja a quebra de barreiras e preconceitos que afetam a visão da sociedade com relação aos falares de diversas camadas da população. Com isso, o Projeto ALiB e a publicação dos volumes do atlas representam um importante legado para o Brasil.

¹⁵ Fontes: Bessa (2010), Cardoso (2002) e RAZKY (2004) respectivamente
¹⁶ Fonte: Cardoso et al (2014a) e (2014b)

2.1.2 A Sociolinguística laboviana e sua influência na linguística brasileira

Apesar de a Linguística ter tomado forma como ciência a partir da publicação do *Curso de linguística geral*, obra póstuma de Saussure (2006[1916]), a Sociolinguística só se estabelece como área importante dos estudos linguísticos a partir da década de 1960 com o início dos estudos da língua inglesa envolvendo os estratos sociais desenvolvidos por William Labov. O estudioso foi o responsável por formular um modelo de análise linguística que não só observasse os fatores internos da língua (*langue* para Ferdinand de Saussure e *competência* para Noam Chomsky) mas também os fatores sociais, como, por exemplo as classes sociais, que influenciavam a fala dos indivíduos. Esse modelo é intitulado Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação.

A língua não é propriedade do indivíduo, mas da comunidade (é social). Entretanto, Labov discorda de Saussure, Chomsky e outros que insistem na homogeneidade necessária do objeto linguístico, que ignoram a heterogeneidade e que consideram a fala como caótica e desmotivada. (COAN; FREITAG, 2011, p. 175)

Labov é considerado o expoente da Sociolinguística Variacionista, publicando exemplares extremamente importantes para a área como *Padrões sociolinguísticos*, em 1972, e *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, em 1968, em conjunto com os linguistas Uriel Weinreich e Marvin Herzog, obras utilizadas até os dias atuais como base para os estudos sociolinguísticos. Para Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), a língua deve ser estudada em seu uso dentro das comunidades de fala, levando em conta os contextos sociais, como estrato social, sexo, etnia, além da localidade em que o falante está inserido.

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua [...] (LABOV, 2008 [1972], p. 21)

A Sociolinguística, assim como a Dialetoлогия, parte do princípio de que todas as línguas são heterogêneas e apresentam diferenças internas (fonéticas, morfossintáticas, lexicais etc.) que também são influenciadas por fatores sociais, porém diferenciam-se na questão de que a Dialetoлогия foca na fala dos indivíduos dentro de uma localidade, enquanto a Sociolinguística

busca trazer outros fatores externos, como sexo, faixa etária e classe social, para explicar a variação.

De acordo com Labov (2008 [1972]), a variação é um processo natural e universal dentro das línguas. Todas as línguas apresentam a capacidade de variar e mudar, visto que a língua sofre influência de manifestações culturais e históricas que mudam com o tempo. Pensando nessa questão, o objetivo central dos estudos da Sociolinguística é entender as diferentes formas de se dizer a mesma coisa, ou seja, a variação. Outro ponto essencial para a Sociolinguística é a questão da mudança linguística, que também é vista como um processo inerente a toda e qualquer língua existente.

Para a Sociolinguística a língua é dotada de “heterogeneidade sistemática”, fato que permite a identificação e demarcação de diferenças sociais na comunidade, constituindo-se como parte da competência linguística dos indivíduos, o domínio de estruturas heterogêneas. (ETTO; CARLOS, 2017, p. 722)

Com relação às teorias anteriores ao advento da Sociolinguística, o estruturalismo e o gerativismo, Labov, em seus estudos, tece críticas importantes a ambas. Com relação ao estruturalismo, Labov critica duramente a separação entre *langue* e *parole*, pois, para ele, a *parole* deveria ser observada pelo pesquisador, visto que é através dela que podemos analisar a língua em seu uso e, conseqüentemente, seu processo de variação e mudança, diferentemente do estruturalismo, que desconsiderava os fatores externos ao definir língua como “um sistema de signos que estabelecem relações entre si” (COELHO et al., 2010, p. 21), focando os estudos somente na *langue*. Ele também critica a separação entre sincronia e diacronia e o foco dado pelo estruturalismo à sincronia, visto que a língua funciona sincronicamente e muda diacronicamente, mas é na sincronia que se observa a variação que poderá resultar em mudança na diacronia, ou seja, toda mudança decorre de uma variação anterior.

O autor também se opõe à posição de Chomsky com relação à imanência da língua, pois, para Labov, a heterogeneidade é parte integrante de qualquer comunidade de fala e, por isso, não é possível conceber um falante-ouvinte ideal, que, de acordo com a teoria gerativa, é aquele que não é afetado pela variação linguística, é aquele que apresentaria uma língua padrão. Com isso, a ideia de falante-ouvinte é impossível, pois todos os indivíduos e todas as comunidades passam pela variação linguística. Nenhuma pessoa falará de maneira homogênea, pois a variação é um processo inerente a todas as línguas existentes e “não há dois falantes que se expressem do mesmo modo, nem mesmo um falante que se expresse da mesma maneira em diferentes situações de comunicação” (COELHO et al., 2010, p. 22). Portanto a busca por um

falante ideal e de fala homogênea é ineficiente para se entender o funcionamento das línguas, é preciso observar a língua em seu uso, levando em conta os fatores externos que influenciam a fala.

Com a intenção de observar a questão da heterogeneidade linguística na prática, um dos primeiros estudos quantitativos de Sociolinguística variacionista foi desenvolvido por Labov, em 1963, na comunidade de Martha's Vineyard, em Massachusetts, Estados Unidos. Essa pesquisa representou um marco nos estudos sociolinguísticos, pois foi a partir dele que Labov demonstrou a importância do social na fala dos indivíduos. Nesse trabalho, Labov investigou o dialeto utilizado na ilha, que apresentava a centralização das vogais nucleares em ditongos decrescentes, (ay) e (aw). Os resultados obtidos das entrevistas gravadas foram de que houve uma tendência em centralizar as vogais, diferentemente do que ocorria na fala da população da região de New England, região noroeste dos Estados Unidos em que o estado de Massachusetts está inserido.

Outro estudo importante para o desenvolvimento das bases da Sociolinguística foi a publicação de *A estratificação social do inglês falado em Nova York*. Nesse trabalho, Labov busca retratar a investigação sobre as implicações dos fatores sociais na fala do inglês *standard* e não *standard*, utilizando o estrato social como base para suas análises. O autor coletou dados da fala de pessoas, por meio de gravações, que trabalhavam em três lojas de departamento que atendiam a classes sociais diferentes: a S. Klein – classe baixa, a Macy's – classe média, a Saks Fifth Avenue – classe alta. Ele observou a presença e a ausência do [r] em posição pós-vocálica em *fourth floor* (quarto andar). Em suas entrevistas, o autor se dirigia a cada uma das lojas e perguntava aos funcionários onde ficava determinada sessão de roupas e os mesmos precisariam responder 'quarto andar'.

Como resultado, Labov percebeu que 62% dos empregados da Saks, 51% da Macy's e 21% da S. Klein utilizavam o [r] em suas pronúncias. Com isso, o autor relacionou o público consumidor dessas lojas com a forma como seus funcionários utilizavam o [r]. A Saks é frequentada pela população de classe média-alta, enquanto a Macy's apresenta um público de classe média baixa e, por fim, a S. Klein é frequentada pela classe operária. É notável que esses estudos são inovadores para a época, pois relacionam as classes sociais ao uso da língua. Assim, Labov conclui que os fatores sociais são essenciais para entender o processo de variação e mudança linguística.

Labov, Weinreich e Herzog (2006 [1968]) desenvolvem as bases para a implantação da Sociolinguística variacionista e de sua teoria principal, a teoria da mudança linguística. A Sociolinguística pressupõe que as línguas só sofrem mudanças se elas passarem por um

período de variação. Para os autores, a mudança é vista como um processo inerente a toda e qualquer língua existente e só acontece após um estágio de variação, isto é, para que a língua mude, é preciso que exista heterogeneidade em seu sistema; uma mudança jamais ocorre sem antes haver um processo de variação. Assim, a mudança pode ocorrer através de um desfavorecimento progressivo de um elemento que preexistia no sistema da língua em prol de um novo que tenha surgido, portanto o elemento anterior torna-se arcaico e cai em desuso.

Os autores delimitam que, para um trabalho de Sociolinguística existir, análises quantitativas de dados linguísticos correlacionados com fatores sociais são necessárias e esses dados devem apresentar uma sistematicidade da variação, através do seu encaixamento nos fatores sociais e linguísticos que se correlacionam com o processo de mudança linguística. Ainda na mesma obra, os autores propõem os princípios essenciais para que aconteça uma mudança linguística:

a) A mudança sempre começa através da generalização de um determinado fenômeno dentro de uma comunidade de fala de forma sistematizada, ou seja, organizada, nunca de forma aleatória;

b) Toda a língua é sistematizada, mesmo não sendo homogênea, a mudança não é desordenada, ela é estruturada e segue as regras presentes em uma determinada língua;

c) Nem toda variação acarreta mudança, porém para que a mudança exista é preciso que exista anteriormente um processo de variação, visto que a heterogeneidade linguística é parte intrínseca do funcionamento das línguas;

d) O processo de alastramento da mudança em um sistema acontece de maneira gradual ao longo do tempo e do espaço e pode apresentar-se de forma diferente em cada uma das comunidades de fala, dependendo do contexto em que esta está inserida;

e) A mudança sempre acontece de forma coletiva, em outras palavras, sempre acontece na gramática de uma comunidade de fala, com isso a mudança sempre é coletiva;

f) A mudança não está reclusa a um determinado grupo de pessoas, mas é um processo que acontece na comunidade de fala como um todo;

g) A mudança está sempre relacionada com fatores sociais e linguísticos, pois ambos funcionam de maneira conjunta para gerar a mudança, é impossível descrevê-la sem observar a comunidade de fala e o sistema linguístico em que este processo está inserido.

Com base nesses princípios, percebe-se que a heterogeneidade linguística não acontece de forma caótica e irregular, toda mudança apresenta regularidade e se espalha dentro de uma língua de forma sistemática, caso contrário seria impossível que os indivíduos de uma comunidade de fala conseguissem entender-se mutuamente, levando em conta a

heterogeneidade presente em todas as línguas. Portanto a Sociolinguística variacionista, para entender as regularidades do processo de mudança, observa um determinado fenômeno linguístico através da análise dos seguintes elementos: fatores condicionantes; encaixamento da variação; avaliação das mudanças; transição; e implementação. Salomão (2011) resume o que é buscado em cada um desses elementos:

- a) Fatores condicionantes – busca-se compreender quais são as condições para a mudança em dada estrutura, que podem advir de fatores de ordem social e de ordem linguística.
- b) Encaixamento da variação – busca-se atentar para outras mudanças associadas a determinadas mudanças ou variação das formas em observação na matriz dos concomitantes linguísticos e extralinguísticos e nos desdobramentos da estrutura social.
- c) Avaliação das mudanças – busca-se estudar os possíveis efeitos da variação sobre a estrutura linguística, sobre a eficiência comunicativa e sobre um amplo conjunto de categorias não-representacionais (inclusive interacionais, discursivas e pragmáticas) envolvidas na fala.
- d) Transição – busca-se compreender os estágios intervenientes entre dois estados da língua: como um falante aprende uma forma alternante, tempo em que as duas formas co-existem, e tempo em que uma das formas prevalece sobre a outra.
- e) Implementação – busca-se analisar os fatores responsáveis pela implementação da mudança e a razão pela qual as mudanças em um aspecto estrutural ocorrem em determinada língua em um dado momento, mas não em outra língua com o mesmo aspecto, ou na mesma língua, em outras épocas. (SALOMÃO, 2011, p. 191)

Para desenvolver um trabalho de Sociolinguística variacionista, os elementos detalhados por Salomão (2011) precisam ser observados principalmente em trabalhos que buscam tratar de uma mudança em curso. Com isso, ao se obter os dados, é preciso analisá-los com a ótica de que esses elementos precisam ser bem explicados dentro de uma pesquisa. Quando se observa os fatores condicionantes, assim como o destacado pela autora, o pesquisador precisa entender quais fatores condicionam uma determinada variação, que pode ou não gerar uma mudança linguística; além disso, é necessário observar se esses fatores podem ser de origem social ou intralinguística.

Já para o encaixamento da variação, o pesquisador analisa como o fenômeno observado se encaixa dentro dos fatores sociais e linguísticos e como ocorre seu uso dentro do próprio sistema linguístico. Com isso, entendendo seu encaixamento, entende-se também suas restrições, ou seja, em quais contextos uma determinada variação acontece e também nos quais ela não acontece, podendo ainda estar condicionada a outro fenômeno.

As restrições internas e externas à língua, ou os condicionadores internos e externos, podem ajudar, por exemplo, a compreender como a mudança se encaixa na língua e na sociedade e quais as forças que guiam a continuidade da mudança linguística. Possíveis respostas a essas questões estariam ligadas principalmente à estrutura social. O encaixamento pode ser observado quando estudos atestam uma correlação entre o fenômeno de mudança e a estrutura social (grupo socioeconômico, idade, sexo, escolaridade, etnia, localização geográfica). (COELHO et al., 2010, p. 99)

Com relação à avaliação das mudanças, o pesquisador estudará como a variação influi no sistema da língua, como esta influi na comunicação dos indivíduos de uma comunidade de fala e como o sistema linguístico se organiza para dar conta desse novo elemento. É por meio da avaliação que se entenderá em quais condições específicas determinada variação acontece, quais dessas condições (intra ou extralinguísticas) serão favoráveis ou desfavoráveis para o funcionamento de uma variação. O próprio falante, inclusive, faz essas avaliações enquanto fala, pois tem a sensibilidade de perceber quanto determinada variante é prestigiada ou estigmatizada pela sociedade em que está inserido; em outras palavras, a avaliação se dá no seu significado social.

Busca-se também entender a transição da mudança, isto é, quais são os estágios por que um processo de variação passa para atingir uma mudança linguística, quais as variantes que existem no processo de variação, quanto tempo leva para uma das variantes cair em desuso em detrimento do prevaletimento da outra, como aconteceu, por exemplo, com o pronome de segunda pessoa do plural *vós*, que se percebe um possível progresso de mudança em desfavorecimento do uso de *vós* e um favorecimento do uso de *vocês* no português brasileiro. A mudança não acontece de forma súbita, mas sim de forma gradual e variantes convivem por um período intermediário antes que a mudança possa ser ou não completada, isto é, caso em que se detecta uma possível mudança em progresso.

É aqui que podem ser observadas as mudanças tanto em tempo aparente quanto em tempo real. A análise em tempo aparente acontece através da observação de diferentes gerações em um mesmo período de tempo, como é o caso dos Projetos NURC¹⁷ e ALiB, que consideram duas faixas etárias no caso do ALiB e três faixas etárias do NURC em um mesmo recorte temporal para que sejam comparadas e demonstrem ou não a existência de diferenças de variação.

¹⁷ Projeto NURC: Projeto da Norma Urbana Oral Culta. Foi um Projeto que buscava analisar o uso da norma culta urbana nas capitais do Brasil e continha o controle de três faixas etárias diferentes (faixa 1 - 25 a 35 anos, Faixa 2 - 36 a 55 anos e faixa 3 - mais de 56 anos). Para mais informações conferir Silva (1996).

Já a análise em tempo real é aquela em que o pesquisador observa o comportamento linguístico ao longo de períodos diferentes de tempo, seja considerando os mesmos informantes (estudo de painel), seja considerando informantes diferentes da mesma comunidade (estudo de tendência). Um exemplo de trabalho de tempo real é o NURC, que trabalha com o estudo de tempo real de curta duração, visto que foram feitas entrevistas com os mesmos informantes em dois períodos diferentes, iniciando nos 1970 e “para analisar a mudança linguística, iniciou-se na década de 90, a ampliação do corpus do NURC, [...] através do recontato dos informantes da amostra inicial e coleta de uma amostra complementar” (FREITAG, 2005, p. 108)

Por fim, observa-se a implementação da mudança; em outras palavras, como a mudança se fixou no sistema, qual foi o caminho entre o processo de variação e mudança que fez com que o elemento em estudo tenha de fato mudado e as razões principais para esse acontecimento, ou seja, o que gerou a implementação desse elemento no sistema em determinado momento e não em outro.

Diversos estudos, como os de Sampaio (2001), Cardoso (2009) e Andrade (2015)¹⁸, por exemplo, demonstram que houve uma mudança linguística no uso do pronome de segunda pessoa do plural, o *vós*, que, no português brasileiro, se tornou obsoleto em favor do uso de *vocês*. Todavia é importante ressaltar que nem toda variação resulta em mudança, ou seja, é possível que a variação exista, mas que esta não provoque mudanças no sistema da língua. A mudança é um processo que exige do pesquisador uma metodologia específica, pois para dar conta de todos os princípios desenvolvidos pela Sociolinguística variacionista, é preciso uma metodologia que seja capaz de responder a as questões anteriormente discutidas.

Assim, a metodologia da Sociolinguística baseia-se na coleta de dados de informantes em sua comunidade de fala, ou seja, é o espaço em que grupos sociais interagem por meio da língua. Com esse método, os dados são obtidos da “observação direta da língua falada usada em situações naturais de interação social face a face” (COELHO et al., 2010, p. 116), a qual se configura como o vernáculo – uso da língua com menor grau de monitoramento. A necessidade de estudar a língua real vem da tentativa de entender o comportamento da língua da forma mais realista possível, tentando minimizar ao máximo a influência de uma formalidade na língua. Com isso, toda pesquisa variacionista segue os seguintes princípios: a seleção de informantes, a coleta de dados, o estabelecimento do envelope de variação, o levantamento de questões e hipóteses, a codificação e a análise de dados.

¹⁸ Esses estudos serão discutidos de forma mais aprofundada na subseção 2.4 *Variável tu e você e sua influência no modo imperativo*.

Para selecionar os informantes, é preciso compreender a comunidade de fala em que a pesquisa está inserida, em qual ambiente social e regional a pesquisa será desenvolvida, se será zona urbana ou rural e também é preciso considerar qual grupo específico de pessoas será observado, como profissionais de uma determinada área, entre outros. Quanto à quantidade de informantes, é preciso selecionar antes quais variáveis extralinguísticas serão importantes para a coleta de dados. Com isso é necessário organizar os informantes em células sociais, considerando as variáveis definidas. Antes da realização da pesquisa *in loco*, é preciso primeiramente definir uma amostra de informantes, selecionando bem a localidade (rural e/ou urbana), os fatores sociais a serem levados em conta (sexo, faixa etária, nível de escolaridade etc.) e a quantidade de informantes por ponto pesquisado.

O Projeto ALiB, por exemplo, apresenta em sua metodologia diversas células sociais como sexo (feminino e masculino), faixa etária (duas faixas: I de 18 a 35 anos e II de 55 a 65 anos), escolaridade (universitário e fundamental) e localidade (250 localidades).

Para a metodologia de coleta de dados, segundo Labov (2008 [1972]), a forma principal de coleta é a observação direta da língua em situações em que a fala seja a mais natural possível; em outras palavras, em que o falante esteja com o menor grau de monitoramento linguístico possível. Nota-se também que é a partir dessa necessidade de entender essa língua em uso real que surge o paradoxo do observador, pois é instintivo do ser humano apresentar um certo grau de monitoramento na fala quando está em uma situação de entrevista, como é o caso das pesquisas nessa área, que envolvem a gravação das entrevistas. Com a intenção de minimizar essa influência do monitoramento, “para Labov, a melhor forma de coletar bons dados (que reflitam de forma fidedigna e em boa qualidade sonora o vernáculo) é a gravação de entrevistas individuais” (COELHO et al., 2010, p. 116).

As entrevistas Sociolinguísticas são caracterizadas pela peculiaridade do método, que visa a diminuir/evitar o que Labov (2008 [1972]) chama de paradoxo do observador. O interesse da Sociolinguística é analisar o vernáculo de uma comunidade de fala, ou seja, o estilo em que o mínimo de atenção é dado ao monitoramento da fala (LABOV, 2008 [1972]). O vernáculo de uma comunidade de fala é a língua com que se conversa com os amigos ou se conta uma piada, ou seja, o uso linguístico espontâneo, ou com o menor monitoramento possível. (COAN; FREITAG, 2011, p. 183)

Além da gravação de entrevistas individuais, é preciso um bom desenvolvimento de um questionário que possibilite ao informante responder perguntas que o façam dispender menos atenção ao como se diz e mais ao que se diz, isto é, que ele atente mais para o conteúdo de sua fala do que para a forma de uso de suas palavras, por exemplo. Portanto, não existe falante de

estilo único, a fala transitará em estilos de acordo com sua necessidade comunicativa; em situações mais formais há mais monitoramento e em situações menos formais, menos monitoramento. Um exemplo desse tipo de questão são as presentes no *Questionários* do Projeto ALiB na parte Discurso semidirigido, as quais estimulam o informante a apelar para sua memória e para como aquele determinado momento o afetou; assim o informante tende a monitorar menos seu discurso, facilitando a coleta de dados mais vernáculos.

Labov sugere alguns tipos de testes, aplicáveis especialmente a estudos fonológicos, que captam níveis estilísticos distribuídos num gradiente: fala casual > fala cuidada > leitura > listas de palavras > pares mínimos + distenso/informal + tenso/formal Os dados para análise são obtidos em amostras de fala casual, de fala cuidada (com algum grau de monitoramento), em gravação de leitura de textos (com palavras que contêm o dado sob análise distribuídas aleatoriamente), leitura de listas de palavras e leitura de pares de palavras que se distinguem pelo som em questão. (COELHO et al., 2010, p. 122)

Por isso, é preciso desenvolver um questionário diversificado que aborde questões de diversos níveis, além de promover narrativas mais espontâneas, como aquelas que despertem algum tipo de emoção no informante, como aquelas que apelam para questões afetivas para que o informante diminua o seu grau de monitoramento. Para isso é essencial definir o envelope da variação e definir as variáveis que serão importantes para a pesquisa. Um exemplo desse tipo de questionário é o do Projeto ALiB, que inclui questões dos níveis fonético-fonológico, lexical, morfossintático, pragmático e metalinguístico, além de apresentar questões de discurso semidirigidos e um texto para leitura¹⁹.

Não só a definição do envelope da variação e do questionário é significativa para a pesquisa de campo, mas também o levantamento de questões e de hipóteses. É preciso tentar prever os possíveis comportamentos de um fenômeno para que assim seja confirmado ou refutado; desse modo, o levantamento de hipóteses é um dos princípios fundamentais do desenvolvimento da pesquisa científica.

Após a coleta de dados, é preciso que sejam codificados para que uma análise estatística seja feita e assim seja possível responder às perguntas levantadas nas hipóteses. A pesquisa desenvolvida neste trabalho apresenta uma codificação de dados a qual consiste em atribuir um código (letra, números e/ou símbolos) para cada variante e assim seja feita a análise quantitativa dos dados.

¹⁹ Fonte: (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 2001).

É notório que os pressupostos da Sociolinguística se espalham pelo mundo, não sendo diferente no Brasil, em que muitos estudos linguísticos passam a utilizar a metodologia laboviana. Todavia, de acordo com Freitag (2016), antes da década de 1970, havia estudos que tratavam de elementos que fazem parte da Sociolinguística, como o Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (Projeto NURC), iniciado no final da década de 1960, que analisava a fala culta dos falantes das capitais brasileiras, considerando também a variação estilística.

A finalidade do Projeto Censo da Variação Linguística do Estado do Rio de Janeiro era a busca da norma urbana não culta do português falado no Brasil, já que a norma culta era objeto do Projeto Norma Urbana Culta – NURC, que, embora não tenha seguido a orientação metodológica da Sociolinguística variacionista, possibilita o controle de aspectos estilísticos (diferentes tipos de coleta em função da atenção à fala, como as elocuições formais, o diálogo entre entrevistador e informante e o diálogo entre informantes) e sociais/dialetais (foram realizadas coletas em seis capitais: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza) [...]. A abordagem a partir de bancos de dados sociolinguísticos trouxe subsídios para a descrição do português brasileiro, com a padronização da amostragem e coleta de dados, que permite, de certa forma, a comparação de resultados, e, assim, traz contribuições para uma norma brasileira, com descrições Sociolinguísticas em interface teórica tanto com abordagens formais (como Sociolinguística paramétrica, gramáticas em competição), como com abordagens funcionais (sociofuncionalismo, gramaticalização). (FREITAG, 2016, p. 453)

A partir da década de 1970, com Anthony Naro, que recebeu uma proposta para desenvolver o Projeto Competências Básicas do Português em 1977, é que a Sociolinguística propriamente dita chega ao Brasil. Esse Projeto, que estava ligado ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), objetivava

[...] atender à alfabetização funcional de jovens e adultos, que abandonaram a escola, visando a conduzir a pessoa a adquirir a habilidade da leitura, da escrita e do cálculo como meio de integrá-la à sua comunidade, permitindo melhores condições de vida na sociedade. (FREITAG, 2016, p. 452)

Ainda de acordo com a autora, a proposta feita a Anthony Naro para o Projeto Competências Básicas do Português tinha dois requisitos importantes: “ser pesquisa e ter o uso do computador” (FREITAG, 2016, p. 452) Em seguida, Anthony Naro entrou em contato com Labov, que indicou Gregory Guy, que “veio ao Brasil realizar coleta de dados e trazer os programas computacionais para o Projeto” (FREITAG, 2016, p. 452).

Assim, a Sociolinguística variacionista começa a embasar uma parte importante das pesquisas linguísticas no Brasil. A partir disso, Projetos como o Projeto Censo da Variação

Linguística do Estado do Rio de Janeiro e o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – PEUL, liderados por Anthony Naro, foram alguns dos primeiros a adotar a metodologia da Sociolinguística laboviana no país. Mais adiante outros Projetos surgiram, como o Projeto Variação Linguística Urbana da Região Sul do Brasil (VARSUL), que visava a estudar o uso linguístico dentro das áreas urbanas no Sul do país.

Outro Projeto importante que analisa também a variação no âmbito social é o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, que conta com uma grande rede de pontos (250 pontos no Brasil), com 1.100 informantes de todas as partes do país, e que tem como finalidade documentar e analisar a realidade do português brasileiro. Além disso, há muitos trabalhos de Iniciação científica à pós-graduação em todo o Brasil que se utilizam da metodologia laboviana.

2.2 O IMPERATIVO: UM BREVE RELATO DE SEU PROGRESSO DO LATIM AO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A realidade do modo imperativo no português brasileiro é resultado de profundos processos de variação e mudança que aconteceram desde períodos remotos até a atualidade. Assim, o português, por ser uma língua latina, apresenta diversas características que foram herdadas desde o latim. Com isso, é importante entender os percursos que o modo imperativo seguiu desde o latim até o português atual.

2.2.1 O imperativo e o latim

Os primeiros registros do latim, língua falada na região do Lácio, atual Roma, são de 700 a.C. em inscrições primitivas. Os romanos, falantes do latim, ao estabelecerem seu sistema de escrita, começaram o seu movimento de expansão territorial, conquistaram as rotas comerciais cartaginesas, importantíssimas para o processo de dominação em massa de grande parte da Europa Ocidental e parte da Europa Oriental, atual Turquia. A língua latina configurou-se como língua do Império Romano do Ocidente até seu declínio de poder no século V, com as invasões germânicas.

O latim foi a língua que deu origem à língua portuguesa e, portanto, desde as raízes latinas até o atual português do Brasil, o imperativo passou por diversos processos de mudança até chegar à sua forma atual. No latim, o imperativo era um modo verbal que “transmitia ordens ou proibições, nas quais o sujeito era necessariamente o ouvinte” (CARVALHO, 2020, p. 21) e que, em seu processo de mudança linguística do latim ao português, aconteceu, de acordo

com Carvalho (2020, p. 21), uma simplificação em que existiam formas do imperativo para o presente e para o futuro tanto na voz passiva quanto na voz ativa. Para a voz ativa do imperativo, sujeito é aquele que pratica a ação, ou seja, é aquele que executará a ação. Por sua vez, na voz passiva, o sujeito é aquele que recebe a ação imperativa, como no exemplo retirado do Quadro 1 presente nesta subseção, desenvolvido por Carvalho (2020): *amamini*, do latim, que significa no português “sede amados vós”.

A obra *Gramática latina*, de Ravizza (1940), retrata também a existência de dois tipos de imperativo com relação à sua semântica, o imperativo presente e o futuro. No imperativo presente, há uma ordem, pedido ou sugestão dada para ser realizada no presente, isto é, no tempo atual de fala. Já o imperativo futuro caracteriza-se por delimitar ordens que serão executadas após algum tempo ou “habitualmente; por isso emprega-se especialmente nas disposições legais e testamentárias, nos tratados e nas normas gerais” (RAVIZZA, 1940, p. 270). Além disso, o autor comenta que essa forma também pode ser utilizada quando “o mandado está em correlação com um tempo ou conceito futuro, p. ex.: *cras ad venitote* [venha amanhã]” (RAVIZZA, 1940, p. 271).

Com relação às formas do imperativo, Carvalho (2020) comenta que:

As formas imperativas no latim advêm do radical *infectum* (ação incompleta), que pode ser obtido a partir seja do infinitivo presente com a omissão da sílaba final “re” (amare > ama [...], seja do tema dos verbos conjugados no presente (ama [...]), seja da [2ª pessoa do singular] do presente do indicativo sem o morfe número-pessoal “s” (amas > ama [...]). (CARVALHO, 2020, p. 21-22)

De acordo com o exposto, verbos do *infectum* são ações que mantêm o mesmo radical quando estão no tempo presente, o que acontece com o verbo *amare*, que no presente apresenta o radical *ama*. A partir disso, as formas do imperativo no latim apresentarão este mesmo radical, *ama*. Com isso, Carvalho (2020) desenvolveu o Quadro 1 utilizando o mesmo verbo *amare* como exemplo para demonstrar a flexão do modo imperativo na voz ativa e passiva com suas respectivas versões no presente e no futuro.

Quadro 1 - O imperativo no latim

VOZ ATIVA		VOZ PASSIVA	
PRESENTE	FUTURO	PRESENTE	FUTURO
ama (ama tu)	amāto (ama tu)	amāre (sê tu amado)	amātor (sê tu amado)
-	amāto (ame ele)	-	amātor (seja ele amado)

amate (amai vós)	amatōte (amai vós)	amamini (sede vós amados)	amabimini (sede vós amados)
-	amānto (amem eles)	-	amāntor (sejam eles amados)

Fonte: Carvalho (2020, p. 22).

Ao observar o Quadro 1, é possível perceber que para a voz ativa no presente existem as formas para a segunda pessoa do singular (*ama* para *ama tu* no português) e do plural (*amate* para *amai vós* no português). Já a forma no futuro apresenta as formas para a segunda pessoa do singular (*amāto* para *ama tu*), terceira pessoa do singular (*amāto* para *ame ele*), segunda pessoa do plural (*amatōte* para *amai vós*) e terceira pessoa do plural (*amānto* para *amem eles*).

Já na voz passiva, a flexão para o presente para a segunda pessoa do singular é constituída por *amāre* (*sê tu amado*) e no plural é *amamini* (*sede vós amados*). No futuro, têm-se as seguintes formas: a) segunda pessoa do singular: *amātor* (*sê tu amado*); b) terceira pessoa do singular: *amātor* (*seja ele amado*); c) segunda pessoa do plural: *amabimini* (*sede vós amados*); e d) terceira pessoa do plural: *amāntor* (*sejam eles amados*).

De acordo com Faria (1958, p. 382), no indo-europeu, “o imperativo era usado apenas para exprimir uma ordem ou súplica, e não para a proibição, de sorte que não havia um imperativo negativo”, ou seja, somente havia uma estrutura morfológica específica para a forma afirmativa. Com isso, de forma semelhante, o latim também apresenta falta de estrutura morfológica para o imperativo negativo, por isso, para exprimir proibição, passou-se a adicionar a partícula negativa *ne* antes do verbo imperativo na estrutura afirmativa, por exemplo, *nimum ne crede ãolōri* [...] “não acredites demais na dor” (FARIA, 1958, p. 382).

Outras possibilidades de formar o imperativo negativo era utilizar o imperativo presente “precedido do imperativo do verbo *nolo*, e principalmente preceder de uma negação o perfeito do subjuntivo — construção esta preferida no período clássico” (FARIA, 1958, p. 382), como nos exemplos citados pelo autor: *nolitōte dubitāre* (*não duvideis*) e *noli uxōri cre- dēre* (*não creias na esposa*). Além disso, o autor ressalta também a possibilidade de se utilizar a forma do subjuntivo presente com valor de imperativo: na terceira pessoa tanto no afirmativo quanto no negativo e na segunda pessoa somente no negativo.

Carvalho (2020) ressalta que:

Em conformidade com o imperativo português, Faria (1958, p. 382) afirma que no latim o presente do subjuntivo pode ser empregado com valor imperativo apenas na [terceira pessoa do singular] [...] e na [terceira pessoa do plural] [...] do imperativo (afirmativo ou negativo), [...] ou na [segunda pessoa

do singular] [...] e na [segunda pessoa do plural] [...] do imperativo negativo [...] Nesse caso, trata-se de um emprego clássico, quando o presente do subjuntivo compuser uma construção de [segunda pessoa do singular] [...] e de [segunda pessoa do plural] [...] indeterminada, e de um emprego relativo à linguagem familiar, quando o presente do subjuntivo compuser uma construção com valor próprio de 2SG [...]. Câmara Jr. (1976 [1975], p. 136) explica que, como o imperativo e o subjuntivo intercambiavam-se na expressão de desejo, a utilização do subjuntivo no lugar do imperativo expressava uma forma delicada de se dar uma ordem tanto no latim vulgar quanto na norma culta colonial. (CARVALHO, 2020, p. 24)

2.2.2 O imperativo do português arcaico até a atualidade

A língua portuguesa é derivada do latim vulgar falado na Península Ibérica, mais precisamente no que conhecemos hoje como Portugal. As primeiras manifestações em língua portuguesa são intituladas como representantes do português arcaico, aquele utilizado entre o século XIII e o XV. De acordo com Mattos e Silva (2006), a periodização do português arcaico é estabelecida pelos estudiosos devido ao surgimento dos primeiros documentos escritos (o *Testamento de Afonso II*, de 1214, e a *Notícia do Torto*, de 1214-1216) em língua portuguesa. Com relação ao período anterior ao português arcaico, a autora comenta que:

O tempo que o precede é denominado ou de período pré-literário, de uma maneira geral; ou é subdividido em pré-histórico quando na documentação remanescente em latim ainda não se podem detectar traços da futura variante românica que se esboça no noroeste da Península Ibérica; e em proto-histórico, em geral, situado a partir do século IX, quando já esses traços podem ser detectados por especialistas em documentos escritos no tradicionalmente chamado latim bárbaro, isto é, latim notorial ou tabeliônico, veiculado na área românica antes das línguas românicas se tornarem línguas oficiais. (MATTOS E SILVA, 2006, p. 21-22)

Em se tratando do uso do modo imperativo no português, a forma que se manteve foi a forma do imperativo presente na voz ativa do latim; as outras formas desapareceram. Segundo Favaro (2015; 2016), é possível também encontrar o presente do subjuntivo, o infinitivo e o futuro do indicativo em função do imperativo (FAVARO, 2015). Como exemplo disso, a autora cita o exemplo: “Senhora, benza-vos Deus. Deus vos mantenha, senhor”²⁰ (2016, p. 38). Nesse trecho, percebe-se que o verbo *mantenha* se apresenta na forma do subjuntivo com sentido de ordem e pedido. De maneira semelhante, a autora cita os seguintes exemplos para o uso do infinitivo e do futuro do indicativo com função de imperativo: “[...] ‘Sus! **Andar!**’ (Gil Vicente

²⁰ O exemplo citado por Favaro (2016) advém do texto de Gil Vicente intitulado *O velho da Horta*.

– O Velho da Horta) **andar: infinitivo** (6) ‘E vós, alma, **rezareis**, contemplando as vivas dores da Senhora [...]’ **rezareis: futuro do indicativo**. (Gil Vicente – Obras 3) (FAVARO, 2016, p. 38, grifos meus). Ademais, segundo Câmara Jr. (1976 [1975]), no português arcaico, o subjuntivo assumiu a posição das pessoas que não apresentavam formas para o imperativo afirmativo.

Observando o Quadro 1 da subseção anterior, é perceptível que, no imperativo afirmativo, a terceira pessoa tanto do singular quanto do plural no presente apresenta lacunas que serão ocupadas no português pela forma do modo subjuntivo. Para o imperativo negativo, a formação do presente do subjuntivo é utilizada para todas as pessoas precedidas do advérbio *não*.

Mais adiante, a partir do século XIV, o português passou por inovações linguísticas, como, por exemplo, quando da inserção de novas expressões de tratamento (*vossa mercê* > *vosmecê* > *você*)²¹ devido ao surgimento de uma nova classe social, a burguesia. A inclusão de novo pronome de segunda pessoa do singular afetará a emissão do imperativo. No uso do modo imperativo especialmente para essa pessoa foi preciso a inserção de uma forma verbal para dar conta desse novo elemento na língua. Assim, para tratar do pronome *você*, usa-se a forma do subjuntivo, como, por exemplo: *canta tu, cante você*.

De acordo com Sampaio (2008), o que conhecemos hoje como as formas imperativas verbais atreladas ao que conhecemos como *você* recebe a forma do imperativo da 3ª pessoa verbal, a qual se caracteriza por utilizar a forma do subjuntivo.

[...] o uso do pronome e do verbo na 2ª pessoa do singular e do plural (tu/vós – vós), tendo sido substituído, paulatinamente, entre os séculos XIV e XVIII por um sistema próprio, cujas formas de tratamento combinam com a terceira pessoa verbal, embora se refiram à segunda pessoa do discurso (o interlocutor). (SAMPAIO, 2008, p. 943)

Ainda segundo a autora, ao pesquisar o uso do imperativo em diversas peças teatrais²² do século XVIII, a forma do subjuntivo utilizada junto de *vossa mercê* é utilizada para marcar relações sociais de inferioridade e superioridade. A autora traz dois excertos da peça *Esopaida* (ES), em que Esopo, personagem que é filósofo e ao mesmo tempo escravo, que se refere a dois homens, um que já foi seu senhor e outro que é seu senhor atual para demonstrar a questão:

²¹ Este ponto será discutido mais amplamente na subseção intitulada 2.4 *Variável tu e você e sua influência no modo imperativo*.

²² As peças utilizadas por Sampaio (2008) nesse artigo foram: *Esopaida* ou a vida de Esopo e *Guerras de alecrim e manjerona*, de Antônio José da Silva; *A vingança da cigana* de Domingos Calda Barbosa e *A casa do pasto*, de José Daniel Rodrigues da Costa.

(1) Esopo: - Não há cousa como um escravo ser bem parecido de unhas em forma que logo não tem que temer, nem recear; e para que veja quam pouco se me dá, *deixa-me* ir vendo esta feira. 2ª p. do singular - pedido (ES Parte I, cena I, p. 2, ls. 13-15, Esopo, dirigindo-se a Zeno, que também é filósofo, mas é seu senhor)

(2) Esopo: - *Olhe* Vossa Mercê; agora sei que tem bom gosto, pois só o nome de Geringonça faz apetite para se querer; o certo é que todo o amor é geringonça. 3ª p. do singular - chamar a atenção (ES parte I, cena II, p. 18, ls. 14-15, Esopo, dirigindo-se a Xanto, o senhor para quem Zeno o havia vendido). (SAMPAIO, 2008, p. 940, grifos da autora)

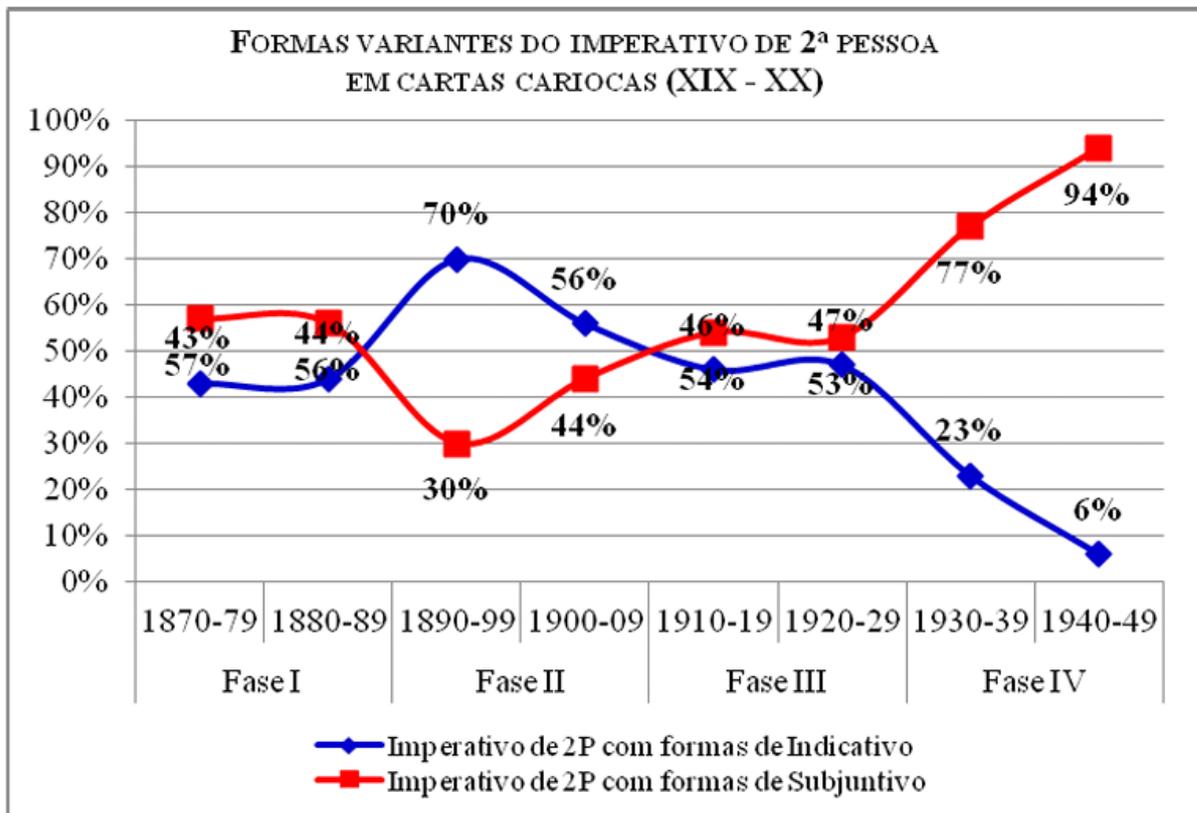
Portanto, quando há relações hierárquicas de inferioridade e superioridade, o uso do imperativo na segunda pessoa do singular na forma do indicativo ou do subjuntivo pode indicar desdém ou respeito. De acordo com a autora, quando a personagem de uma classe socialmente inferiorizada utiliza uma forma em detrimento da outra, uma mensagem quer ser passada pelos autores: “em (1), Esopo dirige-se a Zeno, seu primeiro senhor, fazendo um pedido acompanhado de certo desafio; em (2), a personagem faz um elogio e emprega um tratamento mais cerimonioso” (SAMPAIO, 2008, p. 940).

A autora ressalta que a forma verbal do imperativo atrelada ao uso de *Vossa Mercê* nas peças é utilizada em diversos contextos, podendo demarcar: 1) igualdade entre os interlocutores, porém sem intimidade; 2) inferioridade perante uma pessoa de hierarquia superior; 3) superioridade frente a um indivíduo de hierarquia inferior; 4) igualdade de classe social.

Para retratar o imperativo entre os séculos XIX e XX, foi consultado o trabalho de Rumeu (2016), em que a autora analisa a presença do uso do imperativo em cartas cariocas²³ entre os anos 1872e 1948, representando, assim, uma amostra do comportamento do uso dessa variável dentro do território brasileiro no período. Assim, a autora desenvolve o Gráfico 1 com a intenção de demonstrar a frequência de dados de indicativo e de subjuntivo nas cartas escritas por cariocas no período.

²³ O trabalho de Rumeu (2016) analisou 158 cartas de cariocas pertencentes à família Pedreira Ferraz-Magalhães. Correspondências as quais demonstram certa intimidade entre os familiares (pais, filhos, irmãos) “em intercâmbios comunicativos de informalidade, caracterizados pela aproximação afetiva entre o remetente e o destinatário” (p. 319)

Gráfico 1 - O uso do imperativo com relação na forma do indicativo e do subjuntivo na 2ª pessoa entre 1872 a 1948.



Fonte: Rumeu (2016, p. 324).

Nas cartas cariocas, percebe-se que, durante 1870 a 1889, o uso do imperativo na forma do indicativo era menor do que a de subjuntivo, porém, em 1890 a 1908, o quadro se inverte e é encontrado mais nas cartas o uso do imperativo na forma do indicativo. Todavia, a partir de 1910, o uso do imperativo na forma do indicativo foi menos documentado nas cartas, seguindo em declínio, enquanto o imperativo na forma do subjuntivo cresce, chegando a representar 94% dos dados.

Rumeu (2016) comenta que, a partir do século XX, há a predominância do pronome *você* como variante de *tu*, portanto o uso dos pronomes pode afetar também a questão da variação do imperativo para a segunda pessoa do singular.

No século XX, passa a predominar o *você*, que tanto se expressa em construções de imperativo verdadeiro (fala, abre, faz) como em construções imperativas supletivas (fale, abra, faça) com idêntico valor de verdade e sem caráter pejorativo. (RUMEU, 2016, p. 316)

Com relação à segunda metade do século XX, Scherre (2007) retrata o comportamento do fenômeno entre 1970 e 1990 em algumas capitais brasileiras. Assim, apresenta-se a Tabela 1, a seguir, com a intenção de descrever os dados encontrados pela autora.

Tabela 1 - Percentual de uso indicativo em estruturas de imperativo de acordo com Scherre (2007a)

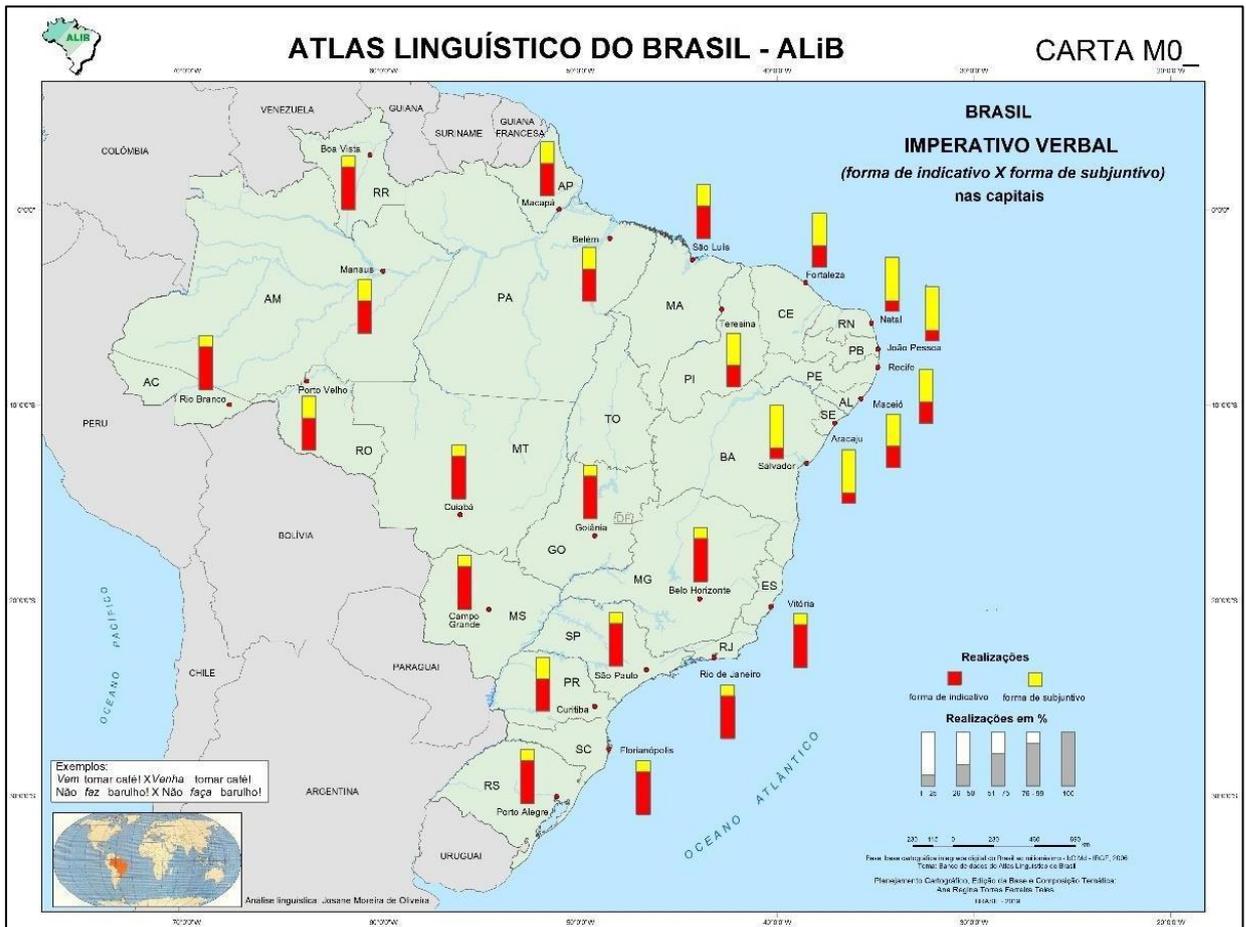
Localidade	Percentual de indicativo
Na fala espontânea de Brasília (DF)	95 a 98%
Na fala formal e informal de Brasília (DF)	92%
Na fala espontânea do município de Goianésia (GO)	100%
Na fala espontânea de Campo Grande (MTS)	94%
Na fala espontânea do Rio de Janeiro (RJ)	98%
Na fala do Rio de Janeiro (RJ)	94%
Na fala espontânea de Florianópolis (SC)	100%
Na fala espontânea de Lages (RS)	20%
Na fala de Fortaleza (CE)	5%
Na fala de João Pessoa (PB)	34%
Na fala de Recife (PE)	51%
Na fala de Salvador (BA)	28%

Fonte: Elaboração própria, adaptada de Scherre (2007a, p. 192-193).

Na Tabela 1, é perceptível que localidades do Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentam os maiores percentuais de presença de indicativo, chegando em Florianópolis (SC) e em Goianésia (GO) a 100% dos dados. Já nas cidades do Nordeste, há os menores percentuais de imperativo na forma indicativa, chegando em Fortaleza a 5%.

Com a chegada do século XXI, diversas pesquisas sobre o imperativo no uso atual foram desenvolvidas. Um exemplo dessas pesquisas é a de Oliveira (2023), que demonstra em carta experimental (cf. Figura 2) a distribuição das formas do indicativo e do subjuntivo nas capitais do Brasil.

Figura 2 - Mapa linguístico das formas do indicativo e do subjuntivo no Brasil



Fonte: Oliveira (2023, p. 240).

Utilizando a cor vermelha para o percentual do indicativo e a cor amarela para o de subjuntivo, a carta demonstra uma maior utilização de indicativo na maioria das capitais brasileiras, passando dos 50% de uso. Entretanto, o mesmo quadro não se mantém nas das capitais do Nordeste, em que o maior uso é da forma do subjuntivo.

2.3 POSIÇÕES DAS GRAMÁTICAS QUANTO AO IMPERATIVO

No português contemporâneo, entende-se por modo imperativo aquele que demonstra como “dirigimo-nos a uma ou mais pessoas, para manifestar o que queremos que ela faça” (ROCHA LIMA, 2011, p. 176). Assim, com a intenção de entender como as gramáticas normativas apresentam o fenômeno, o Quadro 2 foi elaborado a partir de cinco gramáticas: Cortesão (1907), Cunha e Cintra (1985), Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Castilho

(2014)²⁴. No Quadro 2, foram utilizados os termos NE (não exposto) para indicar que a gramática não expôs comentários sobre o tema abordado E (exposto) para mostrar que as gramáticas discorrem sobre o assunto.

Quadro 2 - Gramáticas e o imperativo.

Tema abordado	Gramáticas				
	Cortesão (1907)	Cunha e Cintra (1985)	Bechara (2009)	Rocha Lima (2011)	Castilho (2014)
Não se usa o imperativo de 1ª pessoa do singular	NE	E	E	NE	E
Afirmativo e negativo	NE	E	E	E	E
<i>Tu e vós</i> apresentam formas próprias no afirmativo	NE	E	E	E	E
As demais formas (terceira pessoa do singular e plural) seguem a forma do subjuntivo no afirmativo	NE	E	E	E	E
O negativo não possui forma própria, segue a forma do subjuntivo	NE	E	NE	NE	E
Tempo presente	E	NE	NE	E	E
Substitutos para o imperativo	NE	E	NE	NE	NE
Posição do sujeito posterior ao verbo	E	NE	NE	NE	E

Fonte: Elaboração própria.

Cunha e Cintra (2009) e Castilho (2014) são as gramáticas que mais apresentam informações sobre o imperativo; já a que menos traz dados sobre o fenômeno é a de Cortesão (1907), abordando somente o uso do imperativo no tempo presente e a possibilidade de se posicionar o sujeito posterior ao verbo (por exemplo: *você faz o dever de casa*).

Quanto à não possibilidade do uso do imperativo de 1ª pessoa do singular, somente Cunha e Cintra (1985), Bechara (2009) e Castilho (2014) comentam sobre a questão. As três gramáticas ressaltam que o imperativo só deve ser utilizado na segunda pessoa quando usado para dar ordens ou pedidos a um interlocutor. Castilho (2014) comenta que quando o imperativo for usado nas demais pessoas caracteriza-se como volição, ou seja, como expressão de vontade.

²⁴ As gramáticas de Cortesão (1907), Cunha e Cintra (1985), Bechara (2009) e Rocha Lima (2011) são gramáticas normativas e a de Castilho (2014) é descritiva.

Como o imperativo expressa uma ordem ou um pedido, dirigido ao interlocutor, ele só deveria ser conjugado na [...] [segunda pessoa]. As outras pessoas não expressam uma ordem, e sim uma volição. Por isso mesmo, de acordo com a gramática prescritiva, as formas imperativas do indicativo estão associadas ao uso do pronome *tu*, e as formas do subjuntivo, ao pronome *you* e ao tratamento *o senhor*. (CASTILHO, 2014, p. 439)

Todas as gramáticas, menos a de Cortesão (1907), afirmam que o imperativo dispõe das formas afirmativa e negativa. Na afirmativa, apresenta forma própria para o *tu* e *vós*, mas as outras formas [*ele(a)*, *eles(as)*] seguem a estrutura do subjuntivo. Já quanto à forma do negativo, somente Cunha e Cintra (1985) e Castilho (2014) comentam que esta não possui forma própria, implicando o uso da estrutura do presente do subjuntivo.

Sobre a questão do tempo presente, as gramáticas de Cortesão (1907), Rocha Lima (2011) e Castilho (2014) ressaltam que o imperativo é usado para dar uma ordem no presente, mesmo que esta seja executada pelo receptor da mensagem no futuro. Com relação a trazer possíveis substitutos para o modo imperativo, Cunha e Cintra (1985) comportam-se diferentemente dos outros gramáticos, trazendo as seguintes opções de substitutos:

1. Uma ordem pode ser enunciada por frases nominais, ou por simples interjeições: Fogo! Silêncio! Avante! [...]
2. Certos tempos do indicativo, como dissemos ao estudar este modo, podem ser utilizados com valor de imperativo [...]
3. O imperfeito do subjuntivo [...]: (E) se você se calasse!? [= Cale-se!] [...]
4. Com o valor de imperativo impessoal, usam-se: a) o infinitivo: Marchar! Direita, volver! [...] . b) o gerúndio [...] Andando! [= Vá andando! Ande!] Correndo! [= Vá correndo! Corra!]
5. Ressalta sobremaneira o sentido do verbo na perífrase formada de *ir* (no imperativo) e do verbo principal (no infinitivo): — Não vá se afogar, moço. [...]
6. Em frases de entoação interrogativa, usa-se não raro o infinitivo do verbo que exprime a ordem antecedido de formas do presente ou do imperfeito do indicativo do verbo *querer*: Quer levantar-se? [= Levante-se!] [...] (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 493-495)

Castilho (2014) traz diversas informações que expandem o arcabouço de acepções sobre o imperativo. Três questões interessantes tratadas por ele dizem respeito a dados: 1) do imperativo no latim, explicando um pouco da história desse modo verbal; 2) da entoação das sentenças imperativas, que, de acordo com ele, apresentam uma entoação descendente; 3) da existência de um imperativo direto e indireto, pois, para o autor, o imperativo direto caracteriza-se quando “[...] o locutor ocupa uma posição socialmente superior ao interlocutor [...]” (p. 327)

e o indireto quando a relação de superioridade se inverte.

Por meio do que foi exposto a partir das gramáticas de Cortesão (1907), Cunha e Cintra (1985), Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Castilho (2014), é possível afirmar que: 1) o modo imperativo delimita ordem, pedido, sugestão, conselho etc.; 2) o imperativo somente exhibe formação no presente; 3) o imperativo afirmativo é “um tempo misto, pois, para sua formação, concorrem as formas do presente do indicativo sem o -s final [para o *tu* e o *vós*] [...] e as formas do presente do subjuntivo [para as demais] [...]” (SANTOS, 2016, p. 36); 4) o imperativo negativo é formado com a adição do advérbio de negação (*não*) antes do verbo conjugado no presente do subjuntivo.

2.4 VARIÁVEL *TU* E *VOCÊ* E SUA INFLUÊNCIA NO MODO IMPERATIVO

Segundo Daisy Bárbara Borges Cardoso (2009), as mudanças sociais que ocorreram na Europa durante o século XV impactaram não só na vida dos habitantes desse continente, mas também no uso das línguas faladas pela população. Na língua portuguesa, o pronome *vós* “[...] não contemplava mais as necessidades impostas pela sociedade para marcar poder, sendo substituído por *Vossa Mercê*” (CARDOSO, D. B. B., 2009, p. 27).

Nesse período, a expansão de poder do império português com as grandes navegações ocasionou o surgimento de uma classe social que, até então, não existia: a burguesia. Com essa nova classe social, a forma de tratamento *Vossa Mercê* deixou de ser usada para tratar somente a classe alta da época, os nobres, passando a ser utilizada de forma mais abrangente e fazendo concorrência com o pronome *tu*. Entretanto o *Vossa Mercê* era utilizado em contextos mais formais que o *tu*, o qual era utilizado de maneira mais íntima. Com isso, outras formas de tratamento surgiram para designar as classes nobres:

As formas *Vossa Majestade* e *Vossa Excelência* passaram a ser usadas pelos nobres que não apreciavam mais o tratamento *Vossa Mercê*, pois sua popularização poderia simbolizar algum risco para o poder exercido pela nobreza (CARDOSO, D. B. B., 2009, p. 28, grifos da autora)

O uso de *Vossa Mercê* no Brasil generalizou-se e passou por diversas modificações com o passar dos anos até transformar-se em *você*. Esse pronome, de acordo com Evangelista (2010), foi substituindo o uso do pronome *tu* em algumas localidades como as do Sudeste e do Nordeste. Ainda segundo a autora, citando Faraco (1996), “a mudança no sistema de tratamento no português é uma evidência de que mudanças sociais podem desencadear mudanças lingüísticas” (EVANGELISTA, 2010, p. 28).

Conforme o exposto por Sampaio (2001) em sua dissertação intitulada *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*, o dialeto caipira apresenta, além de outros pronomes de tratamento, diversas formas para o *Vossa Mercê*, como o *vosmecê*, *vossuncê*, *vassuncê*, *mecê*, *vancê*, *vacê*, *ocê* e *você*. Assim, “os dialetos rurais tendem a ser mais conservadores, parece viável pressupor que, desde o início da colonização européia, as formas predominantes de tratamento do interlocutor eram as diferentes variantes de *Vossa Mercê*” (SAMPAIO, 2001, p. 30).

Como foi retratado na subseção 2.2 *O imperativo do português arcaico até a atualidade*, é a partir do século XX que o uso do pronome *você* passa a ser generalizado no Brasil, fazendo com que, de acordo com Andrade (2015, p. 48), citando Faraco (1996), “o *você* [seja] [...] o pronome de uso comum e íntimo no Brasil, estando o pronome *tu* restrito a algumas variedades regionais”.

Andrade (2015) ainda diz que o *tu* é usado de forma menos formal, indicando uma solidariedade entre os pares comunicacionais, ou seja, demonstra que há um grau de intimidade entre os interlocutores; o *você* demonstra ser uma estrutura menos íntima, sendo utilizada de igual para igual ou para indicar a superioridade em que a pessoa hierarquicamente inferior trata a outra superior por *você*; em outras palavras, é usado como forma de poder.

O modelo T/V de Brown e Gilman (1960), delineado no artigo “The Pronouns of Power and Solidarity”, observa que, em muitas línguas ocidentais, ocorrem pelo menos dois pronomes para se referir à segunda pessoa do singular, um de solidariedade [...] e um de poder [...]. Assim, o falante que detém poder pode se referir à segunda pessoa tanto por *vós* quanto por *tu*, mas será geralmente chamado/tratado por *vós*. A pessoa que não detém poder seria maciçamente tratada por *tu*, só seria tratada por *vós* em situações irônicas. Por esse modelo, um dos pronomes é de tratamento mais íntimo, mais familiar, mais solidário, mais informal, enquanto o outro seria o inverso, menos íntimo, menos familiar, menos solidário, mais formal, mais cerimonioso e assim por diante. [...] No PB, temos, pois, como registrou Faraco (1996), os pronomes *tu/você*. Podemos associar esse par relativamente ao binômio solidariedade e poder [...]. (ANDRADE, 2015, p. 48-49)

A autora também retrata as diferenças regionais do uso dos pronomes e como a questão de solidariedade e poder varia de acordo com a localidade em que os falantes estão inseridos. Citando um trabalho de Gonçalves (2008), Andrade (2015) diz que em Minas Gerais o uso de *ocê* e *cê* (formas reduzidas do pronome *você*) têm a ideia de familiaridade/solidariedade. “Inclusive, para as formas mais gramaticalizadas do *você*, a semântica expressa tenderá a ser de solidariedade no Brasil inteiro, independente da região onde ocorra” (ANDRADE, 2015, p. 49).

Tratando do *tu*, a autora ressalta que em estados como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o *tu* é o pronome mais usado, porém, se o uso do verbo estiver em concordância com o *tu*, este pronome demonstra noção de poder e não de solidariedade. Todavia, se o verbo aparecer sem concordância com o *tu*, o uso desse pronome aparece com noção de solidariedade. Verifica-se, assim, que a questão da semântica dos pronomes de segunda pessoa do singular no Brasil é diversa e depende do contexto social da região em que estão inseridos.

A concorrência dos pronomes *você* e *tu* no português brasileiro pode não afetar somente sua semântica, mas também outras formas de variação como é o caso do uso do modo imperativo. Com isso, *tu* e *você* podem interferir de alguma forma no processo de variação do uso do modo imperativo, pois, devido às duas estruturas para a segunda pessoa do singular, há também duas formas diferentes de produzir o imperativo na segunda pessoa do singular. Como já dito anteriormente na seção 2.3 *Posições das gramáticas quanto ao imperativo*, as gramáticas preveem para o pronome *tu*, a flexão verbal do imperativo seguirá a mesma do presente do indicativo sem o *-s* final (*canta, paga*); já para o *você*, a flexão verbal segue a do presente do subjuntivo (*cante, pegue*).

Todavia, atualmente, devido à forma generalizada como os pronomes vêm sendo utilizados no Brasil, o uso do modo imperativo não parece mais estar atrelado ao pronome. Em outras palavras, “as formas verbais do imperativo não têm mais associação evidente com o tipo de pronome” (JESUS, 2006 apud EVANGELISTA, 2010, p. 30). Como pode ser visto em pesquisas como a de Scherre (2012), há localidades que utilizam mais *você*, porém, ao realizarem o imperativo, utilizam mais a forma do indicativo (*canta, pega*), a qual, de acordo com as gramáticas normativas, estaria atrelada ao pronome *tu*.

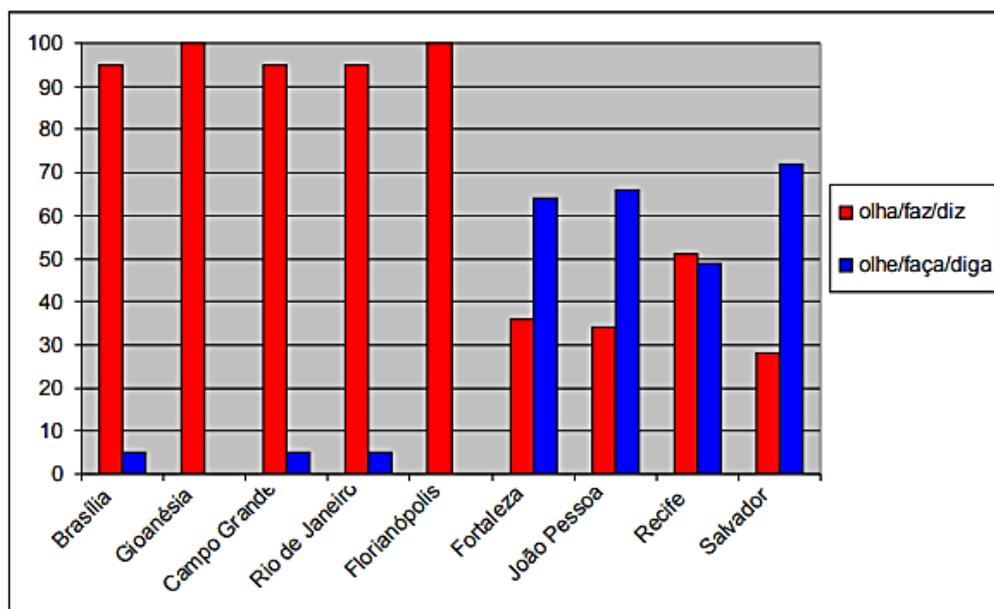
2.3.1 Processo de variação do imperativo na 2ª pessoa do singular

Segundo Ramos e Lima (2013), no português brasileiro há a concorrência entre *tu* e *você*. Esses pronomes são usados de forma equivalente dentro do sistema linguístico da língua portuguesa falada no Brasil. Por isso, para a segunda pessoa do singular existem duas estruturas diferentes de produção do imperativo: a forma imperativa indicativa e a subjuntiva.

Assim como o uso do *tu* e *você* é difuso no território brasileiro, o uso do modo imperativo também se apresentará de formas diferentes em cada região do país. Para ilustrar tal situação, a pesquisa descrita por Scherre (2012) em seu texto *Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista* demonstra que o comportamento

do modo imperativo é diversificado no português brasileiro, como exemplificado no Gráfico 2, produzido pela autora.

Gráfico 2 - Modo imperativo nas cidades de Brasília, Goianésia, Campo Grande, Rio de Janeiro, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, Recife e Salvador.



Fonte: Scherre (2012, p. 15).

A partir do Gráfico 2, é possível inferir que o uso da forma do indicativo (*olha, faz, diz*) é bem acentuada nas cidades de Brasília, Campo Grande e Rio de Janeiro, não apresentando caso de formas do subjuntivo nas cidades de Goianésia e Florianópolis. Todas essas cidades são localidades das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil. Já a forma do subjuntivo (*olhe, faça, diga*) é mais frequente nas cidades da Região Nordeste do país, Fortaleza, João Pessoa, Recife (mesmo que de forma quase equiparada) e Salvador. Conforme Scherre (2012),

[...] o desenrolar das pesquisas veio mostrar que a dimensão geográfica ou diatópica envolve relações mais complexas. [...] temos também verificado, por meio de leituras diversas, que a dimensão espacial que envolve este fenômeno revela também uma oposição interior/capital ou rural/urbano, especialmente com relação ao estado da Bahia. (SCHERRE, 2012, p. 15)

Em outras palavras, no trecho cima, Scherre (2012) comenta que a produção das variantes, com relação às dimensões geográficas, se mostra complexa, visto que o fenômeno apresenta diferentes execuções na fala, mudando de comportamento se a região estudada é uma capital ou interior, zona rural ou urbana.

Para demonstrar essa situação, Scherre et al. (2015) desenvolve uma análise com base em diversos estudos. A análise feita pelos autores busca entender se o uso dos pronomes *tu* e *você* está atrelado ao modo imperativo em 17 cidades: três do Centro-Oeste – (Brasília (DF), Goianésia (GO) e Campo Grande (MS)); duas do Sudeste – Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES); duas do Sul – Florianópolis (SC) e Lages (SC); e 10 do Nordeste – Poções (BA), Helvécia (BA), Cinzento (BA), Rio de Contas (BA), Sapé (BA), Santo Antônio (BA), Salvador (BA), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB) e Recife (PE).

Conforme o descrito por Scherre (2012) e Scherre et al. (2015), parece que não há uma correlação evidente entre os usos de *tu* e *você* e o modo imperativo. Localidades como o Distrito Federal (DF), Goianésia (GO), Campo Grande (MS), Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Poções (BA), Helvécia (BA), Cinzento (BA), Rio de Contas (BA), Sapé (BA) e Santo Antônio de Jesus (BA) exibem um maior uso tanto do pronome *você* (acima de 70%) com o imperativo *fala/diz/vai*.

Por sua vez, as cidades de Lages (SC), Salvador (BA), Fortaleza (CE) e João Pessoa (PB) utilizam o *fala/vai/diz* de forma menos frequente (percentual menor ou igual a 40% dos dados), mesmo com um maior uso de *você* pelos entrevistados (percentual maior ou igual a 60%). Em apenas uma cidade, Florianópolis (SC), houve um maior uso do pronome *tu*, com o uso de *fala/diz/vai* chegando a 100%.

Portanto é possível encontrar em locais em que há prevalência do pronome *você* o uso do imperativo indicativo, que, de acordo com as gramáticas tradicionais, seria atrelado ao pronome *tu*. É o que acontece nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Conseqüentemente, o emprego dessa variável pode ser condicionado por fatores extralinguísticos, como aponta Dayse Daisy Bárbara Borges Cardoso (2009):

Estudos têm mostrado que, atualmente, no Brasil, o falante, ao usar o modo imperativo, não o associa ao pronome *tu* ou *você* [...]. A escolha das formas variantes para expressar esse modo verbal parece não se dar, portanto, em função da pessoa do discurso, mas, sim, em função de vários fatores – internos e externos [...]. (CARDOSO, D.B.B., 2009, p. 27)

Portanto o uso dos pronomes *tu* e *você* estão em concorrência no Brasil, o que gerou a princípio também uma variação na utilização da forma do imperativo na segunda pessoa do singular. Inicialmente havia um vínculo entre os usos dos referidos pronomes e a forma do imperativo, mas, como demonstrado nas pesquisas de Cardoso (2009), Scherre (2012), Scherre et al. (2015) e Santos (2016), parece não haver mais um vínculo entre seus usos e o imperativo.

O trabalho busca, além de outras hipóteses, observar os resultados do uso do imperativo na segunda pessoa na Região Centro-Oeste.

Na seção seguinte, será discutida a metodologia utilizada neste estudo para fornecer uma breve descrição da formação da região centro-oeste, trazendo um relato de estado que compõe a região e suas respectivas cidades as quais fazem parte da rede de locais do Projeto ALiB. Além disso, serão descritos os procedimentos utilizados na coleta e análise de dados em 24 localidades do Centro-Oeste, proporcionando uma compreensão abrangente dos métodos utilizados na pesquisa.

3 MÉTODOS APLICADOS

Na seção de metodologia, são delineados os procedimentos e as estratégias adotadas para atingir os objetivos de uma análise relevante sobre a variação presente na segunda pessoa do singular do modo imperativo. Esta seção é fundamental para garantir a replicabilidade e a validade dos resultados obtidos, fornecendo uma descrição clara e sistemática dos passos seguidos durante este trabalho. Aqui, serão detalhados os métodos de coleta de dados, as técnicas de investigação empregadas e os critérios de seleção dos dados, proporcionando uma compreensão do fenômeno.

A metodologia adotada assegura a confiabilidade dos resultados, bem como para responder de forma adequada às questões de pesquisa propostas na seção 4 *Descrição e análise da dados*. Por meio da seção atual, buscou-se descrever os métodos aplicados no desenvolvimento deste trabalho através de uma breve descrição da história e formação da região centro-Oeste, focando separadamente em cada um dos Estados e suas cidades que são parte da rede de pontos do Projeto ALiB, e também detalhar quais procedimentos foram adotados na coleta e análise dos dados.

3.1 O PROJETO ALiB: RECORTES DA PESQUISA

A pesquisa descrita neste trabalho foi executada a partir do levantamento de dados do uso variável do modo imperativo na Região Centro-Oeste do Brasil em inquéritos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), o qual é desenvolvido em diversas universidades brasileiras, porém coordenado pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. O Projeto ALiB iniciou seus trabalhos em 1996, com a retomada do Decreto nº 30.643 (c.f. BRASIL, 1996), que inicialmente encarregava à casa Rui Barbosa a execução de um atlas linguístico nacional.

Como o tratado na seção 2 *Revisão de literatura*, o objetivo do Projeto é estudar a realidade linguística do português do Brasil, demonstrando seus resultados através do método da geolinguística pluridimensional contemporânea, em que são desenvolvidas cartas linguísticas dos fatores que envolvem a variação. Com relação aos informantes, o Projeto ALiB inquiriu sujeitos dos sexos feminino e masculino, de duas faixas etárias (faixa I – 18 a 35 anos e faixa II – 50 a 65 anos), de dois níveis de escolaridade (fundamental incompleto nas localidades do interior, fundamental incompleto e universitário completo nas capitais). Sobre a

quantidade de pontos, a rede do Projeto ALiB contém 250 pontos distribuídos em todo o Brasil, em todos os estados do país, reunindo um total de 1.100 informantes.

Para a coleta dos dados, foram feitas entrevistas *in loco* em que os inquiridores executaram perguntas estabelecidas nos *Questionários* (cf. COMITÊ NACIONAL..., 2001). O questionário elaborado pelo Projeto apresenta uma vasta quantidade de questões que se distribuem pelos questionários fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático, além das questões de pragmática, das metalinguísticas, incluindo as de prosódia, dos discursos semidirigidos e da leitura de um texto:

- a) Questionário Fonético-Fonológico (QFF): apresenta 159 perguntas e tem o intuito de verificar diversos fenômenos fonético-fonológicos;
- b) Questões de Prosódia: são 11 questões que buscam entender o ritmo da fala dos informantes dentro dos contextos desenvolvidos nas questões;
- c) Questionário Semântico-Lexical (QSL): apresentando 202 perguntas, este questionário tem por objetivo observar a variação lexical no português do Brasil;
- d) Questionário Morfossintático (QMS): com 49 questões, é a parte do questionário em que os dados de morfossintaxe são observados de forma mais extensa;
- e) Questões de Pragmática: com quatro perguntas que buscam documentar relações de pragmática entre os jovens e mais velhos de sexos diferentes;
- f) Discursos Semidirigidos: em que os informantes devem contar uma história marcante de sua vida, gerando dados importantes para a pesquisa;
- g) Questões Metalinguísticas: com seis perguntas, visa a entender um pouco sobre as crenças e atitudes do informante;
- h) Um texto para leitura – A parábola dos sete vimes.

A metodologia linguística desenvolvida neste trabalho observou as respostas dadas em todo o inquérito, com exceção da leitura do texto, de todos os informantes da Região Centro-Oeste, que apresenta 24 pontos, dos quais nove são em Mato Grosso, seis em Mato Grosso do Sul e nove em Goiás. Ressalta-se que os dados coletados para as cidades do interior dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás foram coletados nesta pesquisa e os dados das capitais (Cuiabá – MT, Campo Grande – MS e Goiânia- GO) foram coletados por Oliveira (2015; 2023) em trabalhos sobre o imperativo nas capitais do Brasil. Com relação às cidades pesquisadas, o Quadro 3 expõe as localidades consideradas neste trabalho:

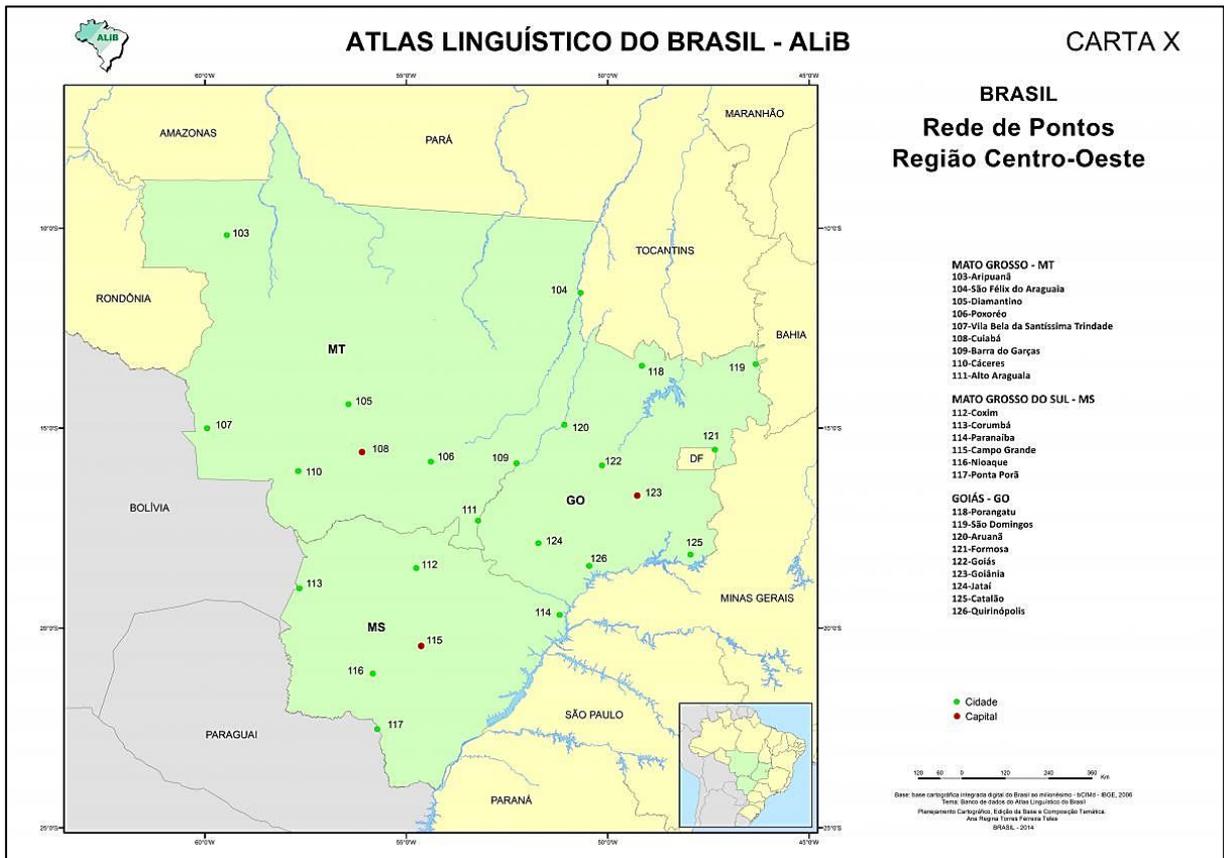
Quadro 3 - Relação de cidades da Região Centro-Oeste

Estado	Ponto	Cidade
MT	103	Aripuanã
	104	São Félix do Araguaia
	105	Diamantino
	106	Poxoréu
	107	Vila Bela da Santíssima Trindade
	108	Cuiabá
	109	Barra do Garças
	110	Cáceres
	111	Alto Araguaia
MS	112	Coxim
	113	Corumbá
	114	Paranaíba
	115	Campo Grande
	116	Nioaque
	117	Ponta Porã
GO	118	Porangatu
	119	São Domingos
	120	Aruanã
	121	Formosa
	122	Goiás
	123	Goiânia
	124	Jataí
	125	Catalão
	126	Quirinópolis

Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa considerou dados de 108 entrevistas – 84 entrevistas em que os dados foram coletados pela autora e 24 por Oliveira (2015; 2023) – de informantes originários dos estados de Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Goiás (GO) presentes no Arquivo Nacional do Projeto ALiB. A distribuição dos informantes acontece da seguinte maneira: oito informantes em cada capital – Campo Grande (MT), Goiânia (GO) e Cuiabá (MS) – e quatro em cada cidade do interior. A distribuição dos pontos está apresentada na Figura 3 que traz todas as localidades da rede de pontos da Região Centro-Oeste do Brasil.

Figura 3 - Rede de pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil no Centro-Oeste.



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB

Para que a análise dos dados fosse feita, foi necessário um código para que os dados fossem rodados no programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Então os dados foram codificados considerando 13 grupos de fatores – a variável dependente (forma verbal), fatores extralinguísticos (sexo, faixa etária, escolaridade, cidade, estado) e fatores intralinguísticos (polaridade de sentença, paradigma verbal, extensão fonológica do verbo, clítico, parte do questionário, valor semântico, tipo de discurso). O Quadro 4 demonstra detalhadamente a caracterização de cada grupo de fatores:

Quadro 4 - Grupos e fatores controlados.

Número do grupo de acordo com sua posição no código	Tipo de fator	Grupos	Fatores	Código
1	Intralinguístico	Forma verbal	Subjuntivo	S
			Indicativo	I

Número do grupo de acordo com sua posição no código	Tipo de fator	Grupos	Fatores	Código
2	Extralinguístico	Sexo	Homem	H
			Mulher	M
3	Extralinguístico	Faixa etária	18 a 30 anos	1
			50 a 65 anos	2
4	Extralinguístico	Escolaridade	Fundamental	F
			Universitário	S
5	Extralinguístico	Cidade	Cuiabá (MT)	C
			Aruanã (MT)	A
			São Félix do Araguaia (MT)	S
			Diamantino (MT)	M
			Poxoréo (MT)	P
			Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	V
			Barra do Garças (MT)	B
			Cáceres (MT)	R
			Alto Araguaia (MT)	L
			Campo Grande (MS)	D
			Coxim (MS)	X
			Corumbá (MS)	U
			Paranaíba (MS)	I
			Nioaque (MS)	N
			Ponta Porã (MS)	K
			Goiânia (GO)	G
			Porangatu (GO)	Y
			São Domingos (GO)	T
			Aruanã (GO)	H
			Formosa (GO)	F
Goiás (GO)	O			
Jataí (GO)	J			
Catalão (GO)	E			
Quirinópolis (GO)	Q			
6	Intralinguístico	Polaridade da sentença	Afirmativa	A
			Negativa	N
7	Intralinguístico	Paradigma (saliência fônica)	Regular	R
			Irregular	I
8	Intralinguístico		Uma sílaba	1
			Duas sílabas	2

Número do grupo de acordo com sua posição no código	Tipo de fator	Grupos	Fatores	Código
		Extensão fonológica do verbo	Três sílabas	3
			Quatro ou mais sílabas	4
9	Intralinguístico	Clítico	Próclise	P
			Ênclise	E
			Ausência	A
10	Extralinguístico	Parte do questionário	QFF	F
			Prosódia	P
			QSL	L
			QMS	M
			Pragmática	T
			Discurso semidirigido	D
			Metalinguística	X
11	Extralinguístico	Estado	Mato Grosso	1
			Mato Grosso do Sul	2
			Goiás	3
12	Intralinguístico	Valor semântico	Ordem	O
			Pedido	P
			Conselho	C
			Instrução	I
13	Intralinguístico	Tipo de dado	Real	R
			Hipotético	H

Fonte: Elaboração própria.

Exemplificando os fatores do Quadro 4, a forma verbal pode ser subjuntiva (*Feche a porta!*) ou indicativa (*Fecha a porta!*); a polaridade de sentença pode ser afirmativa (*Vem aqui!*) ou negativa (*Não vem aqui!*); quanto ao paradigma verbal, há verbos regulares (*Para de gritar!*) e irregulares (*Dá um guaraná!*); a extensão fonológica diz respeito à quantidade de sílabas presentes na forma do infinitivo do verbo, ou seja, verbos de uma sílaba (*Vá para lá!*), duas sílabas (*Tranque a porta!*), três sílabas (*Decida logo!*) e verbos de quatro ou mais sílabas (*Não incomode!*); com relação aos clíticos (pronomes oblíquos *me, te, si, nos* etc.), podem estar em posição de próclise (*Me dá um guaraná!*), ênclise (*Dá-me um guaraná!*) ou podem não ocorrer (*Dá um guaraná!*); o valor semântico do imperativo pode ser ordem (*Saia da chuva!*), pedido (*Por favor, me dá um guaraná!*), instrução (*Pegue a folha, lave, corte e faça uma salada!*) ou conselho (*Não vá lá, é perigoso!*); e o tipo de discurso, que pode ser real, quando o informante

se dirige a alguém presente na situação da entrevista (*Repita aí a pergunta!*), ou hipotético, quando o informante imagina uma situação em que precisa se dirigir a alguém (*Menino, sai da chuva!*), como se vê na questão de prosódia: “Como é que uma mãe diz pro filho sair da chuva?”).

Após a codificação, os dados foram submetidos ao GoldVarb X, um programa que tem a finalidade de auxiliar pesquisadores da área de Sociolinguística a produzir dados estatísticos (número de ocorrências, percentuais e pesos relativos) para uma análise multivariada.

Por fim, os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente, estruturados em tabelas e gráficos para mostrar a situação linguística do uso do modo imperativo e cartografados para demonstrar a variação linguística na área geográfica sob estudo, com informações de natureza pluridimensional (diatópica, diastrática²⁵, diageracional e diassexual).

3.2 CENTRO-OESTE: HISTÓRIA E POVOAMENTO DA REGIÃO

A Região Centro-Oeste do Brasil foi definida em 1969 pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – juntamente com as outras quatro regiões (Norte, Nordeste, Sul e Sudeste). É a única região do país que faz fronteira com todas as outras quatro regiões brasileiras e é composta pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, além do Distrito Federal.

De acordo com o IBGE (2012), Censo 2010, a Região Centro-Oeste é a segunda maior em extensão territorial, tendo área de mais de 1,6 milhões de km², porém é a região menos populosa do Brasil, com 14,05 milhões de habitantes²⁶, possuindo a segunda menor densidade demográfica, de 8,75 pessoas por km². Com relação a sua fronteira internacional, a região faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai.

As primeiras ocupações do território dessa região começam a partir do século XVII, com a mineração, pois a busca por metais preciosos e pela criação de gado, segundo Costa (2014), citando Abreu (2003), a mineração é o pontapé inicial para um “[...] povoamento regular do Mato Grosso, assim como do Oeste brasileiro, provocando um fluxo migratório para a região” (ABREU, 2003, p. 264 apud COSTA, 2014).

²⁵ Somente nas capitais, pois o nível universitário completo foi controlado somente nessas cidades.

²⁶ A Região Norte apresenta uma população de 15,86 milhões, segundo o Censo 2010, sendo a segunda menos populosa do país, porém, quando se trata de densidade demográfica, ou seja, de sua ocupação territorial quanto a sua população, é a que apresenta a menor, 4.12 pessoas por km².

Além disso, segundo a autora, para estabelecer um maior controle das fronteiras, a partir do século XIX, o Império Brasileiro criou colônias militares no Sul da região com a intenção de expandir a comunicação entre São Paulo e Paraná através de vias terrestres e fluviais. Todavia a região ainda se mantinha com baixo povoamento.

A política de segurança das fronteiras adotada pelo governo imperial intencionava proteger a produção de minérios e de pedras preciosas destinada à Coroa, assim como a garantia do próprio direito de propriedade do Brasil em relação aos territórios da região Centro-Oeste, ainda pouco ocupados, outrora pertencentes ao domínio espanhol. Uma das cidades com maior potencial econômico já na época colonial era a atual Corumbá – cujo designativo, à época, era Vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, tanto pela posição geográfica estratégica quanto pelos recursos naturais abundantes [...] (COSTA, 2014, p. 42)

Nesse período, ainda segundo a autora, a região se destacava economicamente de duas formas diferentes, a parte sul do Centro-Oeste apresentava “condições favoráveis” (COSTA, 2014, p. 42) para a criação de gado e os interiores de Goiás e a parte norte do Mato Grosso se destacavam pela mineração. Devido ao lucro obtido com a extração de minério, Goiás foi eleita como uma sede administrativa, “inicialmente, da Capitania e depois do Estado de Goiás de 1744 a 1937” (COSTA, 2014, p. 43). A autora comenta que a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade também foi sede da capitania e capital do Estado de Mato Grosso antes da capital atual, Cuiabá, entre 1752 a 1835.

No entanto, o desenvolvimento a dessa região começou em 1930, com a expansão da atividade agrícola pela Região Centro-Oeste, com a intenção de atender ao surgimento de demanda de consumo da Região Sudeste. Com essa mudança na atividade agrícola e com a construção de Goiânia na mesma década, a Região Centro-Oeste inseriu-se de maneira intensa na estrutura capitalista promovida pela elite brasileira. No ano de 1938, Getúlio Vargas lançou a campanha “Marcha para o Oeste”, com a intenção de aumentar a ocupação populacional nessa região do país, tendo início em 1943 e sendo organizada pela Fundação Brasil Central (FBC). De acordo com Galvão (2013),

O primeiro programa oficial de colonização foi o Projeto lançado no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945) intitulado “Marcha para Oeste”, Projeto governamental que buscava ocupar e integrar as regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazônia ao restante da nação. A proposta do governo incluía a construção de estradas, aeroportos e núcleos de colonização. O programa iniciou em junho de 1943 com a Expedição Roncador-Xingu, cujo propósito era o de atingir Manaus pelo território mato-grossense abrindo caminho para posterior ocupação. No rastro da Expedição Roncador-Xingu, chefiada pelo

Cel. Flaviano de Matos Goiana, surgiram 43 agrovilas tendo algumas delas se transformado em sedes de município, a partir da década de 70. (GALVÃO, 2013, p. 4)

Ainda de acordo com Galvão (2013), em 1943 o Governo criou a Fundação Central Brasil, a qual tinha por objetivo promover o “reconhecimento bem como [...] o povoamento da região” (GALVÃO, 2013, p. 4) e, assim, promover o desenvolvimento da região com “a implantação de núcleos de povoamento e produção agrícola” (GALVÃO, 2013, p. 4).

Outro movimento significativo para a colonização da Região Centro-Oeste idealizado a partir de 1956 e implementado entre os anos de 1957 a 1960 foi a construção do Distrito Federal e a mudança da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília. Idealizada no Governo do presidente Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília fez parte do Plano de Metas criado com a intenção de promover o desenvolvimento e o crescimento do país. Portanto, esse plano possibilitou a construção de diversas rodovias dentro do Estado de Goiás, favorecendo a interligação entre os diversos vilarejos, distritos e cidades existentes, além de facilitar a migração.

Segundo Galvão (2013), a partir de 1960 houve movimentações do regime militar, implantado no país a partir de 1964, para uma colonização da Região Centro-Oeste com a intenção de facilitar o acesso entre a Amazônia e o Centro-Oeste, além de promover o acesso a outras regiões, como o Norte e o Sudeste, por exemplo. O objetivo da colonização da área era proporcionar segurança e desenvolver o Brasil.

A partir de 1964, no governo militar, é dada nova orientação com relação à ocupação das terras: “O Governo Federal, através de incentivos fiscais e crédito facilitado, privilegia a instalação de amplos latifúndios cujos proprietários são, na maioria das vezes, empresários do Centro-Sul”. Para garantir e proporcionar infraestrutura básica para se desenvolver, o poder público criou órgãos específicos para apoiar tais atividades: o Banco da Amazônia S/A (BASA), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). (GALVÃO, 2013, p. 6)

Ressalta-se que a criação do Estado de Mato Grosso do Sul ocorreu em 1977 por meio da divisão do então Estado de Mato Grosso, a separação visava atender às demandas regionais e administrativas. Como o detalhado em 3.2.1 Mato Grosso do Sul, houveram movimentos separatistas dentro de Mato Grosso desde a primeira metade dos anos de 1930. A constituição deste Estado como uma unidade federativa demonstrou que a localidade apresentava características próprias, marcadas pela diversidade cultural, econômica e geográfica.

Sua formação envolveu aspectos políticos, econômicos e sociais, além de demandas históricas e geográficas, incluindo a busca por uma administração mais direcionada às peculiaridades do Mato Grosso do Sul. A criação do estado trouxe consigo desafios e oportunidades, impulsionando o crescimento econômico, a organização institucional e o fortalecimento da identidade sul-mato-grossense. Ao longo das décadas seguintes, Mato Grosso do Sul consolidou-se como uma unidade federativa importante no contexto nacional, contribuindo para o desenvolvimento do país.

A Marcha para o Oeste, a mudança da capital para Brasília e a promoção da colonização da Região Centro-Oeste foram movimentos importantes para o aumento populacional dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Esse aumento populacional pode ser visto no Quadro 5, elaborado pelo IBGE, com base nos Censos de 1872 a 2010, em que há um crescimento da densidade demográfica a partir da década de 1940.

Quadro 5 - Densidade demográfica nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 1872/2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
BRASIL	1.17	1.68	2.05	3.60	4.84	6.10	8.34	11.10	14.23	17.26	19.92	22.43
Região Norte	0.09	0.12	0.18	0.37	0.42	0.53	0.76	1.09	1.76	2.66	3.35	4.12
Região Nordeste	2.99	3.86	4.34	7.24	9.29	11.57	14.43	18.45	22.79	27.33	30.69	34.15
Região Sudeste	4.34	6.60	8.46	14.77	19.84	24.39	33.60	43.62	56.87	67.77	78.20	86.92
Região Sul	1.25	2.48	3.12	6.14	9.95	13.61	20.64	28.95	33.63	38.38	43.54	48.58
Região Centro-Oeste	0.14	0.20	0.23	0.47	0.68	0.95	1.67	2.88	4.36	5.86	7.23	8.75

Fonte: (IBGE, 2012)²⁷.

Ao observar o Quadro 5, é perceptível que o aumento da densidade demográfica da Região Centro-Oeste passa a ser significativo a partir do final da década de 1930, em que houve

²⁷ Os dados presentes nesta tabela são referentes aos dados do Censo 2010 (IBGE 2012), pois esta dissertação foi redigida em maio de 2023, portanto os dados do censo 2020 ainda não havia sido divulgados.

um aumento de 0,21 pessoa por km² entre 1920 e 1940. A partir dos anos 1960, a população passa de 1,67 pessoa por km², chegando até 8,75 por km² no último Censo, de 2010.

3.2.1 Mato Grosso

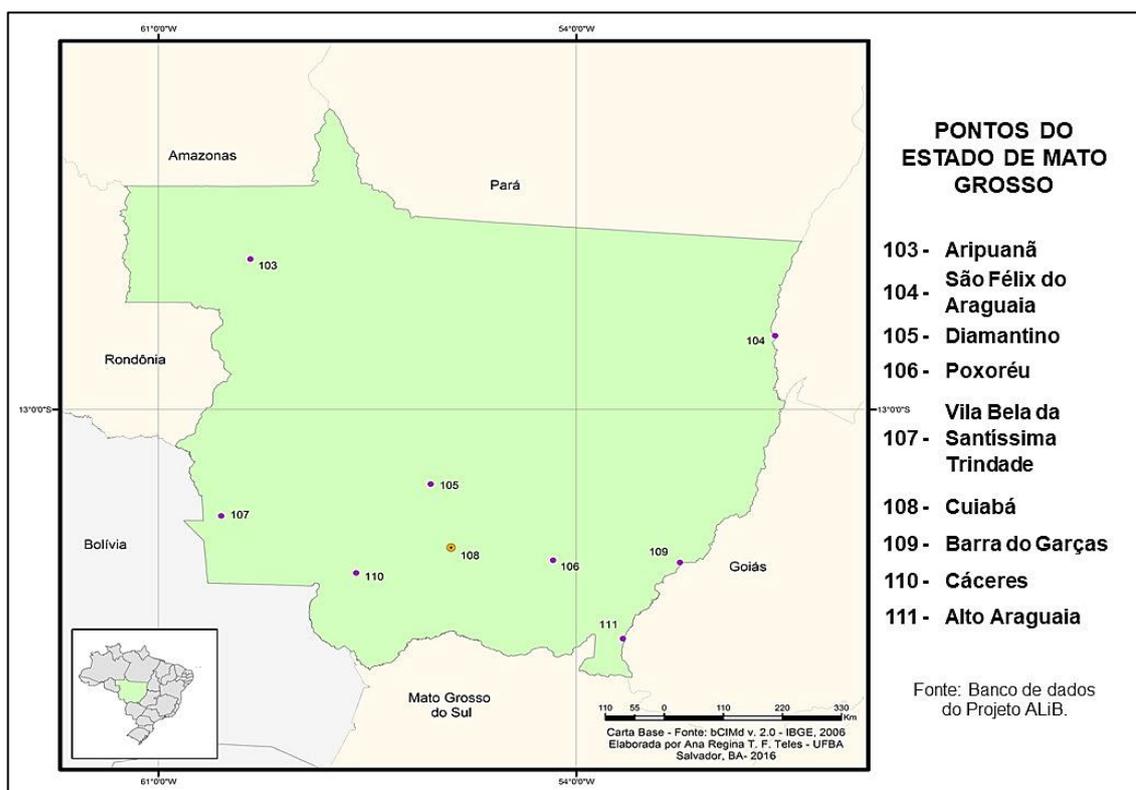
A história do Mato Grosso começou com as primeiras expedições, em 1525, promovidas pelo português Pedro Aleixo Garcia, mais conhecido como Aleixo Garcia, que chegou à Bolívia através dos rios Paraná e Paraguai. Mais adiante, no começo do século XVIII, foram descobertas na região atual do Guaporé jazidas de ouro, o que promoveu a mudança de grandes contingentes de pessoas com a intenção de explorar as riquezas provenientes da mineração, iniciando, assim, a colonização do Estado.

Com isso, em 1719, a cidade de Arraial de Cuiabá foi fundada, sendo a primeira cidade do Mato Grosso, mais tarde sendo chamada de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, hoje a capital Cuiabá. De acordo com Jesus (2012, p. 94), a partir de 1748, a região teve sua “circunscrição reduzida em função das fundações das capitânicas de Mato Grosso e de Goiás”.

Ainda que a partir do século XVII a colonização da área tenha se iniciado, foi a partir do movimento Marcha para o Oeste, em 1938, como dito anteriormente, que o Mato Grosso passou a receber um contingente maior de pessoas, facilitando não só o desenvolvimento populacional da região, mas também protegendo as fronteiras do Brasil.

Somente em 1977, Mato Grosso é dividido em dois, formando os estados conhecidos hoje como Mato Grosso e Mato Grosso Sul. Atualmente o Estado do Mato Grosso possui população estimada 3,5 milhões de pessoas, em um território de 903.207,047 km², resultando numa densidade demográfica de 3,36 habitantes por km². Sua capital é a cidade de Cuiabá.

Além disso, o estado faz fronteira com os estados brasileiros do Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e com um país da América Latina, a Bolívia. Os dados mato-grossenses obtidos nesta pesquisa derivam dos áudios do Projeto ALiB, cujos pontos estão apresentados na Figura 4.

Figura 4 - Rede de pontos do Projeto ALiB no Mato Grosso

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

A partir do IBGE (2012)²⁸ foi elaborado o Quadro 6, em que há a apresentação de um resumo sobre cada cidade do Estado do Mato Grosso que faz parte da rede de pontos do Projeto ALiB. Portanto, para o Mato Grosso, o ALiB apresenta nove pontos, referente às cidades de: Aripuanã, São Félix do Araguaia, Diamantino, Poxoréu, Vila Bela da Santíssima Trindade, Cuiabá, Barra do Garças, Cáceres e Alto Araguaia.

Quadro 6 - Principais características das cidades do Mato Grosso.

Cidades	Formação	População	População alfabetizada	Renda per capta
Aripuanã	31 de dezembro de 1943 (Decreto-Lei nº 545)	18.656 habitantes	11.647 (62,43%)	2,3 salários mínimos

²⁸ A escrita deste trabalho foi finalizada em maio de 2023, por isso foi utilizado os dados presentes no IBGE (2012) e não na pesquisa desenvolvida em 2023, visto que os dados até o referido mês não teria sido finalizada e divulgada pela instituição.

Cidades	Formação	População	População alfabetizada	Renda per capita
São Félix do Araguaia	25 de outubro de 1948 (Lei nº 163)	10.625 habitantes	6.757 (63,6%)	2,8 salários mínimos
Diamantino	16 de julho de 1918 (Lei nº 772)	20.341 habitantes	13.881 (68,24%)	2,5 salários mínimos
Poxoréu	26 de outubro de 1938 (Decreto nº 206)	17.599 habitantes	10.925 (62,08%)	2,1 salários mínimos
Vila Bela da Santíssima Trindade	19 de março de 1752 e teve seu nome recuperado na Lei Estadual nº 4.014, de 29 de novembro de 1978	14.493 habitantes	8.793 (60,67%)	2,3 salários mínimos
Cuiabá	8 de abril de 1719	551.098 habitantes	402.691 (73,07%)	3,9 salários mínimos
Barra do Garças	15 de setembro de 1948	56.560 habitantes	39.720 (70,23%)	2,1 salários mínimos
Cáceres	6 de outubro de 1778	87.942 habitantes	57.071 (64,9%)	3,3 salários mínimos
Alto Araguaia	Criada em 31 de janeiro de 1911 com o nome de Santa Rita do Araguaya, sendo renomeada para Alto Araguaia em 26 de outubro de 1938 (Decreto-Lei nº 208)	15.644 habitantes	10.784 (68,93%)	2,5 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (2012)

3.2.2 Mato Grosso do Sul

Apesar de a divisão entre o Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ter acontecido somente em 1977, desde 1934, o Sul do até então Mato Grosso era a favor de São Paulo na Revolução Constitucionalista, que ocorreu em 1932; já o Norte do estado apoiava o presidente Getúlio Vargas. A Revolução Constitucionalista foi um movimento contra o autoritarismo do Governo Provisório de Getúlio Vargas e cobrava a formulação de uma nova Constituição

brasileira. O movimento gerou cerca de quatro meses de conflito armado dos revolucionários com as tropas do Presidente. Ainda que os participantes da Revolução terem sido derrotados, em 1934 foi promulgada uma nova Constituição Brasileira.

No início da década de 1930, com a região sul do até então Mato Grosso concordando com a posição da Revolução Constitucionalista, foi criada a Liga Sul-Mato-Grossense, que tinha por objetivo promover ideias separatistas do norte do estado, exigindo do Governo a fundação da divisão entre o norte e sul. De acordo com Machado (2020),

Embalados pelos acontecimentos de 1932, universitários mato-grossenses, oriundos das elites agrárias do Sul, criaram, em outubro de 1932, no Rio de Janeiro, a Liga Sul-Mato-Grossense. No extrato publicado no Diário Oficial da União, em abril de 1934, lê-se que a entidade tinha por objetivo “pleitear a divisão do Estado de Mato Grosso em dois Estados Federados”, mas, paradoxalmente, propunha-se também a “promover a união dos mato-grossenses”. (MACHADO, 2020, p. 26)

Mesmo que a Liga Sul-Mato-Grossense ter recolhido 20 mil assinaturas no sul de Mato Grosso e levado as assinaturas para a Assembleia Constituinte de 1934, o movimento foi duramente reprimido pelo governo e o pleito não foi aprovado pela assembleia. Já em 1943, Vargas fundou no Sul uma área administrativa chamada Território Federal de Ponta Porã para fins de povoamento, área que, mais tarde, em 1946, foi anexada ao Mato Grosso. Essa área incluía as atuais cidades de Miranda, Nioaque, Maracaju, Dourados, Ponta Porã, Bela Vista e Murtinho.

Além disso, o movimento Marcha para o Oeste, em 1938, afetou o que se chama atualmente de Mato Grosso do Sul. Foi a partir disso que a migração de pessoas se intensificou, povoando antes áreas despovoadas ou com baixo número de população presente nas localidades. Com isso, percebe-se que

A geopolítica no governo Vargas, voltada ao Mato Grosso, caracterizou-se pela tentativa de ocupação das áreas consideradas desertas e a busca pelo seu desenvolvimento por meio da Marcha para o Oeste. Não se alcançou o resultado esperado, entretanto, na Colônia Agrícola de Dourados, houve um significativo aumento populacional e o desenvolvimento da cidade. (MACHADO, 2020, p. 30)

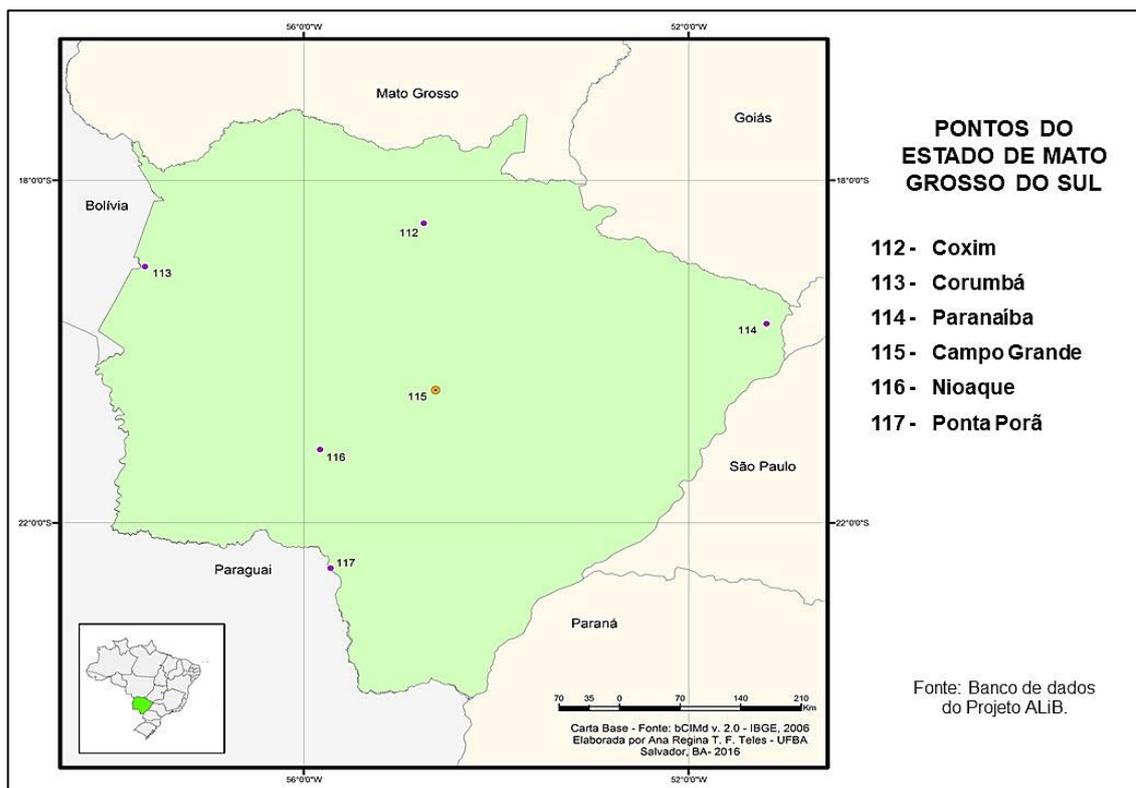
Como dito anteriormente, as histórias dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão ligadas até 1977, visto que antes os territórios faziam parte do mesmo estado. Somente através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, promulgada pelo Presidente

Ernesto Geisel, o Mato Grosso do Sul foi separado de Mato Grosso, passando a ter seu próprio poder administrativo. Segundo Correa (2014),

Nenhuma das populações envolvidas foi consultada a respeito da divisão e somente tomaram parte dos planos do Governo Federal para a região depois da exposição de motivos, e da conclusão da lei complementar, "... não houve manifestações populares que antecedessem e apoiassem a sua criação, também não houve manifestações que a ela se opusessem. [...]. Em síntese: as duas regiões aceitaram o ato consumado" [...]. Alguns interpretam a separação como uma consequência lógica da configuração geográfica do Estado do Mato Grosso, outros a classificam como "uma decisão pessoal, um ato de arbítrio do presidente Geisel" [...] há ainda quem creia numa ação a serviço do Governo Federal para multiplicar espaço político através da criação de novas Unidades da Federação. (CORREA, 2014, p. 7)

Hoje, o Mato Grosso do Sul é um dos três estados da Região Centro-Oeste e tem uma população, de acordo com o IBGE (2012)²⁹, de 2.449.024 pessoas, com uma área de 357.147,995 km². O Estado tem a cidade de Campo Grande como sua capital e faz divisa com cinco estados brasileiros (Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná) e também com dois países (Paraguai e Bolívia). Os pontos do Mato Grosso do Sul de onde provêm os dados das entrevistas analisadas nesta pesquisa estão apresentados na Figura 5.

²⁹ A escrita deste trabalho foi finalizada em maio de 2023, por isso foi utilizado os dados presentes no IBGE (2012) e não na pesquisa desenvolvida em 2023, visto que os dados até o referido mês não teria sido finalizada e divulgada pela instituição.

Figura 5 - Rede de pontos do Projeto ALiB no Mato Grosso do Sul

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB

O Quadro 7 foi construído a partir de informações do IBGE (2012) com o objetivo de exibir um resumo da história, formação e situação socioeconômica de todas as cidades pesquisadas neste trabalho. O ALiB apresenta seis pontos para o Mato Grosso do Sul, que são as cidades de Coxim, Corumbá, Paranaíba, Campo Grande, Nioaque e Ponta Porã.

Quadro 7 - Principais características das cidades do Mato Grosso do Sul

Cidades	Formação	População	População alfabetizada	Renda per capita
Coxim	Inicialmente criada como distrito em 6 de novembro de 1872, estabeleceu-se como município em 11 de abril de 1898 (distrito pela Lei nº 1 e município pela Resolução nº 202)	32.159 habitantes	21.875 (68,02%)	2,1 salários mínimos
Corumbá	21 de setembro 1778 com a intenção de impedir os avanços espanhóis pela fronteira, porém somente em 19 de abril de 1938 (Lei	103.703 habitantes	69.597 (67,11%)	2,7 salários mínimos

Cidades	Formação	População	População alfabetizada	Renda per capita
	Provincial nº 4) foi elevada a distrito e em 5 de julho de 1850 (Lei Provincial nº 12) foi considerada município			
Paranaíba	Recebeu o nome de Santana do Paranaíba em 19 de abril de 1835 (Lei Provincial nº 4), foi elevada a vila em 4 de julho de 1857 (Lei Estadual nº 5) e a cidade em 13 de julho de 1894 (Lei Estadual nº 79)	40.192 habitantes	27.847 (69,3%)	1,9 salários mínimos
Campo Grande	Forma-se como distrito subordinado a Nioaque em 23 de novembro de 1889 (Lei nº 792), é elevada a vila em 26 de agosto de 1899 (Resolução Estadual nº 225) e recebe o status de cidade em 16 de julho de 1918 (Lei Estadual nº 772)	786.797 habitantes	579.504 (73,65%)	3,5 salários mínimos
Nioaque	Fundada por Joaquim Francisco Lopes em 8 de abril 1849, em 24 de maio de 1877 (Decretos Provinciais nº 5 e 506) foi declarada como distrito	14.391 habitantes	9.066 (63%)	1,9 salários mínimos
Ponta Porã	18 de julho de 1912	77.872 habitantes	50.178 (64,43%)	2,0 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (2012).

3.2.3 Goiás

As primeiras movimentações populacionais aconteceram no território do atual Estado de Goiás entre os séculos XVII e XVIII, com os bandeirantes em busca de ouro através de suas entradas advindos da região Nordeste de São Paulo e do Triângulo Mineiro. Segundo Oliveira (2016), ainda na primeira metade do século XVIII, a capitania paulista “estendia suas fronteiras abrangendo territórios que hoje correspondem aos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (OLIVEIRA, 2016, p. 154).

As migrações em busca das jazidas em Goiás fizeram com que as primeiras organizações populacionais se fixassem em proximidade aos locais de mineração, assim os primeiros povoados e vilas surgiram na região. A partir do século XVIII, uma crise na mineração de ouro no Brasil motivou a população a emigrar para outras localidades, de acordo ainda com Oliveira (2016):

Com o fim do sistema sesmarial, a distribuição de terras no Brasil ficou em aberto e seu apossamento ficou desgovernado, o que, aliado à crise da produção aurífera nas regiões mineiras, acabou motivando a emigração em massa em direção ao oeste, seguindo o caminho paulista para Goiás e Mato Grosso. (OLIVEIRA, 2016, p. 156)

Com a crise, a população mudou de ocupação. Assim, deixando a exploração de ouro, a população passou a dedicar-se à agricultura e à pecuária, tornando o Estado um dos principais produtores da agropecuária do país, situação que ainda perdura, de acordo com dados do IBGE (2012).

No século XIX, dois movimentos governamentais afetaram de forma significativa o aumento da população em Goiás. O primeiro movimento, com o Projeto Marcha para o Oeste, de 1938 e implantado a partir de 1942, criado por Getúlio Vargas, promoveu a migração para diversas áreas do estado; já o segundo movimento foi a construção de Brasília e a mudança da capital do Brasil.

Com a chegada da década de 1950, mais especificamente em 1956, o Presidente Juscelino Kubitschek idealizou a construção de Brasília (Distrito Federal) com a intenção de mover a capital do Rio de Janeiro para o centro do país. Entre os anos de 1957 e 1960, o Distrito Federal foi construído e inaugurado, com a mudança da capital e com a mudança de políticos e suas famílias para a localidade, o que gerou uma maior motivação para os fluxos migratórios em busca de trabalho e novas oportunidades.

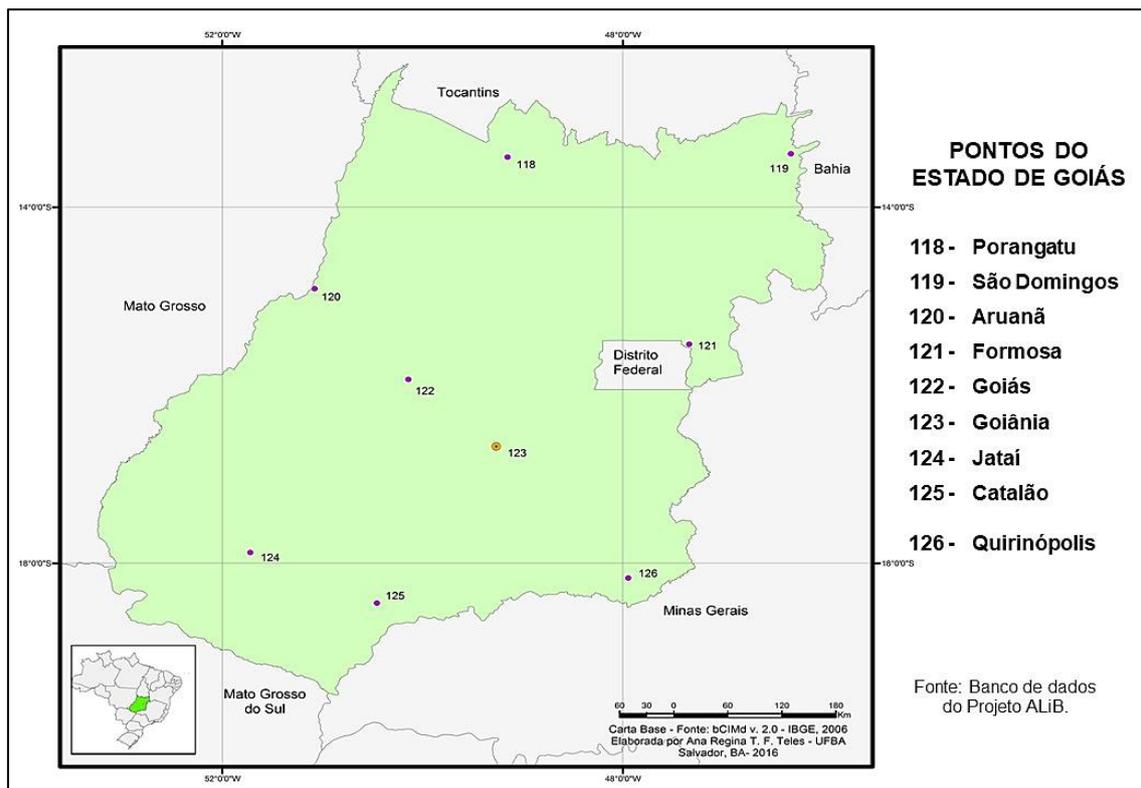
Além disso, a extensão territorial de Goiás sofreu mudanças a partir de 1988 com a divisão da parte norte do estado, a qual deu origem ao Estado do Tocantins. A separação aconteceu como reflexo de movimentos separatistas que aconteceram a partir de 1820 e fortalecidos pela Proclamação da República, refletindo “ideias liberais [...] na tentativa de derrubar a própria personificação da dominação portuguesa: capitão-general Manoel Sampaio” (OLIVEIRA, 2021, p. 11).

Todavia, por mais que as ideias separatistas tenham tido forte aderência no século XVIII, o movimento perdeu força. Mais adiante, outros movimentos surgiram, porém as ideias separatistas reapareceram com mais força em 1920, mas, novamente, sem sucesso. Após a

criação de Brasília e com o desenvolvimento maior de Goiás, região a qual o Tocantins estava atrelada, uma proposta separatista foi enviada ao Congresso para a criação de um novo Estado, porém a proposta foi vetada pelo presidente do regime militar João Figueiredo, em 1979. Mais tarde, depois da instauração da Constituição de 1988, o Estado do Tocantins foi finalmente criado, tendo como capital a cidade de Palmas, cuja construção começou em 1989 e terminou em 1990.

Hoje, Goiás tem uma população estimada de 6.003.788 habitantes, de acordo com o Censo 2010, com uma extensão territorial de 340.242,856 km², correspondendo a uma densidade demográfica de 17,65 hab/km². Faz fronteira com seis estados (Tocantins, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), além de fazer fronteira com Brasília e Distrito Federal. Sua capital é Goiânia. A Figura 6 mostra a rede de pontos do ALiB no Estado de Goiás.

Figura 6 - Rede de pontos do Projeto ALiB em Goiás



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB

Este trabalho analisa dados de nove localidades de Goiás que integram a rede de pontos do Projeto ALiB: Porangatu, São Domingos, Aruanã, Formosa, Goiás, Goiânia, Jataí, Catalão

e Quirinópolis. Assim, foi elaborado o Quadro 8 a partir de informações do IBGE (2012)³⁰ para resumir a história, a formação e a situação socioeconômica dessas cidades.

Quadro 8 - Principais características das cidades de Goiás

Cidades	Formação	População	População alfabetizada	Renda per capita
Porangatu	25 de agosto de 1948 (Lei Estadual nº 122)	42.355 habitantes	28.669 (67,7%)	1,7 salários mínimo
São Domingos	Surge como povoado no final do século XVII, começo do XVIII, vira distrito em 23 de junho de 1835 e a município em 14 de outubro de 1854	11.272 habitantes	6.019 (53,4%)	2,2 salários mínimos
Aruanã	18 de dezembro de 1958 (Lei Estadual nº 2.427)	7.496 habitantes	4.744 (63,3%)	1,9 salários mínimos
Formosa	Recebe status de vila em 1 de agosto de 1843 (Lei Provincial nº 1) e é elevada a cidade em 21 de julho de 1877 (Lei Provincial nº 574)	100.085 habitantes	66.111 (66,05%)	2,0 salários mínimos
Goiás	Criada em 1729, recebe o status de vila em 25 de julho de 1739 e é elevada a cidade em 17 de setembro de 1818	24.727 habitantes	16.900 (68,34%)	1,9 salários mínimos
Goiânia	24 de outubro de 1933	1.302.001 habitantes	997.045 (76,57%)	3,3 salários mínimos
Jataí	31 de maio de 1895 (Lei Estadual nº 56)	88.006 habitantes	61.967 (70,41%)	2,3 salários mínimos
Catalão	20 de agosto de 1859 (Lei ou Resolução Provincial nº 7)	86.647 habitantes	64.347 (74,26%)	2,7 salários mínimos

³⁰ A escrita deste trabalho foi finalizada em maio de 2023, por isso foi utilizado os dados presentes no IBGE (2012) e não na pesquisa desenvolvida em 2023, visto que os dados até o referido mês não teria sido finalizada e divulgada pela instituição.

Cidades	Formação	População	População alfabetizada	Renda per capita
Quirinópolis	31 de dezembro de 1943 (Decreto Lei Estadual nº 8.305)	43.220 habitantes	30.004 (69,42%)	2,1 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2012).

Na próxima seção intitulada *4 Descrição e análise de dados*, será detalhado os dados encontrados na coleta referente às 24 localidades da Região Centro-Oeste que fazem parte dos pontos do Projeto ALiB, conforme descritas anteriormente. Utilizando uma abordagem sistemática, os dados foram selecionados e examinados em busca do comportamento do modo imperativo com relação a variação apresentada na segunda pessoa do singular, forma do indicativo e do subjuntivo.

Primeiramente, realizamos uma análise descritiva para compreender a distribuição e a natureza dos dados em cada localidade, em seguida, aplicou-se os métodos descritos na seção 3 Métodos aplicados com a finalidade de identificar as relações entre as variáveis de interesse: parte do inquérito, polaridade de sentença, faixa etária, cidade e estado, sexo, paradigma verbal, número de sílabas, presença e/ou ausência de pronomes clíticos, valor semântico e tipo de discurso. Ademais, utilizamos ferramentas de visualização de dados para apresentar de forma clara e acessível os resultados obtidos, facilitando a interpretação e a comunicação dos achados. Por fim, analisou-se o comportamento da região quanto ao modo imperativo correlacionando com a variação pronominal do *tu* e *você* no Brasil.

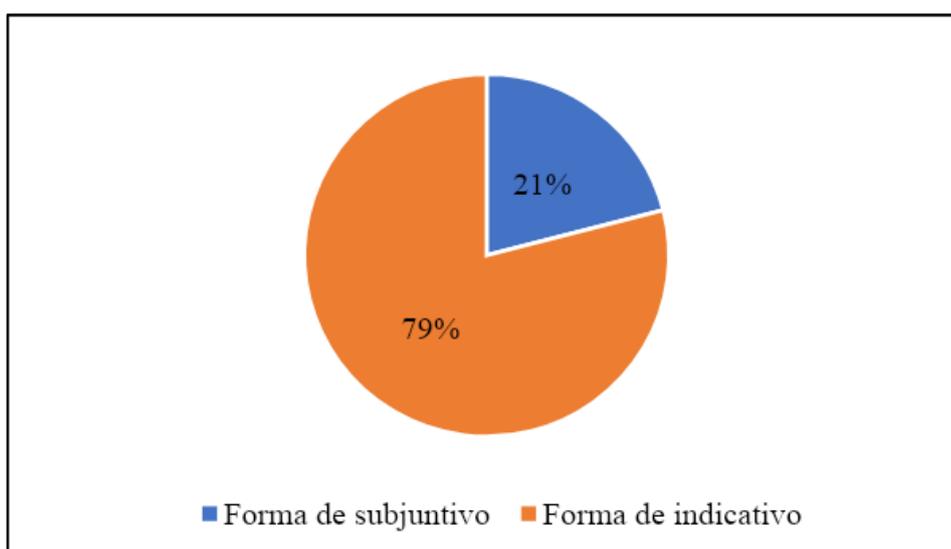
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Este trabalho descreve o comportamento do imperativo verbal na Região Centro-Oeste. Como o imperativo com a forma indicativa é o mais frequente no português brasileiro (cf. SCHERRE, 2007; 2012; OLIVEIRA, 2015; 2023), na rodada dos dados, assumiu-se como regra de aplicação o imperativo com a forma subjuntiva para verificar o contexto de sua resistência, já que, possivelmente, há uma mudança em curso no sentido de a forma indicativa substituir a forma subjuntiva, que caracteriza os falares da Região Nordeste (cf. OLIVEIRA, 2015; 2017; 2023).

A hipótese geral que norteou a pesquisa foi a de que a variante mais frequente fosse o imperativo com a forma do indicativo, como constatado nas diversas pesquisas apresentadas na subseção 2.2 *História do modo imperativo do latim ao português*.

Como apresentado na seção 3 *Métodos Aplicados*, os dados foram coletados a partir da escuta de 84 áudios de 21 localidades do interior dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Já os dados das capitais foram analisados por Oliveira (2015; 2023). Em seguida os dados foram submetidos ao programa GoldVarb X, que gerou os seguintes resultados gerais: dos 666 dados, 21% foram de imperativo com a forma de subjuntivo (140 dados) e 79% foram de imperativo com a forma de indicativo (526 dados), como ilustrado no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Distribuição geral dos dados de imperativo da Região Centro-Oeste (localidades do interior)



Fonte: Elaboração própria.

O GoldVarb X avalia a relevância estatística dos grupos de fatores e/ou variáveis independentes em níveis de seleção (*step up*) e de descarte (*step down*). Procedeu-se a uma rodada geral com todos os grupos de fatores considerados (cf. Quadro 4) e houve casos de *knockouts*³¹, o que exigiu a adoção de alguns procedimentos metodológicos, como apresentado a seguir:

(i) Os 33 dados da cidade de Jataí-GO foram todos com a forma de indicativo, portanto essa localidade foi excluída da rodada dos pesos relativos.

(ii) Só houve um dado com verbo de quatro sílabas. Assim, esse fator foi amalgamado aos verbos trissilábicos. Esse único dado foi de imperativo com a forma de subjuntivo:

(1) Tem *vária* expressão, né? Não me incomode, né... me deixe quieto... não me perturbe, não deixa ninguém me incomodar. (Homem, Faixa 1, Diamantino-MT)

(iii) Não houve dados de imperativo nas respostas às questões metalinguísticas, fator que foi excluído da análise.

(iv) Os oito dados registrados nas questões de pragmática foram todos com a forma de indicativo e foram retirados da rodada dos pesos relativos. Exemplo:

(2) Ô moça sua carteira caiu, vem... tá aqui, tá cheia... pega aqui. (Homem, Faixa 2, Barra do Garça-MT)

(v) Outro dado que saiu da rodada dos pesos relativos foi do grupo Parte do questionário. Esse dado ocorreu no final do inquérito, quando a informante pede desculpa para o documentador:

(3) Me desculpa alguma falha que já tem muito tempo que a gente não lê. E alguma coisa de pontuação a gente... (Mulher, Faixa 1, Quirinópolis-GO)

(vi) Quanto à variável Tipo de discurso, que considera se as formas proferidas são reais ou hipotéticas, houve 656 dados hipotéticos (140 com a forma de subjuntivo e 516 com a forma de indicativo) e apenas 10 foram enunciados reais do informante, que se dirigiu ao documentador ou a outrem durante a realização do inquérito, todos com a forma de indicativo.

³¹ Os *knockouts* ocorrem quando há 0% ou 100% de uma variante, o que indica contexto em que não há variação, pois uma ou outra variante é categórica.

Assim, esse grupo de fatores precisou ser retirado da rodada dos pesos relativos. Seguem exemplos de dados hipotéticos e de dados reais:

Dados hipotéticos:

(4) DOC – Como é que uma mãe diz ao filho para que ele saia da chuva?
INF – Fulano, sai dessa chuva... vai te fazer mal... sai dessa chuva! (Mulher, Faixa 2, São Félix do Araguaia-MT)

(5) DOC – Para que a porta não fique aberta, se diz: Fulano, _____ a porta!
INF – Feche a porta! (Homem, Faixa 2, Coxim-MS)

Dados reais:

(6) Repete, por favor! (Homem, Faixa 1, Aruanã-GO, o informante se dirige ao documentador)

(7) Maciel, sai fora daí, vai... vai... senão tu vai.... (Homem, Faixa 2, Aripuanã-MT, o informante se dirige ao filho, que está presente na cena da entrevista)

Embora os dados reais sejam poucos, chama a atenção o fato de terem sido todos com a forma de indicativo. Será essa a norma de dados reais da Região Centro-Oeste, considerando que a grande maioria dos dados são hipotéticos, sobretudo quando se pede para o informante se colocar no lugar de alguém? Esses questionamentos necessitariam de uma análise mais minuciosa, portanto uma pesquisa mais aprofundada com mais dados de imperativo real, que neste trabalho ocorreu em baixa quantidade (10 dados), seria imprescindível.

Após os ajustes, foram feitas mais duas rodadas de pesos relativos, uma com a variável Cidade e sem a variável Estado e outra com a variável Estado e sem a variável Cidade, já que são grupos de fatores que interagem, impossibilitando a ortogonalidade dos fatores.

A primeira rodada, com a variável Cidade, apresentou *input* final de 0,156 e significância de 0,009, tendo sido selecionadas, nesta ordem de importância das variáveis de acordo com o Goldvarb X: Parte do inquérito, Polaridade da sentença, Faixa etária, Cidade e Sexo. A segunda rodada, com a variável Estado, apresentou *input* final de 0,171 e significância de 0,029, tendo sido selecionadas, nesta ordem de importância, as variáveis: Parte do inquérito, Polaridade da sentença, Faixa etária, Sexo e Estado.

Considerando a semelhança na seleção das variáveis que apresentam correlação com o fenômeno sob estudo e o melhor nível de significância, optou-se por considerar a primeira

rodada. Outra justificativa para essa escolha é o fato de o grupo de fatores Cidades permitir uma visualização mais detalhada da variação diatópica na Região Centro-Oeste.

Assim, pensando nos fatores de análise selecionados, foram elaborados tabelas e gráficos para discutir cada um dos fatores dos grupos selecionados com relação aos dados de imperativo. Quanto às variáveis descartadas pelo GoldVarb X, os resultados percentuais estão apresentados na subseção 4.2 *Variáveis descartadas*, pois, por mais que tenham sido descartadas, ainda se mostram como dados relevantes para a pesquisa.

4.1 VARIÁVEIS SELECIONADAS

Como dito anteriormente, o programa GoldVarb X selecionou as variáveis Parte do inquérito, Polaridade da sentença, Faixa etária, Cidade e Sexo. Assim, nesta subseção são apresentados os resultados para essas variáveis.

O *input* final da rodada foi de 0,156, o *log likelihood* foi -270.166 e o nível de significância foi 0,009.

4.1.1 Parte do inquérito

O inquérito do ALiB inicia com o questionário fonético-fonológico (QFF), com 159 perguntas, seguido das onze questões de prosódia, e prossegue com o questionário semântico-lexical (QSL), com 202 perguntas, com o questionário morfossintático (QMS), com 49 perguntas, com as quatro questões de pragmática, com os quatro discursos semidirigidos, com as seis questões metalinguísticas e finaliza com um texto para leitura. O texto para leitura não foi considerado nesta pesquisa e não foram encontrados dados de imperativo nas respostas às questões metalinguísticas. Seguem, exemplos de cada parte do inquérito em que houve dados de imperativo:

QFF

(8) DOC – Para que a porta não fique aberta, se diz: Fulano, ____ a porta!
INF – Feche a porta! (Homem, Faixa 1, Aripuanã-MT)

Prosódia

(9) DOC – Como é que uma mãe diz ao filho para que ele saia da chuva?
INF – Vai pra dentro! Tá chovendo! (Mulher, Faixa 2, Paranaíba-MS)

QSL

(10) DOC – Como chama um veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos?

INF – Aqui nós trata mais por carrinho. “Fulano, vai lá... pega o carrinho lá e leva tal coisa em tal lugar”! (Homem, Faixa 2, Vila Bela da Santa Trindade-MT)

QMS

(11) DOC – Quando tem sede, como você pede guaraná?

INF – Por favor me dá um guaraná! (Homem, Faixa 1, Barra do Garças-MT)

Pragmática

(12) DOC – Um objeto caiu do bolso de um homem jovem e ele não viu. Como um outro rapaz jovem chama a atenção desse rapaz?

INF – Ô cara, vem cá! (Homem, Faixa 1, Cáceres-MT)

Discurso semidirigido (em que o documentador pede que o informante relate um fato marcante em sua vida)

(13) Tá aqui o exame, esse é o seu, esse é o seu... abra aí, não sei o que é que deu! (Mulher, Faixa 1, Aripuanã-MT, a informante conta como foi o processo de reconhecimento de paternidade de seu filho em que o genitor solicitou um exame de DNA)

(14) INF.- É, não contava, não: “ali não pode tomar banho, fora de hora, porque tá... é perigoso”, né? (Homem, Faixa 2, Cárcere -MT, o informante contava sobre um local em que o banho estava proibido por causa da periculosidade de afogamento devido à corrente do rio)

Nesta pesquisa, inicialmente assumiu-se a hipótese de que haveria correlação entre o uso das formas do imperativo e a parte do questionário, com o subjuntivo sendo mais frequente nas partes mais monitoradas (QFF e QSL) e com o indicativo sendo mais frequente nas partes menos monitoradas (discursos semidirigidos, por exemplo).

Os resultados para essa variável estão apresentados na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Parte do inquérito

Parte do inquérito	Ocorrências/total	Percentual	Peso relativo
QFF	70/149	47%	0,841
Prosódia	57/373	15,3%	0,402

QSL	1/27	3,7%	0,149
QMS	11/105	10,5%	0,370
Pragmática	0/8	0%	-
Discurso	1/3	33,3%	0,736
Agradecimento ³²	0/1	0%	-
			<i>Input: 0,156</i>
			<i>Significance: 0,009</i>

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os resultados da Tabela 2, vê-se que a forma subjuntiva é favorecida no QFF (percentual de 47% e peso relativo de 0,841), conforme a hipótese aventada. Por ser o início da entrevista, o informante apresenta-se mais tenso, utilizando assim, a forma prescrita pela norma gramatical, a forma do subjuntivo. No decorrer da entrevista, o informante vai deixando fluir o vernáculo e o indicativo aflora.

A parte do inquérito ‘discurso semidirigido’ apresentou percentual de 33,3% e peso relativo de 0,736 para o imperativo associado ao subjuntivo, contrariando a hipótese inicial da pesquisa. Contudo, por mais que o peso relativo tenha sido alto, a quantidade total de dados é muito pequena (três dados) para qualquer conclusão mais assertiva quanto a essa parte do questionário.

4.1.2 Polaridade de sentença

A polaridade da sentença tem se revelado uma variável importante para o estudo da expressão do imperativo verbal, pois a variação parece ser mais presente no imperativo afirmativo (que tem formas derivadas tanto do indicativo como do subjuntivo) do que no imperativo negativo (cujas formas advêm do subjuntivo). O exemplo (16), a seguir, retirado do *corpus* desta pesquisa evidencia tanto a polaridade negativa (*não mexa*) como a afirmativa (*deixa*):

(15) Menino, não mexa nisso, deixa isso quieto! (Homem, Faixa 1, Poxoréu-MT)

³² Não houve previsão para Agradecimento. Contudo este único dado apareceu na amostra, quando, finalizado o inquérito, a informante se desculpa junto ao documentador.

A hipótese aventada neste trabalho foi a de que o uso do subjuntivo na Região Centro-Oeste seria mais frequente em sentenças negativas³³ (SCHERRE, 2007), visto que todo o imperativo negativo vem do subjuntivo, ao contrário do imperativo afirmativo, que vem dos dois modos, o que pode gerar mais variação. Os resultados da pesquisa corroboram a hipótese inicial, como se pode ver na Tabela 3.

Tabela 3 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Polaridade da sentença

Polaridade	Ocorrências/total	Percentual	Peso relativo
Afirmativa	116/593	19,6%	0,476
Negativa	24/73	32,9%	0,688
			<i>Input: 0,156</i>
			<i>Significance: 0,009</i>

Fonte: Elaboração própria.

Nas sentenças negativas, a forma do subjuntivo corresponde a 32,9% dos dados, com peso relativo de 0,688. Já nas sentenças afirmativas, seu uso cai para 19,6% do total de dados, com peso relativo de 0,476. Com isso, há um favorecimento da hipótese de Scherre et al. (2007), que também foi assumida aqui; as sentenças negativas parecem contribuir para o imperativo com a forma de subjuntivo. Todavia saliente-se que a desproporção de dados é também um fator relevante para a análise, houve uma quantidade maior de dados de imperativo afirmativo do que de negativo (593 dados de afirmativo e 73 de negativos), por isso deve-se ter em mente essa questão também é importante para a descrição dos dados.

4.1.3 Faixa etária

A idade do informante é um fator significativo para as análises linguísticas, pois pode evidenciar se há uma mudança em curso. Por isso, o Projeto ALiB considerou a variável faixa etária com dois fatores: a faixa I (18 a 25 anos) e a faixa II (35 a 55 anos).

Com isso, Scherre et al. (2007) assumem a hipótese de que o imperativo verbal revela uma mudança em curso, no sentido de que os mais velhos utilizariam mais a forma do subjuntivo e os mais jovens tenderiam a utilizar mais a forma associada ao modo indicativo.

³³ O assunto foi tratado de forma mais detalhada nas subseções 2.2.2 *O imperativo do português arcaico até a atualidade* e 2.3 *Posições das gramáticas quanto ao imperativo*.

Levando em conta o descrito por Scherre et al. (2007), esperava-se que os mais jovens favorecessem as formas indicativas, já que há evidências de mudança em progresso nos estudos realizados sobre as capitais brasileiras. Os trabalhos realizados por Sampaio (2001), Scherre (2007) e Figueiredo (2023) apontam que nas regiões Sudeste e Nordeste são os mais jovens que favorecem o uso das formas indicativas, enquanto os mais velhos as inibem.

Os resultados encontrados nesta pesquisa estão expostos na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Faixa etária

Faixa etária	Ocorrências/total	Percentual	Peso relativo
18 a 30 anos	77/297	25,9%	0,592
50 a 65 anos	63/369	17,1%	0,426
			<i>Input: 0,156</i>
			<i>Significance: 0,009</i>

Fonte: Elaboração própria.

De forma contrária ao esperado, na Região Centro-Oeste, os jovens favorecem a forma do subjuntivo (embora com apenas 25,9% dos dados), com peso relativo de 0,592. Já os mais velhos utilizam menos o subjuntivo, com 17,1% dos dados e com peso relativo de 0,426. Se a expressão do imperativo verbal passa por um processo de mudança em curso, os resultados desta pesquisa parecem não confirmam isso, pois aqui os mais velhos é que inibem o imperativo com a forma de subjuntivo. Mesmo que os mais jovens tenham mais acesso à educação do que os mais velhos, o ALiB controla a variável escolaridade somente nas capitais (fundamental incompleto e Universitário completo); nas localidades do interior a escolaridade para todos os informantes é a mesma (apenas fundamental incompleto).

Assim, para uma análise mais complexa com relação a esse fenômeno seria necessário analisar a ficha dos informantes para observar se os mais jovens apresentariam mais tempo de exposição à escola do que os mais velhos, o que não foi feito nesta pesquisa. Também o *range* (0,166) é bem pequeno, ou seja, a diferença entre as duas faixas não é tão grande.

4.1.4 Cidades e estados

O objetivo central do Projeto ALiB é estudar as diferenças na fala dos indivíduos dentro do território brasileiro, portanto a variação diatópica é importante para a análise visto que cada localidade tem sua especificidade quanto a história, povoamento e outros fatores. Sobre o

imperativo, Scherre et al. (2007) e Oliveira (2023) comentam que o imperativo na forma do indicativo é mais usado no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, porém no Nordeste a forma mais utilizada é a do subjuntivo.

Assim, as hipóteses centrais adotadas nesta pesquisa foram que: 1) a forma do indicativo se sobressairia na Região Centro-Oeste; 2) seria possível traçar áreas dialetais quanto ao uso do subjuntivo na Região Centro-Oeste.

4.1.4.1 Cidades

Com relação ao fator diatopia, a Tabela 5 apresenta os resultados encontrados com relação à presença da forma subjuntiva do imperativo nas cidades que são parte da rede de pontos do ALiB nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Tabela 5 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Cidade

Cidade	Ocorrências/total	Percentual	Peso relativo
Mato Grosso			
103. Aripuanã ³⁴	6/48	12,5%	0,388
104. São Félix do Araguaia	3/23	13%	0,365
105. Diamantino	10/27	37%	0,582
106. Poxoréu	5/41	12,2%	0,395
107. Vila Bela da Santíssima Trindade	10/47	21,3%	0,522
109. Barra do Garças	18/46	39,1%	0,745
110. Cáceres	8/33	24,2%	0,468
111. Alto Araguaia	5/33	15,2%	0,386
Mato Grosso do Sul			
112. Coxim	13/32	40,6%	0,780
113. Corumbá	10/24	41,7%	0,703
114. Paranaíba	3/26	11,5%	0,323
116. Nioaque	8/27	29,6%	0,650
117. Ponta Porã	4/29	13,8%	0,430
Goiás			
118. Porangatu	9/38	23,7%	0,589
119. São Domingos	3/15	20%	0,442
120. Aruanã	3/32	9,4%	0,290
121. Formosa	3/23	13%	0,385
122. Goiás	2/26	7,7%	0,110

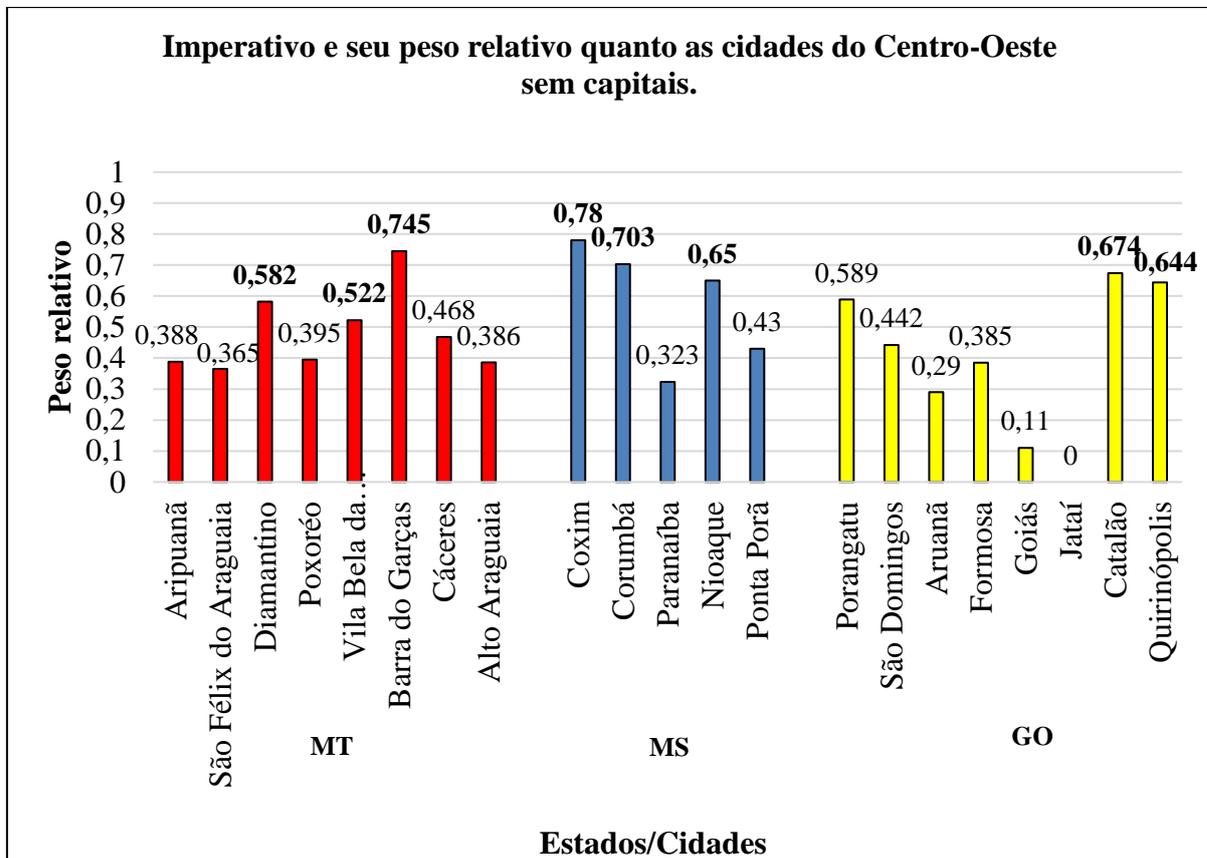
³⁴ Os números que antecedem as localidades são os pontos da rede do Projeto ALiB, que conta com 250 pontos. Faltam os pontos 108 – Cuiabá, 115 – Campo Grande e 123 – Goiânia, pois os dados das capitais não integram o *corpus* desta pesquisa. Mais adiante, serão apresentados os resultados percentuais dessas capitais, extraídos de Oliveira (2023), para efeito de comparação.

124. Jataí	0/33	0%	-
125. Catalão	9/35	25,7%	0,674
126. Quirinópolis	8/28	28,6%	0,644
			<i>Input: 0,156</i>
			<i>Significance: 0,009</i>

Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 5, percebe-se que três cidades do Mato Grosso (Diamantino, com peso relativo de 0,582; Vila Bela da Santíssima Trindade, com peso relativo de 0,522; e Barra do Garças, com peso relativo de 0,745), três cidades do Mato Grosso do Sul (Coxim, com peso relativo de 0,780; Corumbá, com peso relativo de 0,703; e Nioaque, com peso relativo de 0,650) e três cidades de Goiás (Porangatu, com peso relativo de 0,589; Catalão, com peso relativo de 0,674; e Quirinópolis, com peso relativo de 0,644) favorecem o uso da forma do subjuntivo. Para visualizar melhor os resultados em pesos relativos, foi elaborado o Gráfico 4:

Gráfico 4 - Imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste por cidade (localidades do interior) em pesos relativos



Fonte: Elaboração própria.

A partir do exposto na Tabela 5 e no Gráfico 4, questiona-se qual seria o motivo de somente algumas localidades apresentarem um peso relativo mais alto com relação ao uso da forma do subjuntivo. Em primeira análise, construiu-se o Quadro 9, o qual foi baseado nos dados presentes nos quadros da subseção 3.1 *Centro-Oeste: história e povoamento da região* com relação à data de criação dos municípios investigados na pesquisa.

Quadro 9 - Relação entre município, ano de fundação, escolaridade e renda per capita

Estado	Cidade	Ano de formação do município	Escolaridade de acordo com IBGE em % (2012)	Renda <i>per capita</i> IBGE (2012)
Mato Grosso	103 - Aripuanã	1943	62,43%	2,3 salários mínimos
	104 - São Félix do Araguaia	1948	63,6%	2,8 salários mínimos
	105 - Diamantino	1918	68,24%	2,5 salários mínimos
	106 - Poxoréu	1938	62,08%	2,1 salários mínimos
	107 - Vila Bela da Santíssima Trindade	1752	60,67%	2,3 salários mínimos
	108 - Cuiabá	1719	73,07%	3,9 salários mínimos
	109 - Barra do Garças	1948	70,23%	2,1 salários mínimos
	110 - Cáceres	1778	64,9%	3,3 salários mínimos
	111 - Alto Araguaia	1911	68,93%	2,5 salários mínimos
Mato Grosso do Sul	112 - Coxim	1898	68,02%	2,1 salários mínimos
	113 - Corumbá	1778	67,11%	2,7 salários mínimos
	114 - Paranaíba	1894	69,3%	1,9 salários mínimos
	115 - Campo Grande	1918	73,65%	3,5 salários mínimos
	116 - Nioaque	1877	63%	1,9 salários mínimos
	117 - Ponta Porã	1912	64,43%	2,0 salários mínimos
Goiás	118 - Porangatu	1948	67,7%	1,7 salários mínimos
	119 - São Domingos	1854	53,4%	2,2 salários mínimos
	120 - Aruanã	1958	63,3%	1,9 salários mínimos
	121 - Formosa	1877	66,05%	2,0 salários mínimos
	122 - Goiás	1818	68,34%	1,9 salários mínimos
	123 - Goiânia	1933	76,57%	3,3 salários mínimos
	124 - Jataí	1895	70,41%	2,3 salários mínimos
	125 - Catalão	1859	74,26%	2,7 salários mínimos
126 - Quirinópolis	1943	69,42%	2,1 salários mínimos	

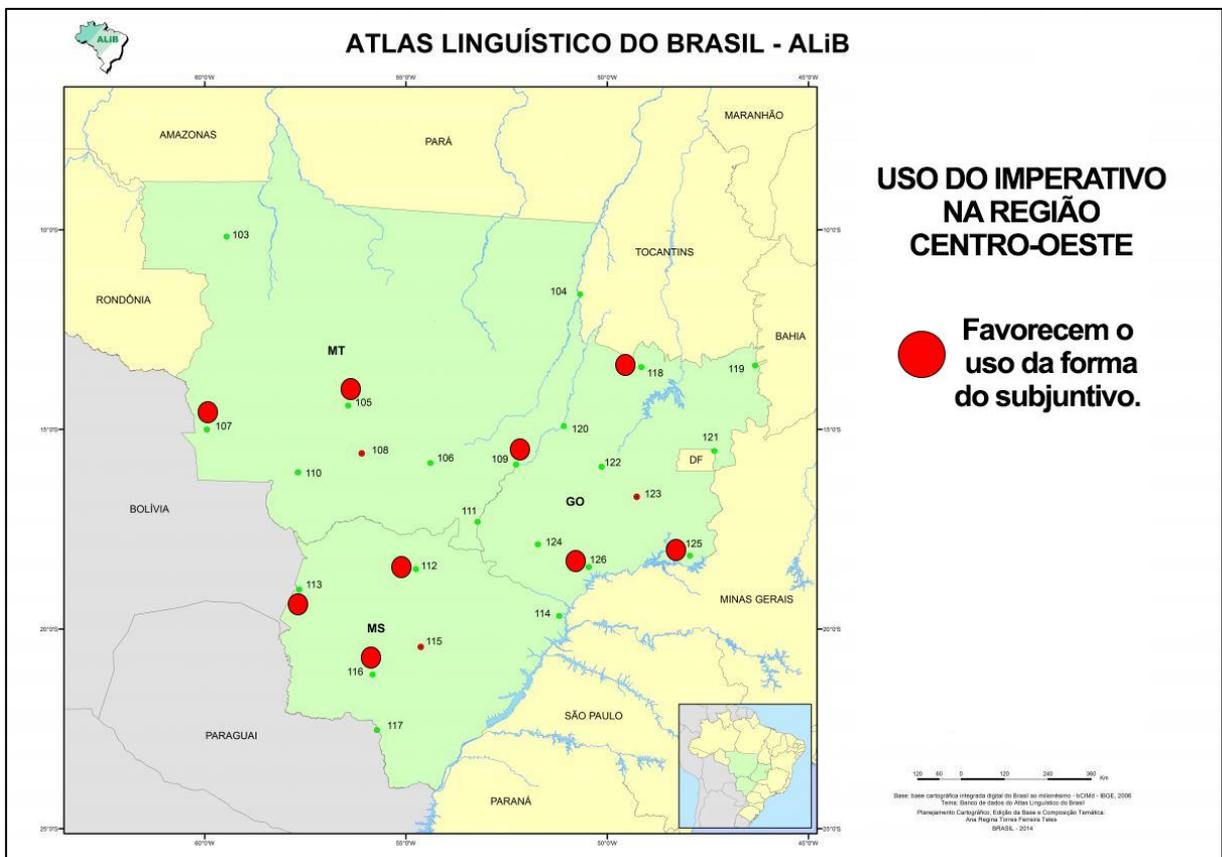
Fonte: Elaboração própria.

Não parece haver relação entre as localidades em que há um maior uso da forma do subjuntivo e as outras localidades de acordo com a data de criação dos municípios. Os anos de surgimento das localidades com mais uso da forma do subjuntivo (em negrito no Quadro 9) apresentam-se de forma irregular, impossibilitando a interligação entre os pontos pesquisados.

Com relação ao percentual da população escolarizada, também não parece haver ligação entre as nove cidades em que a forma do subjuntivo apresentou peso relativo favorecedor, com percentuais de escolarização que vão de 60,67% a 74,26%. De forma semelhante, não há relação com a renda *per capita*, visto que entre as localidades que mais emitiram o imperativo a renda varia de 1,7 a 2,7 salários mínimos.

Para uma análise mais aprofundada dos resultados exibidos na Tabela 5 e no Gráfico 4, elaborou-se a carta exibida na Figura 7, a seguir, que assinala geograficamente as cidades que favorecem o imperativo com a forma de subjuntivo, ou seja, as localidades que apresentaram um comportamento linguístico mais conservador.

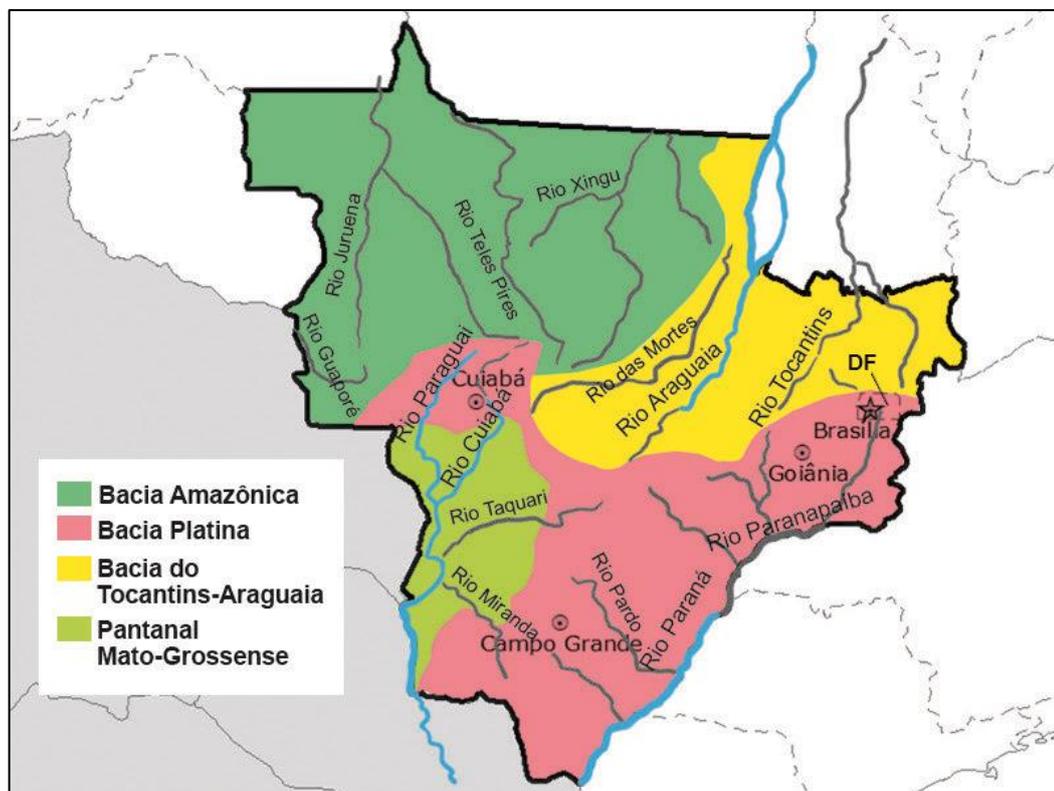
Figura 7 - Mapa da Região Centro-Oeste – formas de imperativo



Fonte: Elaboração própria a partir da Carta base do Banco de dados do Projeto ALiB

Conforme o observado na Figura 7, a distribuição das variantes aparece de forma dispersa pelo território e não se identificam áreas/subáreas dialetais na Região Centro-Oeste, pelo menos em relação ao fenômeno aqui analisado. De forma a tentar entender essa distribuição, foi observada a hidrografia da região para verificar se a presença dos rios coincidia com os pontos apresentados na Figura 7. Com isso, apresenta-se a Figura 8, a seguir, retirada de CEJA (2019), que mostra os cursos d'água da Região Centro-Oeste.

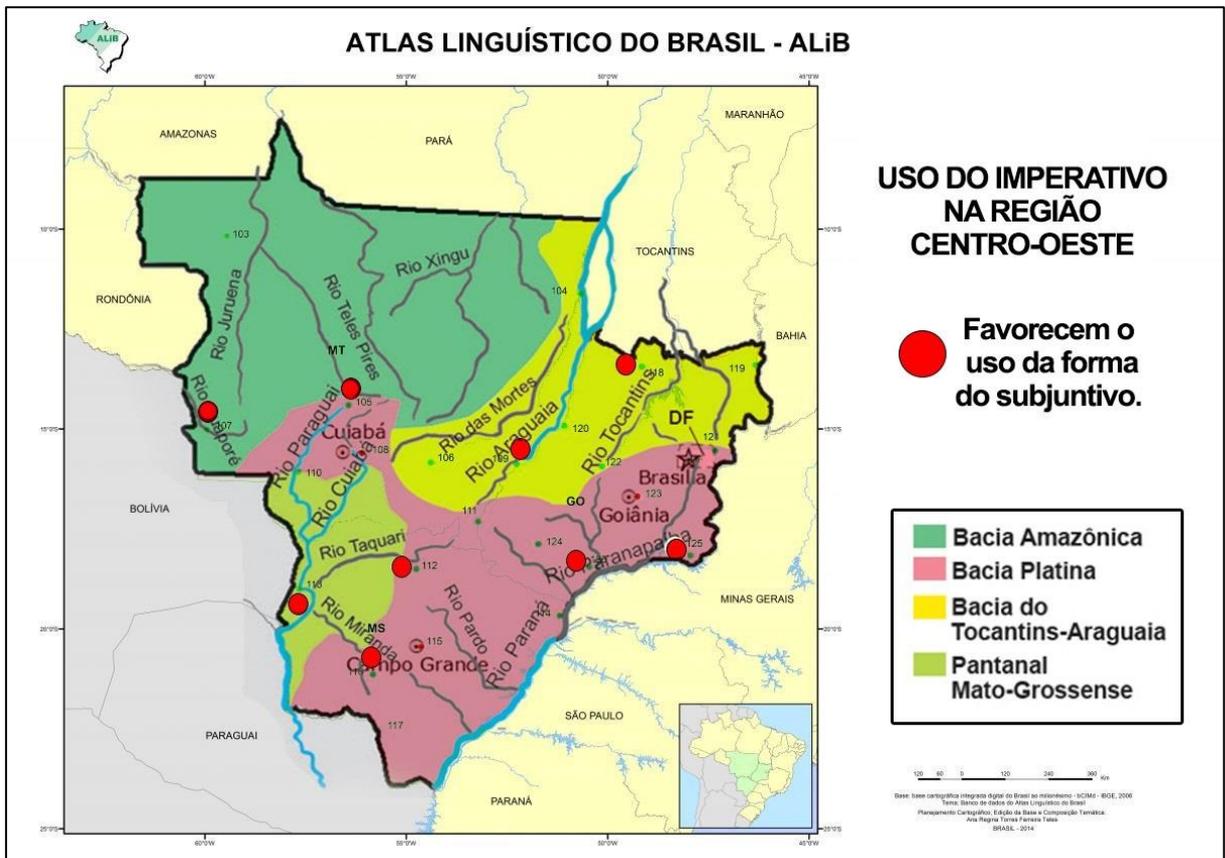
Figura 8 - Hidrografia da Região Centro-Oeste



Fonte: CEJA (2019, p. 25).

Na Figura 9, a seguir, sobrepõem-se os dados das figuras 7 e 8 para verificar se os cursos de água poderiam ligar as localidades em que o uso do modo imperativo na forma do subjuntivo na segunda pessoa do singular foi favorecido.

Figura 9 - Cartas sobrepostas da hidrografia da Região Centro-Oeste e da rede de pontos do Projeto ALiB



Fonte: Elaboração própria, a partir da Carta base do Banco de dados do Projeto ALiB e de CEJA (2019, p. 25).

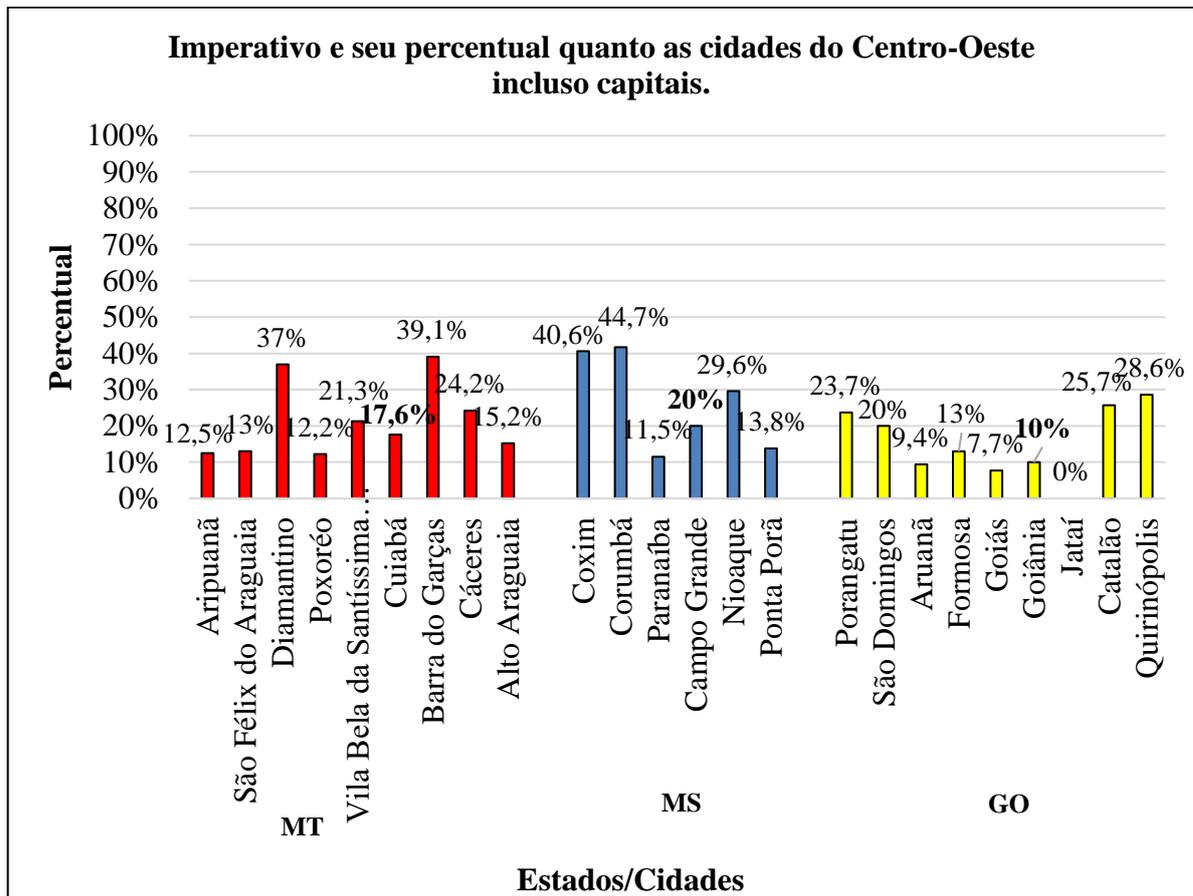
Ao sobrepor as cartas para analisar se há uma relação entre as bacias hidrográficas da Região Centro-Oeste e as localidades que utilizaram mais a forma do subjuntivo, percebe-se que não há uma distribuição que relacione a questão da presença dos rios e das cidades. Ressalta-se que existem localidades que são parte da afluição dos rios e que não apresentam um favorecimento da forma subjuntiva.

Do ponto de vista da diatopia, pode-se constatar que o a Região Centro-Oeste não é homogênea e apresenta diversidade linguística interna. Todavia essa diversidade parece não configurar, pelo menos ao se considerar o fenômeno sob exame, subáreas dialetais na região, pois as localidades que mantêm o imperativo com a forma de subjuntivo estão distribuídas de forma dispersa pelos três estados.

É importante salientar que os dados até então discutidos referem-se às cidades do interior. Para efeito de comparação, o Gráfico 5, a seguir, apresenta os resultados de todos os pontos da rede da Região Centro-Oeste, aí incluídas as capitais, com base em Oliveira (2015;

2023). Optou-se por apresentar os percentuais e não os pesos relativos porque os dados das capitais não foram rodados juntamente com os dados do interior.

Gráfico 5 - Imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste por cidade (incluindo as capitais) em percentuais



Fonte: Elaboração própria.

Considerando os percentuais, os maiores usos do imperativo com a forma de subjuntivo em todo o *corpus* foram registrados no Mato Grosso do Sul, em Corumbá (44,7%) e em Coxim (40,6%), e no Mato Grosso, em Barra do Garças (39,1%) e em Diamantino (37%). Vale destacar que em Jataí-GO houve realização categórica do imperativo com a forma de indicativo.

Ao comparar as capitais com o interior, percebe-se que o comportamento é o mesmo. A maior parte dos dados é da forma do indicativo e os dados de subjuntivo das capitais foram de 17,6% em Cuiabá (MT), 20% em Campo Grande (MS) e 10% em Goiânia (Goiás). Os resultados obtidos são semelhantes aos de outras localidades do interior, não havendo, assim, uma diferenciação acentuada.

4.1.4.2 Estados

Como dito anteriormente, a variável Estado foi excluída da rodada anterior por interagir com a variável Cidade, que julgamos mais importante aqui. Mas em termos percentuais foram obtidos os seguintes índices por estado:

Tabela 6 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Estado

Estado	Ocorrências/total	Percentual
Mato Grosso	65/298	21,8%
Mato Grosso do Sul	38/138	27,5%
Goiás	37/230	16,1%

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados são próximos, tendo o Estado de Goiás apresentado o menor percentual de uso do imperativo com a forma de subjuntivo da Região Centro-Oeste. Aqui, reforça-se a decisão metodológica de considerar a variável Cidade e não Estado, pois na Tabela 5 notam-se índices bem diferentes entre as cidades, o que não se constata observando os estados na tabela 6.

A análise da variável diatópica nesta pesquisa corrobora o que diz Scherre (2007, p. 204): “Enquanto formas do imperativo verdadeiro [indicativo] predominam no Sudeste, no Centro-Oeste e em áreas do Sul, formas do imperativo supletivo [subjuntivo] são mais frequentes no Nordeste”. Tanto nas capitais (cf. OLIVEIRA, 2023) quanto nas cidades do interior objeto desta pesquisa, predomina o imperativo com a forma de indicativo na Região Centro-Oeste.

Mesmo considerando a data de criação dos municípios, a escolaridade, a renda e os cursos de água nas localidades da Região Centro-Oeste, parece não haver correlação entre essas informações e o uso das variantes do imperativo verbal, o que descarta a possibilidade de subáreas dialetais na região. Desse modo, com base nos presentes dados, a variável diatopia não é determinante para o uso das formas do imperativo na segunda pessoa do singular.

4.1.5 Sexo

Diferenças entre os sexos são significativas tanto socialmente quanto linguisticamente, visto que práticas sociais são refletidas na fala. Conseqüentemente, a fala de homens e de mulheres poderá apresentar diferenças devido ao papel que ocupam na sociedade. Salienta-se que este trabalho, por se utilizar de dados do Projeto ALiB, considera a variável sexo, feminino e masculino, e não a variável gênero.

Segundo Eckert (2012), as mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística quanto a variante apresenta algum tipo de prestígio na sociedade, estando, muitas vezes, uma geração à frente dos homens. Isso acontece porque as mulheres são mais sensíveis às pressões de prestígio da sociedade³⁵. Todavia, quando há valor de desprestígio frente à variante inovadora, as mulheres tendem a ser mais conservadoras.

As mulheres tendem a assumir o uso das variantes mais socialmente prestigiadas, por isso quando se trata de implementar uma forma desprestigiada, as mulheres assumem caráter conservador e os homens tomam a liderança do processo. (PAIVA, 2003, p. 36)

Pensando nessa questão, o sexo foi uma variável controlada neste trabalho com a intenção de verificar se o sexo do informante apresenta correlação com o uso variável do imperativo verbal. A Tabela 7 apresenta os resultados do uso do imperativo com o subjuntivo em relação ao sexo nas localidades do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Tabela 7 - Uso do imperativo com a forma de subjuntivo na Região Centro-Oeste (localidades do interior) e Sexo

Sexo	Ocorrências/total	Percentual	Peso relativo
Masculino	84/358	23,5%	0,565
Feminino	56/308	18,2%	0,425
			<i>Input: 0,156</i>
			<i>Significance: 0,009</i>

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os resultados obtidos, é possível perceber que tanto os homens quanto as mulheres utilizam mais a forma do indicativo na Região Centro-Oeste, porém, quando se analisam os percentuais e os pesos relativos, os homens utilizam um pouco mais a forma do

³⁵ These differences were commonly taken to signal women's greater upward mobility and hence their sensitivity to standard pressures (Trudgill 1972). This explanation was based on little independent evidence, but by connecting women's patterns to a concern with class, it maintained class position as the central indexical focus of variation (ECKERT, 2012, p. 90).

subjuntivo (percentual de 23,5% e peso relativo de 0,565) do que as mulheres (percentual de 18,2% e peso relativo de 0,425).

O que acontece neste caso é que, por nenhuma das formas apresentar-se como estigmatizada, os homens utilizam mais a forma conservadora, que é a forma do subjuntivo, visto que, em um processo de mudança, a forma conservadora é aquela em que está em processo de desuso. Provavelmente, como a variação entre as formas de imperativo não são estigmatizadas na região, as mulheres estão liderando o possível processo de mudança em curso no sentido imperativo com forma de subjuntivo para imperativo com forma de indicativo.

No entanto, é preciso considerar que o *range* (0,140) é bem pequeno, ou seja, a diferença entre os sexos não é tão grande. Consequentemente, é complexo afirmar que se trata de um processo em direção a uma forma prestigiada ou des prestigiada, visto que ambas as variantes não se sujeitam a uma avaliação social positiva ou negativa.

Todavia, pelo fato de nenhuma das variantes passar por uma avaliação social, é possível inferir que as mulheres utilizam mais a forma do indicativo, pois, quando não há avaliação negativa, as mulheres tendem, em geral, a encabeçar o processo de mudança.

É importante também salientar que:

Evidentemente, qualquer explicação acerca do efeito da variável gênero/sexo requer uma certa cautela, vistas as peculiaridades na organização social de cada comunidade linguística e as transformações sofridas por diversas sociedades no que se refere à definição dos papéis feminino e masculino. (PAIVA, 2003, p. 41)

Portanto, é possível dizer que a hipótese de que as mulheres encabeçam o processo de mudança quando a variável inovadora não possui avaliação negativa foi confirmada, mesmo que a diferença de uso entre homens e mulheres tenha sido baixa.

4.2 VARIÁVEIS DESCARTADAS

A seção anterior apresentou as variáveis selecionadas pelo programa GoldVarb X. Nesta seção são apresentados os resultados das variáveis que foram descartadas. Embora as variáveis desta seção tenham sido descartadas, os resultados encontrados também são parte importante deste trabalho. Foram eliminadas pelo programa estatístico as variáveis: Paradigma verbal, Número de sílabas do verbo, Clíticos, Valor semântico do imperativo e Tipo de discurso. A Tabela 8, a seguir, expõe os resultados encontrados para essas variáveis em termos absolutos e em percentuais.

Tabela 8 - Realização do imperativo com a forma de subjuntivo e variáveis eliminadas

Variável	Fatores	Ocorrências/total	Percentual
Paradigma verbal	Regular	89/289	30,8%
	Irregular	51/377	13,5%
Número de sílabas do verbo	Uma sílaba	25/260	9,6%
	Duas sílabas	106/375	28,3%
	Três ou mais sílabas	9/31	29%
Clíticos	Próclise	9/57	15,8%
	Ausência	131/609	21,5%
Valor semântico do imperativo	Ordem	124/512	24,2%
	Pedido	11/120	9,2%
	Conselho	5/34	14,7%
Tipo de discurso	Real	0/10	0%
	Hipotético	140/656	21,3%

Fonte: elaboração própria.

Os dados apresentados na Tabela 8 estão comentados nas subseções a seguir.

4.2.1 Paradigma verbal

A variável Paradigma verbal divide os verbos em regulares (que seguem um paradigma regular de flexão) e irregulares (que apresentam uma morfologia de padrão especial). São exemplos desses verbos:

Verbo regular:

(16) Deixa isso quieto! (Homem, Faixa 1, Aripuanã-MT)

Verbo irregular:

(17) Próxima vez, não faça, que o pai fala! (Homem, Faixa 1, Diamantino-MT)

Segundo Scherre (2007), os verbos irregulares favorecem o uso da forma subjuntiva e os verbos regulares favorecem a forma indicativa do imperativo. Assumiu-se como hipótese, nesta pesquisa, que o imperativo com a forma de subjuntivo seria mais frequente com os verbos irregulares, que apresentam menor saliência fônica entre os dois modos, do que com os regulares, os mais salientes.

Os resultados obtidos apresentam-se de forma oposta ao esperado, pois a forma do subjuntivo foi mais usada com verbos regulares (30,8%), como *deixar* e *parar*, do que com verbos irregulares (13,5%), como *fazer* e *ir*.

4.2.2 Número de sílabas dos verbos

Os verbos também apresentam quantidades de sílabas diferentes, podendo ter uma, duas, três, quatro ou mais sílabas. Nesta pesquisa, foram encontrados verbos de até quatro sílabas, porém, pela baixa frequência de dados (um dado somente de verbos de quatro sílabas), este fator foi amalgamado aos verbos trissílabos nas rodadas dos dados. Ressalta-se que a categorização com relação ao número de sílabas dos verbos foi feita a partir da sua forma no infinitivo, assim como em Scherre (2004). São exemplos reais quanto ao número de sílabas:

Verbo monossilábico:

(18) Vem tomar café comigo! (Homem, Faixa 2, Porangatu-GO)

Verbo di- ou trissilábico:

(19) Feche a porta ou encoste a porta! (Homem, Faixa 1, Catalão-GO)

A ideia inicial era a de que o uso da forma do subjuntivo fosse mais frequente em verbos com um maior número de sílabas e as formas do indicativo em verbos com menor número de sílabas. Assumiu-se como hipótese para essa variável que:

[...] verbos com oposição menos marcada tendem a favorecer o imperativo associado ao indicativo e verbos com oposição mais marcada tendem a favorecer o uso de imperativo associado ao subjuntivo, uma vez que são mais resistentes à mudança. Vale salientar que vários aspectos estão imbricados na Saliência fônica, como o paradigma verbal, a natureza da vogal precedente e o número de sílabas dos verbos. (FIGUEREIDO, 2023, p. 64)

Conforme a Tabela 8, houve 140 dados de verbos com imperativo na forma do subjuntivo. Desses, os maiores percentuais aparecem em verbos de com três sílabas ou mais (29%) e em verbos dissilábicos (28,3%). Já os verbos monossilábicos apresentaram 9,6% de imperativo com a forma de subjuntivo. Consequentemente, a forma de indicativo ocorre mais

com verbos monossilábicos, que são também irregulares. Logo, a hipótese de Figueredo (2023) foi, pois, refutada na região Centro-Oeste.

Todavia é importante ressaltar aqui a má distribuição dos dados, pois só houve 31 dados de verbos com três ou mais sílabas contra 260 verbos monossilábicos e 375 verbos dissilábicos.

4.2.3 Pronomes clíticos

Os pronomes clíticos são pronomes pessoais átonos, isto é, que possuem somente uma sílaba e que não apresentam acentuação própria, como, por exemplo, os pronomes *o*, *me*, *lo*, *lhe* e *se*. Com o uso do imperativo, é comum encontrar esses pronomes juntamente aos verbos, porém esses pronomes podem, no português brasileiro, estar ausentes ou, quando aparecem, posicionam-se em forma de próclise (antes do verbo) ou ênclise (após o verbo).

Scherre (2004), em seus resultados, observou, quanto aos clíticos, que, quando aparecem depois do verbo (ênclise), os pronomes de primeira e terceira pessoas (como *me* e *lhe*) favorecem o imperativo na forma subjuntiva. Já antes do verbo, o pronome oblíquo *se*, se for de primeira pessoa, influencia o imperativo na forma indicativa e, se for de terceira pessoa, influencia o imperativo na forma subjuntiva.

Com relação aos resultados apresentados na Tabela 8, a distribuição dos dados é **dispare**, visto que há apenas 57 casos de dados de pronome proclítico (nove dos quais com imperativo na forma de subjuntivo), contra 609 casos de ausência de clítico, dos quais 131 com imperativo com a forma de subjuntivo. Como se esperava, nos casos em que há clítico, esse pronome vem sempre em próclise, mesmo no início da frase, como no exemplo (20):

(20) Me dá um guaraná aí, moço! (Homem, Faixa 2, Quirinópolis-GO)

Scherre (2004) controla a posição do clítico quanto ao seu tipo, porém aqui somente houve controle dos pronomes com relação à sua posição, portanto não foi possível verificar a hipótese da autora com relação aos pronomes clíticos. Ressalta-se que, no *corpus* desta pesquisa, quando o pronome aparece, é somente o de primeira pessoa (*me*) como demonstrado no exemplo (20).

4.2.4 Valor semântico

Na codificação dos dados, tentou-se prever o valor semântico do imperativo, que pode ter o sentido de ordem, conselho, pedido ou instrução. Segundo Figueredo (2023), citando autores como Scherre (2004) e Santos (2016), o uso da forma subjuntiva seria favorecido quando houvesse o sentido de ordem; já a forma indicativa teria um sentido menos incisivo e teria “força expressiva menor do que as formas imperativas associadas ao subjuntivo” (p. 63). Portanto a expectativa seria a de que no sentido de ordem a forma subjuntiva seria mais frequente, enquanto no sentido de pedido, conselho e instrução a forma do indicativo seria mais utilizada.

[...] na ideia de reforço de ordem apontada por Scherre (2004), as relações assimétricas favoreceriam o uso do imperativo associado ao subjuntivo, como reforço de ordem, enquanto as formas indicativas seriam usadas em relações simétricas por serem consideradas mais brandas, ou seja, os falantes, em contextos assimétricos, sentiriam a necessidade de impor uma força manipulativa maior no discurso e por isso usariam a forma subjuntiva, considerando-a mais impositiva, força essa desnecessária em relações simétricas. (FIGUEREDO, 2023, p. 63)

É importante destacar que este trabalho não pretendeu tratar de forma aprofundada a semântica das sentenças imperativas, mas é importante trazer os resultados com relação à pragmática para que se tenha um panorama de como é utilizado esse fenômeno na Região Centro-Oeste. Além disso, não houve dados de imperativo com valor de instrução, nem para as formas do indicativo nem do subjuntivo. Com as limitações do inquérito do ALiB, foram encontrados dados de imperativo que exprimem ordem, pedido e conselho, sentidos apresentados, respectivamente, nos exemplos (21), (22) e (23):

Ordem:

(21) Pegue e vá para escola! (Homem, Faixa 2, Coxim-MS)

Pedido:

(22) Por favor, me dá um guaraná, fazendo o favor! (Homem, Faixa 1, Aripuanã-MT)

Conselho:

(23) Aí meu filho você tem que sair. Sai um pouco, se divertir... vai dar uma voltinha, arruma uma namoradinha por aí! (Homem, Faixa 2, Aruanã-GO)

De acordo com a Tabela 8, o imperativo com a forma de subjuntivo é mais utilizado para exprimir uma ordem (24,2%) e menos para exprimir pedido (9,2%), ficando o conselho em posição intermediária, com 14,7% de emprego da forma subjuntiva. Esses resultados demonstram favorecer a hipótese de que o imperativo com a forma de subjuntivo parece ser menos polido do que o imperativo com a forma de indicativo, pelo menos na Região Centro-Oeste, o *locus* desta pesquisa. Todavia a assimetria dos dados dificulta uma análise mais profunda com relação a hipótese, seria necessário um estudo mais aprofundado da questão.

4.2.5 Tipo de discurso

Neste trabalho também foi observado o tipo de discurso. Durante a coleta, os dados foram categorizados em hipotéticos, se a resposta seria dada a uma situação inventada, ou reais, se o informante daria uma ordem, faria um pedido ou daria um conselho a alguém presente no momento da entrevista. Exemplos de dados hipotéticos e reais estão, respectivamente, em (24) e (25):

Dado hipotético:

(24) INQ. – Como é que uma mãe diz ao filho para que ele saia da chuva?

INF. – Sai da chuva, menino, vai se molhar! (Mulher, Faixa 1, Formosa-GO)

Dado real:

(25) INF. – Ô meu filho... ó a educação... sai de perto! (Homem, Faixa 2, Aripuanã-MT)

No exemplo (24), tem-se um exemplo de dado hipotético, pois o informante precisa imaginar uma situação específica em que ele utilizaria o imperativo, no caso em uma questão de prosódia do Questionário do ALiB. Já o exemplo em (25) apresenta um dado real, em que o informante usa o imperativo dirigindo-se ao filho, que está presente no local da entrevista.

Como dito anteriormente na Tabela 8, a maioria dos dados foi de casos hipotéticos. Os dez dados de discurso real foram todos com imperativo com a forma de indicativo. Embora os dados reais sejam muito poucos, chama a atenção o fato de terem sido todos com a forma de indicativo. Será essa a norma de dados reais da Região Centro-Oeste, considerando que na grande maioria os dados são hipotéticos, sobretudo quando se pede para o informante se colocar no lugar de alguém? No caso de discurso hipotético (a maioria no *corpus* do ALiB), com um total de 656 dados, 140 (21,3%) foram com a forma de subjuntivo e 516 com a forma de indicativo.

Seria necessário um estudo mais minucioso dessa variável, pois o fato de o informante se colocar no lugar de outra pessoa pode influenciar o uso das formas do imperativo.

4.3 USO DOS PRONOMES *TU* E *VOCÊ* NA REGIÃO CENTRO-OESTE E O USO DAS FORMAS DO IMPERATIVO

A seção 2.4 *Variável tu e você e sua influência no modo imperativo* demonstrou que a variação no imperativo para a segunda pessoa do singular surgiu após a inserção do *vossa mercê*, que se transformou em *vosmicê*, chegando à forma atual *você*. Com o surgimento desse novo pronome, a flexão verbal do imperativo para esse pronome veio do subjuntivo (*faça*), que era a forma de terceira pessoa, que caracteriza praticamente todas as flexões do *você*, que era um pronome de tratamento. Já o pronome *tu*, por sua vez, teria a flexão verbal do imperativo com a forma do indicativo (*faz*).

Nesta pesquisa, além das variáveis presentes na subseção anterior, propôs-se também a comparação dos resultados das formas do indicativo e do subjuntivo com estudos sobre o uso dos pronomes *tu* e *você* na Região Centro-Oeste, com a intenção de entender se há alguma ligação entre o uso dos pronomes e as formas de imperativo.

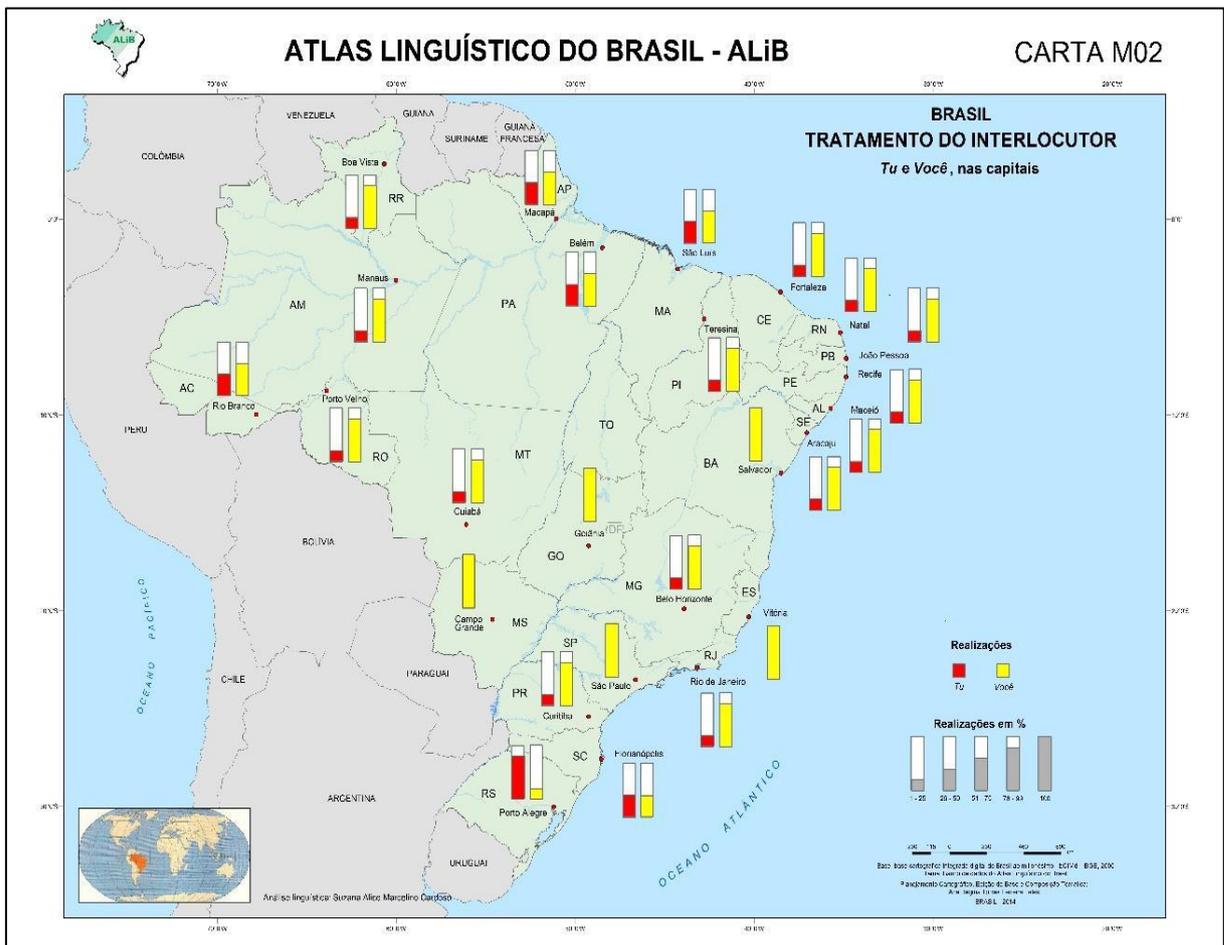
Scherre et al. (2015, p. 142-143) apresentam resultados com relação ao uso dos pronomes de segunda pessoa, constatando seis subsistemas: a) só *você*; b) mais *tu* com concordância baixa; c) mais *tu* com concordância alta; d) *tu/você* com concordância baixa; e) *tu/você* com concordância média; f) *você/tu* sem concordância. Segundo os autores, “a Região Centro-Oeste tem comportamento bastante uniforme, com predominância do subsistema **só você**. Apenas no Distrito Federal, a Grande Brasília evidencia, possivelmente, a partir da década de 2000, a entrada do subsistema *você/tu* sem concordância” (SCHERRE ET AL, 2015, p. 143).

Assim como discutido na subseção 2.5, para Scherre et al. (2015), o *tu* e o *você* não são empregados com o mesmo sentido, dependendo da localidade e de como os verbos que

acompanham esses pronomes estão flexionados. No imperativo, ambos podem ser empregados com sentido de poder ou de solidariedade (cf. ANDRADE, 2015). Todavia, na Região Centro-Oeste, encontrou-se somente um desses subsistemas – o só *você* – com exceção de Brasília. Além disso, na Região Centro-Oeste documenta-se a variação entre as formas *você* e *cê* em todas as localidades.

Analisando a variação entre os pronomes *tu* e *você* nas capitais brasileiras, Cardoso et al. (2014) ratificam o predomínio do *você* sobre o *tu* no Centro-Oeste. Nas capitais Goiânia e Campo Grande, o *você* foi categórico; já em Cuiabá registrou-se um pouco de uso do *tu*, como ilustrado na Figura 10.

Figura 10 - Tratamento do interlocutor nas capitais brasileiras



Fonte: Cardoso et al., 2014, p. 349.

Nesta pesquisa, considerou-se a hipótese de que o uso dos pronomes de segunda pessoa na região poderia estar relacionado com o uso do imperativo. Tendo em vista o que foi apresentado até aqui, percebe-se que o pronome mais usado na região é o *você*, o que implicaria

o uso da forma do imperativo com o subjuntivo como predominante, porém não é isso que se percebe na área estudada, pois há um maior uso das formas de imperativo com o indicativo, mesmo com o uso do *você*. Infere-se que a hipótese de que haveria uma correlação entre os pronomes e o uso das formas do imperativo para a segunda pessoa do singular não se sustenta, pois parece não haver uma relação entre o uso dos pronomes e o uso das formas imperativas, como apontado por Rumeu (2016).

Em suma, há um processo de mudança instaurado e a forma do indicativo é dominante na fala dos informantes da Região Centro-Oeste e que a resistência da forma do subjuntivo, por mais que seja muito pequena, ainda é importante para futuras análises nacionais quanto ao uso do imperativo verbal.

A seção seguinte *5 Considerações finais* representa um momento de reflexão e síntese das principais hipóteses, resultados e conclusões alcançados ao longo deste estudo. Nesta etapa, busca-se consolidar os todo o trabalho desenvolvido a partir da análise dos dados e da discussão dos resultados, destacando suas contribuições para o campo de estudo em questão. Além disso, esta seção oferece a oportunidade de avaliar a relevância das descobertas em relação aos objetivos iniciais da pesquisa, bem como de discutir suas limitações e sugestões para pesquisas futuras. Por meio das considerações finais, almeja-se estimular novas reflexões e investigações sobre o tema abordado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada cidade, estado e região do Brasil apresenta culturas, hábitos, histórias e sociedades com características próprias e que afetam o uso da língua. Essa relação entre linguagem e sociedade tem sido objeto de pesquisas de cunho dialetológico e de cunho sociolinguístico.

A pesquisa desenvolvida e apresentada nesta dissertação investigou o uso do imperativo verbal na Região Centro-Oeste a partir de dados de 21 localidades do interior dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás que integram a rede de pontos do Projeto ALiB. Quanto aos dados das capitais Cuiabá, Campo Grande e Goiânia, eles foram analisados por Oliveira (2015; 2023), cujos resultados foram apresentados para efeito de comparação.

Na variação do imperativo verbal, duas formas estão em concorrência: a forma de indicativo (*fecha, traz, sai*) e a forma de subjuntivo (*feche, traga, saia*). Com base no aporte teórico-metodológico da Dialetologia (CARDOSO, 2010; THUN, 2017) e da Sociolinguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), foram levantados e analisados dados de fala de 84 entrevistas de informantes estratificados por sexo e faixa etária, de acordo com a metodologia do Projeto ALiB.

De um total de 666 dados, 21% foram de imperativo com a forma de subjuntivo (140 dados) e 79% foram de imperativo com a forma de indicativo (526 dados), o que revela que a Região Centro-Oeste é inovadora, como já tratado por Scherre et al. (2007) e por Oliveira (2015; 2023). Considerando que o imperativo verbal é um fenômeno que aponta para uma mudança em curso no português brasileiro, optou-se por investigar os contextos de resistência da forma do subjuntivo, que persiste ainda em algumas áreas do Brasil, como, por exemplo, na Região Nordeste (cf. SCHERRE et al., 2015; OLIVEIRA, 2017; 2023).

Para a análise da variação entre as formas de imperativo foram controladas as variáveis Cidade, Estado, Sexo, Faixa etária, Parte do questionário, Polaridade de sentença, Paradigma verbal, Extensão fonológica do verbo, Presença ou ausência de pronomes clíticos, Valor semântico do imperativo e Tipo de discurso. Os dados foram submetidos ao Programa GoldVarb X para geração dos resultados estatísticos. Considerando como regra de aplicação o imperativo com a forma de subjuntivo, o *input* da rodada final foi de 0,156, o *log likelihood* foi -270.166 e o nível de significância foi 0,009.

Foram selecionadas como estatisticamente relevantes, nesta ordem, as variáveis: Parte do inquérito, Polaridade da sentença, Faixa etária, Cidade e Sexo. E foram descartadas as variáveis Paradigma verbal, Número de sílabas do verbo, Clíticos, Valor semântico do imperativo e Tipo de discurso.

Quanto à parte do inquérito, favoreceu o imperativo com a forma de subjuntivo o questionário fonético-fonológico (QFF), com peso relativo de 0,841. Como o inquérito do ALiB tem início com o QFF, esta é a parte mais monitorada da entrevista, o que justifica o uso do subjuntivo (a forma prescrita pela tradição gramatical) pelos informantes, que, como se viu neste trabalho, têm preferência pelo pronome de segunda pessoa *você* em detrimento do *tu*.

Quanto à polaridade da sentença, as frases negativas, que apresentaram peso relativo de 0,688, são contextos de resistência do subjuntivo, como já atestado por Scherre (2007) e Oliveira (2015; 2017; 2023), o que pode ser explicado pelo fato de o imperativo negativo ser derivado do presente do subjuntivo.

No que diz respeito à faixa etária, diferentemente do que se esperava, os informantes mais jovens favoreceram a forma de subjuntivo com peso relativo de 0,592. Mas, ao olhar o peso relativo alcançado pelos informantes mais velhos, 0,426, constata-se um *range* de apenas 0,166, ou seja, os resultados foram muito próximos. Esse comportamento linguístico dos mais jovens pode estar relacionado com o maior acesso que têm à escolarização e à norma padrão, fato que não foi verificado por limitações desta pesquisa e pelo fato de o Projeto ALiB ter entrevistado apenas falantes com o nível fundamental incompleto nas localidades do interior dos estados brasileiros.

Sobre a variável Cidade, três localidades de cada estado favoreceram o imperativo com a forma de subjuntivo: Barra do Garças (0,745), Diamantino (0,582) e Vila Bela da Santíssima Trindade (0,522) em Mato Grosso; Coxim (0,780), Corumbá (0,703) e Nioaque (0,650), no Mato Grosso do Sul; e Catalão (0,674), Quirinópolis (0,644) e Porangatu (0,589), em Goiás. Com exceção da cidade de Jataí, em Goiás, que apresentou uso categórico da forma de indicativo, nas localidades do interior da Região Centro-Oeste examinadas ocorre variação entre as formas de indicativo. Sobre o fato de algumas favorecerem e outras inibirem a forma de subjuntivo, não se pôde delimitar sub áreas dialetais na região, pois nem a localização geográfica nem as informações sobre a sócio-história de cada ponto a que se teve acesso neste trabalho permitem que se trace uma isoglossa que una ou separe essas cidades. Talvez outros dados socioculturais e históricos possam, em pesquisas futuras, melhor delinear essa diversidade linguística interna que caracteriza o Centro-Oeste. Sobre as capitais, a partir de Oliveira (2023), as três apresentam baixa frequência da forma de imperativo associada ao subjuntivo: Cuiabá – 17,6%; Campo Grande – 20%; e Goiânia – 10%. Comparando os resultados gerais dos três estados, estatisticamente não apresentam diferenças muito significativas quanto ao uso do imperativo com a forma de subjuntivo: Mato Grosso – 21,8%; Mato Grosso do Sul – 27,5% e Goiás – 16,1%.

Finalmente, quanto à variável Sexo, a última selecionada pelo GoldVarb X, os resultados desta pesquisa apontam os homens como sendo mais conservadores, pois apresentaram peso relativo de 0,565 para o imperativo com a forma de subjuntivo. Já as mulheres parecem mais inovadoras, inibindo o subjuntivo com peso relativo de 0,425. Embora o *range* (0,140) indique que a diferença entre os sexos não é tão grande, provavelmente, como a variação entre as formas de imperativo não são estigmatizadas na região, as mulheres estão liderando o processo de mudança em curso no sentido imperativo com forma de subjuntivo > imperativo com forma de indicativo.

No que diz respeito às variáveis descartadas pelo GoldVarb X, considerando apenas a distribuição (em termos percentuais) dos dados, constatou-se que o imperativo com a forma de subjuntivo foi mais frequente com verbos regulares de três ou mais sílabas, na ausência de clíticos, com valor semântico de ordem e em discursos hipotéticos.

No que concerne ao encaixamento entre a variável pronome de segunda pessoa (*tu/você*) e imperativo verbal (*indicativo/subjuntivo*), na Região Centro-Oeste não se observou correlação, como atestado por Rumeu (2006), Andrade (2015) e Scherre et al. (2015). Embora nessa região predomine o uso do pronome *você*, o imperativo é preferencialmente realizado com a forma de indicativo.

Esta pesquisa, então, apresentou uma visão geral da variação na expressão do imperativo verbal na Região Centro-Oeste, mas, longe de esgotar o tema, abre questões para investigações futuras, com novas interpretações, novos dados e novos olhares, sempre bem-vindos quando se trata da descrição do português brasileiro. Que venham novos trabalhos!

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. Q. *A fala brasiliense: origem e expansão do uso do pronome tu*. 2015. 156f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BALBI, A. *Atlas Ethnographique du globe, ou classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues... et suivi du tableau phisique, moral et politique des cinq parties du monde...* Paris: Chez Rey et Gravier, 1826
- BARBADINHO NETO, R. (org.). *Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*. v. 1. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003 (Coleção Antônio de Morais Silva, Estudos de Língua Portuguesa).
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BESSA, J. R. F. (coordenador). *Atlas Linguístico do Ceará*. Vol.I – Introdução, Vol.II – Cartogramas. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- BORGES NETO, J. *Ensaio da filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL, Decreto n.º 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.
- CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976 [1975].
- CARDOSO, D. B. B. *Variação e mudança do imperativo no português brasileiro: gênero e identidade*. 2009. 165f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CARDOSO, S. A. M. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. Rio de Janeiro: S. A. M. da S. Cardoso, 2002. 2v.
- CARDOSO, S. A. M. *Geolingüística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.
- CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. A geolingüística no Brasil e o Projeto ALiB. *Bollettino dell'Atlante Linguistico Italiano*, n. 27, Torino, p. 225-267, 2005.
- CARDOSO, S. et al. *Atlas linguístico do Brasil*. Londrina: EDUEL, 2014a, v. 1: Introdução.
- CARDOSO, S. et al. *Atlas linguístico do Brasil*. Londrina: EDUEL, 2014b, v. 2: Cartas linguísticas 1..
- CARVALHO, L. F. *O estatuto variável do imperativo de 2ª pessoa do singular em missivas mineiras: um estudo sociolinguístico de cunho histórico (séculos XIX e XX)*. 2020. 202f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

CEJA: Centro de educação de jovens e adultos. *Geografia: Ensino fundamental II*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglcfeindmkaj/https://cejarj.cecierj.edu.br/ava_arquivos/material_impreso/fundamental/geografia/ceja_fundamental_geografia_fasciculo_4.pdf. Acesso em: 1 mai. 2023.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *La dialectología*. Trad. de Carmen Morán Gonzalez. Madrid: Visor Libros, 1994.

COAN, M.; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística variacionista. *Domínios de Lingu@gem*, v. 4, p. 173-194, 2011.

COELHO, I. L. et al. *Sociolinguística*. v. 1. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Questionários. Londrina: EDUEL, 2001.

CORREA, L. A. História e imprensa: A divisão do Estado do Mato Grosso na Folha de S. Paulo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTÓRIA, 12, 2014, Aquidauana. Disponível em: http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412607200_ARQUIVO_HistoriaeImprensa-anpuh.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

CORTESÃO, A. A. *Nova gramática portuguesa*. 7. ed. Coimbra: Lumen, 1907.

COSTA, D. S. S. Designativos para 'gambá' no Brasil central: um estudo a partir da aplicabilidade da teoria dos interpretantes de Charles S. Peirce. *Papéis*, v. 18, Campo Grande, p. 34-50, 2014.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, n. 41, p. 87-100, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092611-145828>. Acesso em: 25 mai. 2023.

ETTO, R. M.; CARLOS, V. G. Sociolinguística: o papel do social na língua. *Revista Mosaico*, v. 18, p. 719-737, 2017. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/revistamosaico/article/viewFile/444/414>. Acesso em: 26 mai. 2022.

EVANGELISTA, E. M. *Fala, Vitória!* – A variação do imperativo na cidade de vitória/ES e sua posição no cenário Nacional. 2010. 166f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

FARACO, C. A. O tratamento *você* em português – uma abordagem histórica. *Fragmenta*, n. 13, Curitiba, p. 51-82, 1996.

FARIA, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FAVARO, G. S. *Estudo morfológico das formas verbais do modo imperativo nas Cantigas de Santa Maria*. 2016. 200f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –

Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/3834.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.

FAVARO, G. S. Análise das formas verbais imperativas no português arcaico. *Estudos Linguísticos*, v. 44, São Paulo, p. 245-254, 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/886/468>. Acesso em: 1 jul. 2022.

FERREIRA C.; CARDOSO, S. A. *A Dialetoлогия no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FIGUEREIDO, J. G. S. *Produção e percepção da expressão do modo imperativo nas cidades de Feira de Santana-BA e Campinas-SP*. 2023. 160f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

FREITAG, R. M. K. *Idade: uma variável sociolinguística complexa*. *Línguas & Letras (UNIOESTE)*, v. 6, p. 105-121, 2005.

FREITAG, R. M. K. Sociolinguística no/do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 58, Campinas, p. 445-460, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8647170>. Acesso em: 26 mai. 2022.

GALVÃO, J. A. C. Colonização e cidades em Mato Grosso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27, 2013, p. 1-11. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364785231_ARQUIVO_COLONIZACA_OECIDADESEM_MATOGROSSO.pdf. Acesso em: 27 mai. 2022.

GILLIÉRON, J.; EDMONT, E. *Atlas Linguistique de la France*. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910, 1915.

GONÇALVES, C. R. *Uma abordagem sociolinguística dos usos das formas você, ocê e cê no português*. 2008. 349f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

JESUS, N. M. *A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes*. *Territórios e Fronteiras* (online), v. 5, p. 93-113, 2012.

LABOV, W. *The social stratification of English in New York city*. New York: Cambridge University Press, 2006[1966], 2. ed. ampliada.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAYTANO, D. de. *Vocabulário do Nordeste do Rio Grande do Sul: linguagem dos praieiros*. ALMANAQUE Globo, Porto Alegre: Globo, 1933.

- MACHADO, A. A. *Mato Grosso do Sul e sua história: em perspectiva o período divisionista (1977-1998)*. 2020. 75f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.
- MATTOS E SILVA, R V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MELO, G. C. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- MIRANDA, V. C. de. *Glossário Paraense: Coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à Ilha de Marajó*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol. II. 1961.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Completamente refundida. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- OLIVEIRA, H. A. 1804 – A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária. *História Revista*, v. 1, p. 154-187, 2016.
- OLIVEIRA, J. M. O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise Sociolinguística de dados do ALiB. In: LOPES, N. S.; OLIVEIRA, J. M.; PARCERO, L. M. J. (org.). *Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 27-43.
- OLIVEIRA, J. M. The verbal imperative in Brazilian capitals: an analysis of data from the Linguistic Atlas of Brazil Project. In: GUESSER, S.; MARCHESAN, A. C.; MEDEIROS JR., P. (ed.). *Wh-exclamative, imperative and interrogative sentences: issues on Brazilian Portuguese*, v. 6. Linguistica Latinoamericana series. Brüssel: DeGruyter, 2023. p. 227-254.
- OLIVEIRA, J. M. *A expressão variável do imperativo gramatical nas capitais brasileiras*. Comunicação apresentada no Encontro Intermediário do GT de Sociolinguística da ANPOLL. Porto Alegre, PUC-RS, 4-6 nov. 2015 (inédito).
- OLIVEIRA, N. F. *História do Tocantins*. 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnnigpcajpcgclefindmkaj/https://professorjuniorgeo.com.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/Historia-do-Tocantins-2021.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.
- PAIVA, M. C. A. A variável gênero. In: BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 33-42.
- PARANHOS DA SILVA, J. J.; *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de Lourenço Winter, 1879.
- RAMOS, M. J. N. S.; LIMA, Y. D. R. O uso dos pronomes *tu* e *você* de caráter específico e genérico em conversas no meio digital. *Ao Pé da Letra* (online), v. 15, n. 2, Recife, p. 109-123, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/pedalettra/article/view/231819>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- RANGEL, E. O. Tudo na língua é por acaso. In: BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 9-16.

- RAVIZZA, J. *Gramática latina*. 9. ed. Niterói: Escolas Profissionais Salesianas, 1940.
- RAZKY, A. (Org.) *Atlas lingüístico sonoro do Pará*. Belém: PA/CAPES/UTM, 2004. CDRoom.
- RIBEIRO, S. S. C. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano*. 2012. 752f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- ROCHA, R. C.; FARIA, N. R. B. *O lugar de J. Grimm no CLG*. Revista do GELNE, v. 21, p. 32-46, 2019.
- ROSSI, N. *A dialetologia*. ALFA, Marília, n. 11, p.89-116, 1967.
- ROSSI, N. Os falares regionais do Brasil. In: O SIMPÓSIO DE SÃO PAULO, 1969, São Paulo. *Atas...* São Paulo: [s.n.], 1969.
- ROSSI, N.; INSENSEE, D.; FERREIRA, C. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.
- RUMEU, M. C. B. Formas variantes do imperativo de segunda pessoa nos séculos XIX e XX: a expressão do social. *Signum: Estudos de Linguagem*, v. 19, Londrina, p. 310-341, 2016.
- SALOMÃO, A. C. B. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da Sociolinguística Variacionista no Brasil. *Fórum Linguístico*, v. 8, n. 2, Florianópolis, p. 187-207, 2011.
- SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. 2001. 153f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- SAMPAIO, D. A. O imperativo no português do século XVIII: um estudo em peças teatrais. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (org.). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008, v. 1. p. 938-949.
- SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Nacional, 1983
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldVarb X: a multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.
- SANTOS, L. L. *Fala (você/tu) ~ fale (você/tu): a expressão variável do modo imperativo no português popular da Bahia*. 2016. 319f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28787/3/tese%20de%20doutoramento%20Lanuza%20Lima%20Santos.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2022.
- SCHERRE, M. M. P. *Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro*. ALFA: Revista de Linguística, v. 51, São Paulo, p. 189-222, 2007a.

SCHERRE, M. M. P. et al. Reflexões sobre o imperativo em português. *D.E.L.T.A.*, v. 23, p. 193-241, 2007b.

SCHERRE, M. M. P. et al. Variação dos pronomes *tu* e *você*. In: ABRAÇADO, J.; MARTINS, M. A. (org.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 132-172.

SCHERRE, M. M. P. Norma e uso – o imperativo no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (org.). *O português do Brasil – perspectivas da pesquisa atual*. v. 1. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2004. p. 231-260.

SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista*. *Tabuleiro de Letras*, v. 4, Salvador, p. 1-32, 2012.

SILVA NETO, S. da. Guia para estudos dialetológicos. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957[1955].

SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa*. Presença: Rio de Janeiro, 1979.

SILVA, F. M. *As dicotomias saussureanas e suas implicações sobre os estudos linguísticos*. *Revelli: Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas*, v. 3, p. 38-55, 2011.

SILVA, L. A. *Projeto NURC: Histórico*. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 10, p. 83-90, 1996.

TELES, A. R. T. F. *Cartografia e georreferenciamento na geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes*. 2018. 483f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

THUN, H. O velho e o novo na geolinguística. Trad. de Cláudia Pavan, Gabriel Schmitt, Eduardo Nunes e Viktorya Santos. *Cadernos de Tradução*, n. 40, Porto Alegre, 2017, p. 59-81.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

APÊNDICE A: RODADA GERAL DOS DADOS COM TODOS OS GRUPOS DE FATORES E COM OS *KNOCKOUTS*

• CELL CREATION • 27/03/2023 15:05:22

Name of token file: Untitled.tkn

Name of condition file: Untitled.cnd

(

; Identity recode: All groups included as is.

(1)

(2)

(3)

(5)

(6)

(7)

(8)

(9)

(10)

(11)

(12)

(13)

)

Number of cells: 446

Application value(s): SI

Total no. of factors: 50

Group	S	I	Total	%

1 (2)	S	I		
H N	84	274	358	53.8
%	23.5	76.5		

Homem

M	N	56	252	308	46.2	Mulher
%		18.2	81.8			

Total N	140	526	666
%	21.0	79.0	

2 (3)	S	I			
1	N	77	220	297 44.6	Faixa 1
%		25.9	74.1		

2	N	63	306	369 55.4	Faixa 2
%		17.1	82.9		

Total N	140	526	666
%	21.0	79.0	

3 (5)	S	I			
A	N	6	42	48 7.2	Aripuanã
%		12.5	87.5		

S	N	3	20	23 3.5	São Félix do Araguaia
%		13.0	87.0		

M	N	10	17	27 4.1	Diamantino
%		37.0	63.0		

P	N	5	36	41 6.2	Poxoréu
%		12.2	87.8		

V	N	10	37	47	7.1	Vila Bela da Santíssima Trindade
%		21.3	78.7			
B	N	18	28	46	6.9	Barra do Garças
%		39.1	60.9			
R	N	8	25	33	5.0	Cáceres
%		24.2	75.8			
L	N	5	28	33	5.0	Alto Araguaia
%		15.2	84.8			
X	N	13	19	32	4.8	Coxim
%		40.6	59.4			
U	N	10	14	24	3.6	Corumbá
%		41.7	58.3			
I	N	3	23	26	3.9	Paranaíba
%		11.5	88.5			
N	N	8	19	27	4.1	Nioaque
%		29.6	70.4			
K	N	4	25	29	4.4	Ponta Porã
%		13.8	86.2			
Y	N	9	29	38	5.7	Porangatu
%		23.7	76.3			

T	N	3	12	15	2.3	São Domingos
%		20.0	80.0			
H	N	3	29	32	4.8	Aruanã
%		9.4	90.6			
F	N	3	20	23	3.5	Formosa
%		13.0	87.0			
O	N	2	24	26	3.9	Goiás
%		7.7	92.3			
J	N	0	33	33	5.0	Jataí
%		0.0	100.0		* KnockOut *	
E	N	9	26	35	5.3	Catalão
%		25.7	74.3			
Q	N	8	20	28	4.2	Quirinópolis
%		28.6	71.4			
Total	N	140	526	666		
%		21.0	79.0			

4 (6)	S	I				
A	N	116	477	593	89.0	Afirmativo
%		19.6	80.4			
N	N	24	49	73	11.0	Negativo
%		32.9	67.1			

Total N 140 526 666

% 21.0 79.0

5 (7) S I

R N 89 200 289 43.4

Regular

% 30.8 69.2

I N 51 326 377 56.6

Irregular

% 13.5 86.5

Total N 140 526 666

% 21.0 79.0

6 (8) S I

2 N 106 269 375 56.3

2 sílabas

% 28.3 71.7

1 N 25 235 260 39.0

1 sílaba

% 9.6 90.4

3 N 8 22 30 4.5 3 sílabas

% 26.7 73.3

4 N 1 0 1 0.2

4 sílabas ou mais

% 100.0 0.0 * KnockOut *

Total N 140 526 666

% 21.0 79.0

7 (9)	S	I				
A N	131	478	609	91.4	Ausência de clítico	
%	21.5	78.5				
P N	9	48	57	8.6	Próclise	
%	15.8	84.2				
Total N	140	526	666			
%	21.0	79.0				

8 (10)	S	I				
F N	70	79	149	22.4	QFF	
%	47.0	53.0				
P N	57	316	373	56.0	Prosódia	
%	15.3	84.7				
M N	11	94	105	15.8	QMS	
%	10.5	89.5				
D N	1	2	3	0.5	Discurso semidirigido	
%	33.3	66.7				
L N	1	26	27	4.1	QSL	
%	3.7	96.3				
T N	0	8	8	1.2	Pragmática	
%	0.0	100.0			* KnockOut *	
W N	0	1	1	0.2	Agradecimento	

% 0.0 100.0 * KnockOut *

Total N 140 526 666

% 21.0 79.0

9 (11) S I

1 N 65 233 298 44.7 Mato Grosso

% 21.8 78.2

2 N 38 100 138 20.7 Mato Grosso do Sul

% 27.5 72.5

3 N 37 193 230 34.5 Goiás

% 16.1 83.9

Total N 140 526 666

% 21.0 79.0

10 (12) S I

O N 124 388 512 76.9 Ordem

% 24.2 75.8

P N 11 109 120 18.0 Pedido

% 9.2 90.8

C N 5 29 34 5.1 Conselho

% 14.7 85.3

Total N 140 526 666

% 21.0 79.0

```

-----
11 (13)   S   I
H N  140  516  656 98.5      Fala hipotética
%  21.3  78.7

R N    0   10   10 1.5      Fala real
%   0.0 100.0      * KnockOut *

Total N  140  526  666
%  21.0  79.0
-----
TOTAL N  140  526  666
%  21.0  79.0

```

Name of new cell file: .cel

APÊNDICE B: Rodada dos dados sem o grupo de fator Estado e sem *knockouts*

• CELL CREATION • 27/03/2023 15:42:00

Name of token file: Untitled.tkn

Name of condition file: Untitled.cnd

(

(1)

(2)

(3)

(5 (A (COL 5 A))

(S (COL 5 S))

(M (COL 5 M))

(P (COL 5 P))

(V (COL 5 V))

(B (COL 5 B))

(R (COL 5 R))

(L (COL 5 L))

(X (COL 5 X))

(U (COL 5 U))

(I (COL 5 I))

(N (COL 5 N))

(K (COL 5 K))

(Y (COL 5 Y))

(T (COL 5 T))

(H (COL 5 H))

(F (COL 5 F))

(O (COL 5 O))

(/ (COL 5 J))

(E (COL 5 E))

(Q (COL 5 Q)))

(6)

(7)

(8 (2 (COL 8 2))

(1 (COL 8 1))

(3 (COL 8 3))

(3 (COL 8 4))

(9)

(10 (F (COL 10 F))

(P (COL 10 P))

(M (COL 10 M))

(D (COL 10 D))

(L (COL 10 L))

(/ (COL 10 T))

(/ (COL 10 W))

(12)

)

Number of cells: 445

Application value(s): SI

Total no. of factors: 41

Group	S	I	Total	%

1 (2)	S	I		
H N	84	274	358	53.8
%	23.5	76.5		
M N	56	252	308	46.2
%	18.2	81.8		
Total N	140	526	666	

% 21.0 79.0

2 (3) S I

1 N 77 220 297 44.6

% 25.9 74.1

2 N 63 306 369 55.4

% 17.1 82.9

Total N 140 526 666

% 21.0 79.0

3 (5) S I

A N 6 42 48 7.6

% 12.5 87.5

S N 3 20 23 3.6

% 13.0 87.0

M N 10 17 27 4.3

% 37.0 63.0

P N 5 36 41 6.5

% 12.2 87.8

V N 10 37 47 7.4

% 21.3 78.7

B N 18 28 46 7.3

% 39.1 60.9

R N 8 25 33 5.2

% 24.2 75.8

L N 5 28 33 5.2

% 15.2 84.8

X N 13 19 32 5.1

% 40.6 59.4

U N 10 14 24 3.8

% 41.7 58.3

I N 3 23 26 4.1

% 11.5 88.5

N N 8 19 27 4.3

% 29.6 70.4

K N 4 25 29 4.6

% 13.8 86.2

Y N 9 29 38 6.0

% 23.7 76.3

T N 3 12 15 2.4

% 20.0 80.0

H N 3 29 32 5.1

% 9.4 90.6

F N 3 20 23 3.6
 % 13.0 87.0

O N 2 24 26 4.1
 % 7.7 92.3

E N 9 26 35 5.5
 % 25.7 74.3

Q N 8 20 28 4.4
 % 28.6 71.4

Total N 140 493 633
 % 22.1 77.9

 4 (6) S I
 A N 116 477 593 89.0
 % 19.6 80.4

N N 24 49 73 11.0
 % 32.9 67.1

Total N 140 526 666
 % 21.0 79.0

 5 (7) S I
 R N 89 200 289 43.4
 % 30.8 69.2

I N 51 326 377 56.6
 % 13.5 86.5

Total N 140 526 666
 % 21.0 79.0

6(8) S I
 2 N 106 269 375 56.3
 % 28.3 71.7

1 N 25 235 260 39.0
 % 9.6 90.4

3 N 9 22 31 4.7
 % 29.0 71.0

Total N 140 526 666
 % 21.0 79.0

7(9) S I
 A N 131 478 609 91.4
 % 21.5 78.5

P N 9 48 57 8.6
 % 15.8 84.2

Total N 140 526 666
 % 21.0 79.0

8(10) S I

F N 70 79 149 22.7
 % 47.0 53.0

P N 57 316 373 56.8
 % 15.3 84.7

M N 11 94 105 16.0
 % 10.5 89.5

D N 1 2 3 0.5
 % 33.3 66.7

L N 1 26 27 4.1
 % 3.7 96.3

Total N 140 517 657
 % 21.3 78.7

 9 (12) S I
 O N 124 388 512 76.9
 % 24.2 75.8

P N 11 109 120 18.0
 % 9.2 90.8

C N 5 29 34 5.1
 % 14.7 85.3

Total N 140 526 666
 % 21.0 79.0

 TOTAL N 140 526 666

% 21.0 79.0

Name of new cell file: .cel

Seleção:

8 – Parte do inquérito

4 – Polaridade

2 – Faixa etária

3 – Cidade

1 – Sexo

Input inicial: 0,210

Run # 32, 282 cells:

Convergence at Iteration 9

Input final: 0.156

Group # 1 -- H: 0.565, M: 0.425

Group # 2 -- 1: 0.592, 2: 0.426

Group # 3 -- A: 0.388, S: 0.365, M: 0.582, P: 0.395, V: 0.522, B: 0.745, R: 0.468, L: 0.386, X: 0.780, U: 0.703, I: 0.323, N: 0.650, K: 0.430, Y: 0.589, T: 0.442, H: 0.290, F: 0.385, O: 0.110, E: 0.674, Q: 0.644

Group # 4 -- A: 0.476, N: 0.688

Group # 8 -- F: 0.841, P: 0.402, M: 0.370, D: 0.736, L: 0.149

Log likelihood = -270.166 Significance = 0.009